

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 27, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Câmpus de Miracema, aprovado pela Resolução Consepe nº 03/2007.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Câmpus de Miracema, aprovado pela Resolução Consepe nº 03/2007, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, CÂMPUS DE
MIRACEMA (ATUALIZAÇÃO 2018).**

Anexo da Resolução nº 27/2018 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

MIRACEMA/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 27/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA, CÂMPUS DE MIRACEMA (ATUALIZAÇÃO 2018).**

MIRACEMA/TO
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Miracema do Tocantins, Abril de 2021

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Docentes:

Antonio Miranda de Oliveira - Presidente

Ana Corina Spada

Layana Giordana Bernardo Lima

Vânia Maria de Araújo Passos

Suzana Brunet Camacho

Maria Irenilce Rodrigues Barros

Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade

Brigitte Úrsula Haertel

Francisco Gonçalves Filho

Discentes:

Liliane Alves Bezerra

Diego Pereira da Silva



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**

Administração Superior

Reitor

Luís Eduardo Bovolato

Vice-Reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitora de Graduação

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-reitor: Raphael Sanzio Pimenta

Diretor do Campus Universitário de Miracema

André Luiz Augusto da Silva

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|--------------------|--|-----|
| Quadro 1 - | Cursos de graduação ofertados pela UFT/Campus de Miracema..... | 27 |
| Quadro 2 - | Etnias existentes no Tocantins, os Municípios e área de seus respectivos territórios..... | 27 |
| Quadro 3 - | Carga Horária e Atividades de Formação..... | 47 |
| Quadro 4 - | Componentes curriculares do núcleo de estudos de formação geral | 48 |
| Quadro 5 - | Componentes curriculares do núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional | 50 |
| Quadro 6 - | Componentes curriculares do núcleo de estudos integradores | 51 |
| Quadro 7 - | Atividades integrantes..... | 52 |
| Quadro 8 - | Disciplinas Eletivas do curso de Pedagogia | 61 |
| Quadro 9- | Equivalência entre as disciplinas da Estrutura curricular de 2007 e a nova versão do PPC..... | 57 |
| Quadro 10 - | Estrutura curricular com seus respectivos pré-requisitos..... | 59 |
| Quadro 11 - | Formação Básica e Titulação do Corpo Docente efetivo do Curso de Pedagogia..... | 126 |
| Quadro 12 - | Formação Básica e Titulação do Corpo Docente Temporário (Professor Substituto) do Campus Universitário de Miracema – 2018/1..... | 127 |
| Quadro 13 - | Quadro Docente Efetivo – Titulação e Tempo de Experiência Docente Superior/2018..... | 129 |
| Quadro 14 - | Equipamentos de Informática disponíveis no Campus | 134 |
| Quadro 15 - | Recursos Audiovisuais disponíveis no Campus | 135 |
| Quadro 16 - | Acervo de livros por área do conhecimento | 136 |
| Quadro 17 - | Acervo de Periódicos | 139 |
| Quadro 18 - | Jornais constantes na Biblioteca | 142 |
| Quadro 19 - | Máquinas e equipamentos da Biblioteca | 142 |
| Quadro 20 - | Pessoal Técnico-Administrativo em Exercício na Biblioteca | 143 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------------|---|----|
| Tabela 1 - | Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas no Estado do Tocantins – 1980 a 2011 | 28 |
| Tabela 2 - | Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas em Miracema do Tocantins – 1980 a 2011 | 29 |
| Tabela 3 - | Soja no Tocantins, área plantada, municípios com maior produção e safra (2016/2017) | 30 |
| Tabela 4 - | Municípios do entorno de Miracema. IDHM, população e PIB per capita estimado em 2017 | 31 |
| Tabela 5 - | Número de municípios, habitantes conforme Microrregiões do Estado do Tocantins – 2010 | 32 |
| Tabela 6 - | Número de alunos por nível de ensino, etapa e modalidade (2010-2015) | 32 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1. | CONTEXTO INSTITUCIONAL | 09 |
| 1.1 | Histórico da Universidade Federal do Tocantins | 09 |
| 1.2 | A UFT e sua Missão Institucional | 11 |
| 1.3 | Estrutura Organizacional | 12 |
| 1.4 | Gestão Acadêmica | 13 |
| 1.4.1 | Direção do Campus | 13 |
| 1.4.2 | Coordenação de Curso..... | 13 |
| 1.4.3 | Relação Nominal dos Membros do Colegiado | 13 |
| 1.4.4 | Comissão Responsável pela Elaboração do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia (NDE do Curso)..... | 14 |
| 2. | ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA UFT E DO CURSO DE PEDAGOGIA..... | 14 |
| 2.1 | Diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UFT | 14 |
| 2.2 | Administração Acadêmica | 17 |
| 2.2.1 | Coordenação Acadêmica | 17 |
| 2.2.2 | Projeto Acadêmico do Curso | 17 |
| 2.2.2.1 | Histórico e Concepção do Curso | 18 |
| 2.2.3 | Justificativa do Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia | 22 |
| 2.2.3.1 | Concepção de Homem, de Sociedade e de Educação | 22 |
| 2.2.3.2 | Realidade Sócio-Histórica e Cultural: a UFT no Contexto Regional e Local..... | 25 |
| 2.2.3.3 | O processo de re-Construção do PPP de Pedagogia no Campus de Miracema | 37 |
| 2.2.4 | Objetivos do Curso | 38 |
| 2.2.5 | Perfil Profissional | 40 |
| 2.2.6 | Conhecimentos, Atitudes e Habilidades | 42 |
| 2.2.7 | Campos de Atuação Profissional | 45 |
| 2.2.8 | Organização Curricular..... | 46 |
| 2.2.8.1 | Concepção e Organização dos Núcleos..... | 47 |
| 2.2.8.2 | I Núcleo de Estudo de Formação Geral | 47 |
| 2.2.8.3 | II Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 49 |
| 2.2.8.4 | III Núcleo de Estudos Integradores | 50 |
| 2.2.8.5 | Conceituação dos Componentes Curriculares da Dimensão das Atividades Complementares..... | 51 |
| 2.2.8.6 | Conceituação dos componentes curriculares que compõem a dimensão integrante | 52 |
| | Definição das Atividades Integrantes | 53 |
| 2.2.8.7 | Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia | 54 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 2.2.8.7.1 | <i>Dados</i> | 54 |
| 2.2.8.7.2 | Turno de Funcionamento e Oferta de Vagas | 56 |
| 2.2.8.7.2 | <i>Disciplinas Eletivas</i> | 61 |
| 2.2.8.3 | Ementário | 62 |
| 2.2.8.3.1 | <i>Ementas das Disciplinas Eletivas</i> | 89 |
| 2.2.8.5 | Interface Ensino-Pesquisa-Extensão e Pós-Graduação | 100 |
| 2.2.8.6 | Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino | 104 |
| 2.2.8.7 | Interface com Atividades Científico-Acadêmicas e Culturais | 107 |
| 2.2.8.8 | Projeto de Estágio Curricular Supervisionado..... | 108 |
| 2.2.8.8.1 | <i>Objetivos do Estágio Curricular Supervisionado na Formação Docente</i> | 114 |
| 2.2.8.8.2 | <i>Características Operacionais do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia</i> | 116 |
| 2.2.8.8.3 | <i>Organização do Estágio Curricular Supervisionado</i> | 116 |
| 2.2.9 | Proposta de Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem e do Curso.. | 123 |
| 2.2.9.1 | A Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem..... | 123 |
| 2.2.9.2 | A Avaliação do Curso | 124 |
| 3. | CORPO DOCENTE | 126 |
| 3.1 | Formação Acadêmica e Profissional | 126 |
| 3.1.1 | Formação Profissional do Corpo Docente que Atua no Curso de Pedagogia .. | 128 |
| 3.2 | Condições de Trabalho: Regime de Trabalho e Dedicção ao Curso | 129 |
| 3.3 | Corpo de Servidores Técnico-Administrativo do Campus | 129 |
| 4. | INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS | 130 |
| 4.1 | Instalações físicas | 130 |
| 4.1.1 | Salas de Aula | 130 |
| 4.1.2 | Salas de Trabalho dos Docentes | 130 |
| 4.1.3 | Salas de Reunião e Áudio Visual | 130 |
| 4.1.4 | Auditório..... | 130 |
| 4.1.5 | Salas de Coordenações de Curso | 131 |
| 4.1.6 | Sala da Diretoria | 131 |
| 4.1.7 | Sala da Seção de Estágio e Assistência Estudantil | 131 |
| 4.1.8 | Departamento de Comunicação e Eventos | 131 |
| 4.1.9 | Secretaria Acadêmica | 131 |
| 4.1.10 | Sala de Coordenação Administrativa e Financeira..... | 131 |
| 4.1.11 | Diretoria de Desenvolvimento Humano | 131 |
| 4.1.12 | Sala de almoxarifado e Patrimônio..... | 131 |
| 4.1.13 | Protocolo, Recepção e Reprografia | 131 |
| 4.1.14 | Copa..... | 131 |
| 4.1.15 | Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia e Diretório Central dos Estudantes – DCE..... | 131 |
| 4.1.16 | Salas de Assistência Social, Psicológica e Pedagógica | 131 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 4.1.17 | Centro de Convivência Infantil..... | 132 |
| 4.1.18 | Departamento de Informática | 132 |
| 4.1.19 | Instalações Sanitárias..... | 132 |
| 4.2 | Laboratórios..... | 132 |
| 4.2.1 | Laboratório Interdisciplinar de Práticas Pedagógicas – LIPPed | 132 |
| 4.2.2 | Laboratório de Informática | 133 |
| 4.3 | Instalações e Equipamentos Complementares..... | 134 |
| 4.4 | Área de Circulação e Lazer | 134 |
| 4.5 | Recursos Audiovisuais..... | 134 |
| 4.6 | Acessibilidade para Pessoas com de Necessidades Especiais..... | 135 |
| 5. | BIBLIOTECA | 135 |
| 5.1 | Dados da Biblioteca..... | 136 |
| 5.1.1 | Política de Atualização e Informação do Acervo..... | 136 |
| 5.1.2 | Descrição do Acervo de Livros e Periódicos | 136 |
| 5.2 | Acervo de Periódicos..... | 139 |
| 5.2.1 | Periódicos Eletrônicos | 139 |
| 5.2.2 | Revistas Científicas – Área de Educação..... | 139 |
| 5.2.3 | Revistas Científicas – Diversas áreas..... | 140 |
| 5.2.4 | Relação de Revistas Gerais | 141 |
| 5.2.5 | Jornais | 142 |
| 5.3 | Serviços da Biblioteca | 142 |
| 5.4 | Máquinas e Equipamentos da Biblioteca..... | 142 |
| 5.5 | Pessoal Técnico-Administrativo em Exercício na Biblioteca | 143 |
| | Referências Bibliográficas..... | 143 |
| | Anexos | 145 |

Anexo I: INSTRUÇÃO NORMATIVA CPCM Nº 002/2019 (Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório) 146

Anexo II: INSTRUÇÃO NORMATIVA CPCM Nº 001/2019 (TCC e Atividades Complementares).....154

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A UFT enquanto instituição de ensino superior não nasceu do zero. Quando a Constituição Federal de 1988 instituiu o desmembramento da parte norte do Estado de Goiás e criou o Estado do Tocantins, foi possível perceber as dimensões do abandono a que esta região estava submetida. No tocante ao ensino superior público isto era evidente, pois não havia ensino superior público nesta região, antes da criação do estado. Existiam faculdades particulares isoladas¹ somente nas cidades de Porto Nacional, Gurupi e Araguaína, que mantinham cursos na área Ciências Humanas e principalmente focadas na formação de professores. Mesmo assim os sistemas de ensino no estado careciam de pessoal habilitado.

Após a implantação do estado e tendo a cidade de Miracema do Tocantins como sua primeira capital, o governo do estado decide criar uma universidade estadual. Em 1990 é criada a UNITINS – Universidade do Estado do Tocantins.

A Universidade do Tocantins - UNITINS- é uma Instituição de Ensino Superior (IES) que foi criada pelo Decreto nº 252/90, de 21/02/90, em conformidade com a Lei nº 136/90 que instituiu a Fundação Universidade do Tocantins como sua entidade mantenedora. Autorizada a funcionar pelo Decreto nº 2.211/90, a UNITINS era (naquele momento) a única universidade pública estatal do Tocantins. Sua instalação ocorreu em dezembro de 1990, na cidade de Miracema do Tocantins (FREIRE, 2002).

Já a Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída em 23 de outubro de 2000 pela Lei nº 10.032 a partir da transferência dos cursos e da infraestrutura da Universidade do Tocantins (UNITINS). Embora tenha sido criada no ano 2000, a UFT só teve sua implantação efetiva em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores da Instituição.

Em 18 de abril de 2001 foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717/2001. Esta comissão teve entre seus objetivos elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o

¹ Um encaminhamento tomado pela Reitoria da UNITINS, em 1993 foi a incorporação dos cursos de licenciaturas das Faculdades de Filosofia do Norte Goiano (FAFITINS, cidade de Porto Nacional) e de Educação, Ciências e Letras (FACILA - em Araguaína), aos centros de extensão recém criados (Ver AIRES, 1998 e FREIRE, 2002).

professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Após esse processo em 2002 uma nova etapa foi iniciada. Para esta nova fase, foi assinado o Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002 atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pro tempore* da UFT.

Em 17 de julho do mesmo ano foi firmado o Acordo de Cooperação nº 01/2002 entre a União, o Estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de encaminhamentos jurídicos e burocráticos, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Em 2003 foi realizado o primeiro concurso público para a formação do quadro de pessoal e com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de Câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor *pro tempore* o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação.

Esta comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto e do Regimento Geral da UFT, e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. A comissão ainda preparou e coordenou a realização da primeira consulta acadêmica para reitor e vice-reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi escolhido como reitor o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à escolha de reitor e vice-reitor, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.192/95, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de equipamentos e da estrutura física dos sete câmpus, incluindo prédios em construção.

O processo de criação e implantação da UFT representa uma grande conquista para o povo tocaninense e a Universidade continua crescendo, tendo passado de cerca de 8 mil alunos e 25 cursos de graduação, em 2003, para mais de 20 mil alunos, 57 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação nos seus primeiros 15 anos de existência.

1.2 A UFT e sua Missão Institucional

A criação da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em 23 de outubro de 2000, no formato multicampi, foi uma grande conquista da sociedade civil e política tocaninense. Sua concretização efetiva, nos âmbitos acadêmico e administrativo, se objetivou a partir do ano de 2003, quando da realização do primeiro concurso público para docentes, a eleição direta para reitor e vice-reitor e a instalação dos órgãos da gestão administrativa (Pró-Reitorias).

Em 2004 houve a aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, que possibilitou a instalação dos conselhos deliberativos: o Conselho Universitário – CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. Além disso, a absorção dos cursos regulares (presenciais) de graduação, alocados nos sete *campi* da UNITINS², que passaram a integrar o Sistema Federal de Educação.

Diante da necessidade de adequar a UFT aos parâmetros de gestão acadêmica do Sistema Federal de Educação, a Administração Superior (Reitoria), por meio do CONSUNI e do CONSEPE, determinou aos colegiados dos cursos a reformulação de seus Projetos Políticos Pedagógicos. A aprovação da Resolução do CONSEPE de nº 05/2005, que trata do processo de

²A Lei nº 10.032/2000 criou a UFT como universidade multicampi abrangendo os sete *campi* da Unitins existentes à época: Arraias, Araguaína, Gurupi, Miracema, Porto Nacional, Palmas e Tocantinópolis.

elaboração e reformulação do Projeto Pedagógico Curricular dos cursos de Graduação da UFT, foi fundamental para a redefinição da estrutura acadêmica da universidade.

Do ponto de vista administrativo, o novo PDI da Universidade (2021-2025) elaborado pela comunidade universitária, aponta **“Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade” (p. 28)** como Missão da UFT. Na área de ensino, definiu como objetivo estratégico a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação. E a sua visão **“Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal”**.

1.3 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins obedece ao que está definido no Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Segundo o Estatuto da Fundação UFT, são órgãos da administração superior:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária e funciona como instância de deliberação superior e de recurso. Participam desse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários;
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Faz parte dele: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Cursos e representante de alunos, professores e funcionários;
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Possui a seguinte composição: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Comissão Própria de Avaliação:** órgão regulado pela Lei 10.861/2004, composto periodicamente por representantes dos segmentos da comunidade interna (universitária) e da sociedade civil (externa); bem como representantes da administração central da universidade com a missão de propor e coordenar os processos avaliativos institucionais no que se refere à avaliação interna (autoavaliação) institucional da instituição através das Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), nos campi da universidade.

Considerando sua estrutura multicampi, a universidade está presente em cinco cidades em diferentes regiões do estado. Assim temos cinco unidades universitárias denominadas de *campi* universitários. Os *campi* da UFT são: *Campus* Universitário de Arraias (no sudeste do Estado, na divisa com Goiás); *Campus* Universitário de Gurupi (na região sul do Estado); *Campus* Universitário de Miracema (na região central do Estado); *Campus* Universitário de Palmas (localizado na capital do Estado, onde também fica a sede da Reitoria); *Campus* Universitário de Porto Nacional (na região central do Estado).

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

No âmbito de cada *campus*, a instância máxima de consulta e deliberação em matéria acadêmica e administrativa é o **Conselho Diretor** composto pelo Diretor, Coordenadores de Cursos, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos. Além da CSA – Comissão Setorial de Avaliação, que mobiliza o *campus* e sua comunidade na busca dos seus objetivos propostos.

No âmbito de cada curso, a instância superior é o **Colegiado**, que discute, delibera e acompanha as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, desenvolvidas pelos docentes do seu quadro funcional. E, ainda, o NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso que é constituído por membros do corpo docente e tem como atribuição, dentre outras, “zelar pela integração curricular e interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo”.

1.4 Gestão Acadêmica

1.4.1 Direção do Campus:

- Professor Dr. André Luiz Augusto da Silva

1.4.2 Coordenação de Curso:

- Professora Dra. Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade

1.4.3 Relação Nominal dos Membros do Colegiado:

- Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira
- Profª Dra. Ana Corina Machado Spada
- Profª. Dra. Brigitte Úrsula Haertel
- Profº. Dr. Domingos Pereira da Silva

- Prof^ª. Dra. Fátima Maria de Lima
- Prof^o. Msc. Fernando Cardoso dos Santos
- Prof^o. Dr. Francisco Gonçalves Filho
- Prof^ª. Msc. Juliana Chioca Ipólito
- Prof^ª. Dra. Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade
- Prof^ª. Dra. Layanna Giordana Bernardo Lima
- Prof. Dr. Márcio Antonio Cardoso Lima
- Prof^ª. Dra. Maria Irenilce Rodrigues Barros
- Prof^o. Msc. Odilon Rodrigues de Moraes Neto
- Prof^ª. Msc. Rosimery Birck
- Prof^ª. Msc. Suzana Brunet Camacho da Rocha
- Prof^ª. Dra. Vânia Maria de Araújo Passos
- Acadêmica Liliane Alves Bezerra - Representante discente

1.4.4 Comissão Responsável pela Elaboração do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia (NDE do Curso)

- Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira – Presidente do NDE
- Prof^ª. Dra. Ana Corina Machado Spada
- Prof^ª. Dra. Brigitte Úrsula Stach Haertel
- Prof^o. Dr. Francisco Gonçalves Filho
- Prof^ª. Dra. Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade
- Prof^ª. Dra. Layana Giordana Bernardo Lima
- Prof^ª. Dra. Maria Irenilce Rodrigues Barros
- Prof^ª. Msc. Suzana Brunet Camacho da Rocha
- Acadêmica Liliane Alves Bezerra
- Acadêmico Diego Pereira da Silva

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA UFT E DO CURSO DE PEDAGOGIA

2.1 Diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UFT

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um documento institucional que apresenta as diretrizes gerais para a implementação das atividades educacionais da UFT, enfatizando a articulação do seu contexto interno e externo, o compromisso da comunidade acadêmica, o planejamento e o acompanhamento, de modo que sua orientação privilegie o cumprimento da função social da Instituição. Constitui-se como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, norteador das ações acadêmicas da UFT, construído em conformidade com sua história, sua inserção regional, vocação, missão, visão e porque não, com suas opções estratégicas. Reflete, também, o pensamento e as estratégias que orientam o mundo do trabalho; a ciência e a técnica que permeiam o processo de formação do aluno e está imbricado a uma visão de sociedade e de mundo que prioriza a construção de uma sociedade voltada para os valores humanos e a preservação do meio ambiente. Destaca que as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas na UFT, em seus diversos cursos, devem preparar o aluno não só para a atuação profissional, no âmbito da dimensão técnica, mas, como um profissional, consciente de seu papel como cidadão, com postura ética e solidária aos problemas sociais e coletivos (PPI-UFT, 2007).

Neste sentido este documento aponta que as Políticas de Graduação devem estar articuladas e corresponder às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

No PDI/PPI (2021-2025) a universidade apresenta alguns fundamentos filosóficos, técnicos e metodológicos, como elementos que norteiam a existência da universidade e de seu projeto de formação materializado nos currículos e nas dimensões do trabalho acadêmico: Ensino, pesquisa, extensão e Gestão:

Partindo do princípio básico de que a universidade é uma instituição social que promove a educação numa dimensão superior passamos a assumi-la como uma instituição que é de todos aqueles que dela participam e que podemos denominar de comunidade universitária. Comunidade esta que compreende não só os que estão vinculados diretamente (comunidade acadêmica e administrativa) por meio de matrícula funcional ou matrícula acadêmica, mas também, àqueles que a circundam. Nesta perspectiva não há que se falar de comunidade interna e/ou externa à

universidade, pois o desenvolvimento das ações e práticas no âmbito educacional no interior do espaço físico da universidade requer uma conexão direta de ações e práticas, com o contexto externo sócio/cultura em que está inserida.

Assim, um Projeto Pedagógico Institucional da universidade é compreendido como a expressão de um projeto coletivo em que se articulam as expectativas sociais à dinâmica educacional a ser desenvolvida por meio de decisões, ações e práticas, que se materializarão no currículo institucional que envolve o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão (PDI UFT-2021-2025, p. 36-37).

Assim, a UFT construiu o seu PPI tendo como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais. Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão. Especialmente este documento aponta que ao se pensar projetos de formação (PPC de cursos) deve-se, pois, ter como referencial os seguintes princípios:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais (UFT, 2007, p. 15-16).

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2021-2025, p. 36) a UFT reforça os valores definidos pela comunidade interna e os anuncia assim: Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade e com as comunidades; Inovação; Desenvolvimento Sustentável; Equidade e justiça social; e Formação ético-política.

Não menos importante é a perspectiva anunciada pelo PDI no sentido de fortalecer no processo formativo habilidades e competências necessárias para o profissional do presente e do futuro:

Neste contexto de discussão, a UFT deve fortalecer no processo formativo a ser desenvolvido em sua comunidade acadêmica as competências e habilidades necessárias ao profissional do presente e do futuro que reforçam a função social, cultural e política do trabalho acadêmico, emancipador, inovador e criativo, evidenciando uma visão de mundo, de sociedade, de educação e de homem pautadas na ética e na humanização (PDI 2021-2025, P. 39).

2.2 Administração Acadêmica

2.2.1 Coordenação Acadêmica

A coordenação acadêmica do curso é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico Curricular. Neste sentido, o curso possui uma instância colegiada - composta por professores, representantes estudantis e técnico-administrativo - que define, acompanha e avalia as questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão. E, ainda, o NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso que, conforme preceitua os artigos primeiro e segundo, da Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010, da Presidência da CONAES, é constituído por membros do corpo docente do curso e tem como atribuição, dentre outras, “zelar pela integração curricular e interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo”.

A gestão acadêmica do curso é realizada por uma coordenação assumida por docente do quadro efetivo do Colegiado do Curso, com titulação mínima de mestre na área de educação ou em área que tenha aderência ao curso, eleito através de processo de consulta direta à comunidade acadêmica, conforme determina o Estatuto da UFT, com mandato de dois anos.

2.2.2 Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia

2.2.2.1. Histórico e Concepção do Curso

No Brasil, o curso de Pedagogia, ao longo de sua história, definiu como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos escolares e não-escolares, sobretudo, a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. Merece ser salientado que, nas primeiras propostas para este curso, a ele se atribuiu o “estudo da forma de ensinar”. Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº 1.190/1939, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação” e de lá para cá tem uma longa história de debates acadêmicos e políticos na busca de definição de sua natureza e das identidades docentes dos/das que fazem o curso.

Aqueles eram, à época, professores primários que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias de educação dos Estados e dos municípios.

A estrutura normativa que definiu o curso de Pedagogia, em 1939, é decorrente da concepção política e de formação de professores da época, que alinhava todas as licenciaturas ao denominado “esquema 3+1”, pelo qual se realizava a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física, Química, dentre outros.

Seguindo esse esquema, o curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel, a quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área como Fundamentos e Teorias Educacionais e o título de licenciado que permitia atuar como docente aos que tendo concluído o bacharelado, cursassem mais um ano de estudos dedicados à Didática e à Prática de Ensino. O então curso de Pedagogia dissociava o campo da ciência pedagógica, do conteúdo da Didática, abordando-os em cursos distintos e os tratando, separadamente. Ressalta-se, ainda, que aos licenciados em Pedagogia também era concedido o registro para lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais no primeiro ciclo do ensino secundário. A dicotomia entre bacharelado e licenciatura levava a entender que no bacharelado se formava o pedagogo que poderia atuar como técnico em educação e, na licenciatura, formava-se o professor que iria lecionar as matérias pedagógicas do Curso Normal de nível secundário, quer no primeiro ciclo, o ginásial - normal, ou no segundo ciclo. Com o advento da Lei nº 4.024/1961 e a regulamentação contida no Parecer CFE nº 251/1962, manteve-se o esquema 3+1, para o curso de Pedagogia. Em 1961, fixa-se o currículo mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo CFE e mais duas escolhidas pela instituição. Esse mecanismo centralizador da organização curricular pretendia definir a

especificidade do bacharel em Pedagogia e visava manter uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferência de alunos em todo o território nacional. Regulamentada pelo Parecer CFE nº 292/1962, a licenciatura previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino. Esta última em forma de Estágio Supervisionado. Mantinha-se, assim, a dualidade, “bacharelado” e “licenciatura” em Pedagogia, ainda que, nos termos daquele parecer, não houvesse a ruptura entre conteúdos e métodos manifesta na estrutura curricular do esquema 3+1. A Lei da Reforma Universitária nº 5.540/1968, facultava à graduação em Pedagogia a oferta de habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho. Em 1969, o Parecer CFE nº 252 e a Resolução CFE nº 2, que dispunham sobre a organização e o funcionamento do curso de Pedagogia, indicavam como finalidade do curso preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos. A Resolução CFE nº 2/1969 determinava que a formação de docentes para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, fosse feita no curso de graduação em Pedagogia, e que resultava ao final na concessão do grau de licenciado. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º grau e, sob o argumento de que “quem pode o mais pode o menos” ou de que “quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário”, permitindo, portanto, o exercício do magistério nos anos iniciais de escolarização.

Com as mudanças que ocorreram no país, especialmente seu contraditório processo de desenvolvimento social e econômico, com a ampliação do acesso à escola, fruto das lutas sociais, cresceram as exigências de qualificação docente, para orientação da aprendizagem de crianças e adolescentes das classes populares, que traziam para dentro das escolas, visões de mundo diversas e perspectivas de cidadania muito mais variadas. De outra parte, a complexidade organizacional e pedagógica, proporcionada pela democratização da vida civil e da gestão pública, também trouxe novas necessidades para a gestão escolar, com funções especializadas e descentralizadas, maior autonomia e responsabilidade institucional. Logo, a formação para a docência, para cargos de direção, assessoramento às escolas e aos órgãos de administração dos sistemas de ensino foram valorizadas, inclusive nos planos de carreira. Em todas estas atividades, os licenciados em Pedagogia tiveram seu mercado de trabalho ampliado.

Várias universidades efetuaram reformas curriculares, atentas às exigências do momento histórico, no início da década de 1980, de modo a formar no curso de Pedagogia

professores para atuarem na Educação Pré-escolar e nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Como sempre, no centro das preocupações e das decisões, estavam os processos de ensinar e aprender, além da gestão escolar.

O curso de Pedagogia, desde então, aprofunda e socializa experiências de formação inicial e continuada de docentes, para trabalhar tanto com crianças quanto com outros segmentos e espaços. Atualmente, há uma notória diversificação curricular, com uma gama de habilitações para além da docência no Magistério das Matérias Pedagógicas do então 2º Grau, e para as funções designadas como especialistas. Por conseguinte, ampliam-se disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 6 anos e se oferecem diversas ênfases nos percursos de formação dos graduandos em Pedagogia, para contemplar, entre muitos outros temas: a educação de jovens e adultos (EJA); a educação infantil; a educação do campo; a educação de povos indígenas; a educação dos remanescentes de quilombos; a educação das relações étnico-raciais; a inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, e dos meninos e meninas de rua; a educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação; atividades educativas em instituições não-escolares, comunitárias e populares.

Assim, é importante considerar a evolução das trajetórias de profissionalização no magistério das séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Durante muitos anos, a maior parte dos que pretendiam graduar-se em Pedagogia eram professores primários, com experiência em sala de aula. Os professores das escolas normais, bem como boa parte dos primeiros supervisores, orientadores e administradores escolares aprenderam, na vivência do dia-a-dia como docentes, sobre os processos nos quais pretendiam vir a influir, orientar, acompanhar e transformar. À medida que o curso de Pedagogia foi tornando-se lugar preferencial para a formação de docentes das séries iniciais do Ensino de 1º Grau e da Pré-Escola, crescia o número de estudantes sem experiência docente e formação prévia para o exercício do magistério. Tal situação levou os cursos de Pedagogia ao enfrentamento, nem sempre com sucesso, à problemática do equilíbrio entre formação e exercício profissional, além da desafiante crítica de que os estudos em Pedagogia dicotomizavam a teoria e a prática. Em consequência, o curso de Pedagogia passou a ser objeto de severas críticas, que destacavam o tecnicismo na educação, fase em que os termos pedagogia e pedagógico passaram a ser utilizados em referência aos aspectos metodológicos do ensino e organizativos da escola.

Alguns críticos do curso de Pedagogia e das licenciaturas em geral, entre eles docentes sem ou com pouca experiência em trabalho nos anos iniciais de escolarização, entretanto responsáveis por disciplinas “fundamentais” destes cursos, entendiam que a prática teria menor

valor. Ponderavam que estudar processos educativos, entender e manejar métodos de ensino, avaliar, elaborar e executar planos e projetos, selecionar conteúdos, avaliar e elaborar materiais didáticos eram ações menores. Já outros críticos, estudiosos de práticas e de processos educativos, desenvolveram análises, reflexões e propostas consistentes, em diferentes perspectivas, elaborando corpos teóricos e encaminhamentos práticos. Fundamentavam-se na concepção de Pedagogia como práxis, em face do entendimento que tem a sua razão de ser na articulação dialética da teoria e da prática. Sob esta perspectiva, firmaram a compreensão de que a Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social.

O movimento de educadores, em busca de um estatuto epistemológico para a Pedagogia, contou com adeptos de abordagens contraditórias. Disso resultou uma ampla concepção acerca do curso incluída a de que a docência, nos anos iniciais do Ensino fundamental e também na Educação Infantil, passasse a ser a área de atuação do egresso do curso de Pedagogia por excelência.

Desde a segunda metade da década de 1980, é bastante expressivo o número de instituições em todo o país que oferecem essas habilitações na graduação. O reconhecimento dos sistemas e instituições de ensino sobre as competências e o comprometimento dos licenciados em Pedagogia, habilitados para o magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é evidente, inclusive pelo quantitativo de formados em Pedagogia, nas diferentes habilitações, que se dirigem ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para solicitar apostilamento em seus diplomas, com vistas ao exercício da docência nessas etapas. A justificativa é a de que os estudos feitos para a atuação em funções de gestão tanto administrativa quanto pedagógica de instituições de ensino, como para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de processos educativos escolares não tiveram suporte importante de conhecimentos sobre a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Coincidentemente, tem crescido o número de licenciados em outras áreas do conhecimento, buscando formação aprofundada na área de gestão de instituições e de sistemas de ensino, em especial, por meio de cursos de especialização.

Sem desconhecer a contribuição dos cursos de Pedagogia, para a formação desses profissionais e de pesquisadores na área, não há como sustentar que esta seja uma tarefa exclusiva do licenciado em Pedagogia. Por isso, há que se ressaltar a importância de se continuar pensando propostas de formação dos especialistas em Educação, em nível de pós-graduação, na trilha conceitual do curso como aqui explicitada. Com uma história construída no cotidiano das instituições de ensino superior, não é demais enfatizar que o curso de

graduação em Pedagogia, nos anos 1990, foi constituindo-se como o principal *locus* da formação docente dos educadores para atuação na Educação Básica: na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A formação dos profissionais da educação, no curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no País. Enfatiza-se, ainda, que grande parte dos cursos de Pedagogia, hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, organização e desenvolvimento de programas não-escolares bem como na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. Importantes Movimentos Sociais³ também têm demonstrado ao longo dos últimos vinte e cinco anos a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos, notadamente de populações como camponeses, negros e indígenas, como recomendado pela Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”.

2.2.3 Justificativa do Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia

2.2.3.1 Concepção de Homem, de Sociedade e de Educação

O homem se caracteriza como um ser que não tem a sua existência previamente definida, acabada e fechada como ocorre com as outras espécies. Ele a constrói, não apenas pela transformação das condições naturais – graças à instrumentalização técnica que desenvolve – mas também pelo sentido humano, cultural que ele atribui a estas transformações. As ações humanas são carregadas de sentido. Não de um sentido construído por um indivíduo de forma isolada e independentemente das relações sócio históricas de seu grupo, mas produto da coletividade, marcado por conflitos e contradições, expresso em suas manifestações histórico-

³ Destaca-se aqui pela importância política e pelos resultados e impactos para a democratização da escola e da educação, sem negar a existência de outros movimentos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Via Campesina e os diversos movimentos que envolvem a luta por direito a educação levados adiante pelos povos indígenas, camponeses e a população negra, em nosso país e no Estado do Tocantins.

culturais. Na obra “Sobre a Pedagogia”, Kant diz que “o homem é o único animal que precisa ser educado”. A formação no âmbito da universidade, independente de curso, deve considerar essas perspectivas.

A civilização ocidental moderna introduziu a ideia de historicidade do sentido da existência, rompendo, assim, com uma tradição onto-teológica que lhe antecedeu, segundo a qual o ordenamento do universo – incluído o homem – era regido por um *logos* ou por uma divindade superior. Nessa tradição, a orientação do homem (o dever-ser) tinha na razão objetiva (o ser) a referência para nortear as suas ações. A introdução da historicidade na cultura moderna não rompe com a ideia de ordenamento, mas confere ao homem (individual e coletivamente) o desafio de construir um sistema de referência para ordenar sua vida. A modernidade introduz uma ruptura entre o natural e o humano. Por um lado, ela mantém a concepção de uma ordem natural cíclica, cujo comportamento é passível de ser apreendido pela ciência e expresso na forma de leis matemáticas. Por outro, ela eleva o homem à condição de sujeito dotado de liberdade, que, ao conhecer o comportamento da natureza, dela pode dispor para realizar suas necessidades e desejos. Nesse sentido, a civilização moderna trava uma luta contra a cultura e as instituições tradicionais (pré-modernas) e passa a associar a emancipação humana à afirmação de sujeitos históricos, autônomos e esclarecidos, libertando-os do despotismo e da dominação natural, fundamentados na hierarquia natural e/ou divina.

A construção desta nova ordem humana e social passa, então, a exigir uma nova perspectiva de orientação para os indivíduos emancipados da tradição. Novas e diferentes proposições em busca de princípios para fundamentar as ações individuais e coletivas colocam em questão a própria historicidade. De um lado, as tradições racionalista e romântica, que advogam pela existência de uma orientação objetiva e universal (razão e sensibilidade, respectivamente). De outro, a própria historicidade é elevada à condição de absoluto (o espírito absoluto) que assegura a realização da liberdade universal na forma de progresso, que se totaliza.

O contexto atual se revela como um momento de “crise” destas proposições. Trata-se de uma crise que questiona os fundamentos das ações humanas e das instituições sociais erigidos pela modernidade. Enquanto crise se traduz num momento de avaliação e de julgamento do que herdamos das gerações que nos antecederam. Frente a ela, diferentes posicionamentos constituem o novo cenário. Dentre eles, destacam-se, de um lado, o fortalecimento do ceticismo em relação à possibilidade de construção de uma orientação coletiva, que eleva a adaptação individual irrestrita à condição de dever ser. Trata-se, neste caso, de um reconhecimento tácito de que “o mundo que já não é para todos”. Daí a racionalização

da frieza, da indiferença e da apatia em relação a sofrimento pessoal e causas coletivas e, o que sobra é a compensação na esfera do consumo, que lhe é decorrente. De outro, o desejo de reconstituir absolutos, na busca de fundamentalismos religiosos, raciais, sexuais e/ou românticos vai ganhando força, colocando em questão a modernidade e suas conquistas como um todo.

Todavia, o enfrentamento da “crise” pode dar-se também de outra forma: a compreensão da dialética de sua gênese no interior da sociabilidade histórica em que emerge. É possível questionar a modernidade sem abandonar o pressuposto da historicidade e o ideário da emancipação humana, assumindo, efetivamente, a historicidade. Nesse sentido, a exclusão social (carência material) e a dominação social e política (ausência de liberdade) se convertem em referências para nortear as ações individuais e coletivas, num mundo que desenvolveu as condições materiais para a sua satisfação. A percepção sensível (estética) do sofrimento e o conhecimento histórico-social (razão) precisam aliar-se para constituir uma nova perspectiva de orientação. Desta forma, a negatividade percebida sensivelmente na forma de contradição social, enquanto produto histórico torna-se objeto de apreensão racional. Sua compreensão crítica (a negatividade do ser) torna-se referência para nortear as ações (dever-ser). É a realidade prática (o sofrimento injustificado diante das possibilidades históricas e a busca de sua superação) que se constituem, respectivamente, em ponto de partida e de chegada, em referência de orientação. Nenhum processo de formação prescinde dessa perspectiva.

Desta forma, o ideário moderno da emancipação humana referido à historicidade é algo que haverá de sobreviver à crise temporal que atravessa e ao questionamento das formas de fundamentação que lhe foram conferidas no período que cronologicamente denominamos moderno. A luta pela realização das necessidades humanas e pela conquista da liberdade ultrapassa os limites temporais da modernidade econômica e cultural. Nesse sentido, não podemos mais creditar a realização das necessidades humanas ao princípio da competição individual, desvinculado de uma regulamentação coletiva que assegure a democratização das conquistas materiais resultantes do esforço coletivo da humanidade. Nem tampouco, limitar a emancipação humana ao horizonte espiritual ou vinculá-la a uma adaptação subjetiva em relação à objetividade histórica. É preciso questionar esta pretensão de realização da liberdade universal vinculada a princípios abstratos, alheios à própria organização econômica, ou que a absolutizam. Também não podemos mais defender a emancipação humana como uma afirmação do sujeito homem em oposição à natureza (polarização sujeito-objeto), que afirma a autonomia deste em relação àquela.

Trata-se, então, de retomar a defesa da historicidade social do homem, buscando apreendê-la em suas manifestações objetivas, tomando por referência a exclusão social e a dominação econômica e política que perduram apesar da existência de condições materiais para sua superação. Nesta perspectiva, trata-se de apreensão crítica da objetividade histórica, de suas contradições internas e de sua gênese. Esta apropriação é condição de transformação das possibilidades técnicas em emancipação social efetiva. Nesse sentido, a formação e a pesquisa acadêmica, sobretudo, na universidade pública, têm um papel emancipatório fundamental, e mais especialmente, os cursos de formação de professores, na afirmação do espaço-tempo escolar marcado pela apreensão crítico-objetiva da realidade histórica.

É essa a dimensão emancipatória que creditamos à escola, pois, em tempos obscuros, precisamos de mais e não de menos sujeito ou de sua negação. Não de um sujeito abstrato, mas historicamente situado. Entendemos que é a formação deste sujeito que deve constituir-se em fonte de orientação da educação formal e acadêmica. Assim, reafirma-se que o sentido das ações humanas, individuais e coletivas, remete-se à luta pela emancipação social. Não de uma liberdade negativa, contraposta à natureza e em relação aos outros indivíduos. Mas uma liberdade positiva, pautada na afirmação da vida e da dignidade de todos. Julgamos que esta orientação constitui-se num contraponto à violência e à barbárie que nos acossam e a tendência crescente de afirmação de práticas culturais fundamentalistas, que legitimam novas formas de despotismo e de dominação.

2.2.3.2 Realidade Sócio-Histórica e Cultural: a UFT no Contexto Regional e Local

O Projeto Pedagógico Institucional- PPI da UFT, documento elaborado no debate interno da comunidade acadêmica, apresenta aspectos importantes quando pensa e justifica as razões do seu trabalho no estado do Tocantins, e diz:

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins (PPI-UFT, 2007, p. 09).

No documento PDI (2021-2025) consta a indicação de que,

A UFT tem buscado se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua criação, busca nessa fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem (PDI-UFT, 2021-2025, p. 44).

A Universidade ocupa um espaço estratégico para o desenvolvimento regional e local. O processo de reformulação do Projeto Pedagógico Curricular do curso de Pedagogia da UFT considera seu desenvolvimento histórico, o contexto regional e local em articulação com a realidade socioeconômica e política do estado, bem como a diversidade cultural que caracteriza o espaço onde essa proposta de formação se desenvolve, não exclusivamente.

Situado na região norte do Brasil, o Estado do Tocantins ocupa uma área de 277.420,7 km² e sua criação foi determinada pela Constituição Federal de 1988, e conta com uma estimativa populacional de 1.550,194 habitantes, conforme dados do IBGE para 2017. Sendo 78,8% no meio urbano e 21,2% no meio rural. Apesar de, historicamente, registrarem-se lutas pela sua autonomia que remetem ao século XIX as demandas pela criação do novo Estado justificaram-se pelo descaso do poder público para com o antigo norte de Goiás e na ausência total do Estado em áreas prioritárias como educação e saúde.

Na caracterização populacional o Estado do Tocantins se destaca pela diversidade étnica, com uma considerável população indígena (1,1%), totalizando 11.536 pessoas, segundo a FUNASA/SEPLAN-TO, e também com a presença de migrantes de todas as regiões do Brasil. De acordo com LIMA (2016, 148) “a população Akwê-Xerente tem aumentado nos últimos dez anos. A despeito dos conflitos com fazendeiros e dos problemas socioambientais, esse povo tem resistido bravamente e conseguido manter seu território e conta atualmente com uma população de 3.814, distribuídas em cerca de, 82 aldeias, todas situadas no município de Tocantínia”, município vizinho ao município sede do Campus Universitário de Miracema, a cidade de Miracema do Tocantins.

O povo Akwê-Xerente é o que está localizado mais próximo da UFT/Campus de Miracema. Vários estudantes indígenas dessa etnia já concluíram o curso de Pedagogia e atualmente 17 encontram-se matriculados no curso. A seguir um quadro com os cursos existentes no Campus de Miracema, o número de alunos matriculados e os estudantes indígenas matriculados nos cursos atualmente.

Quadro 1 - Cursos de graduação ofertados pela UFT/Campus de Miracema, nº de alunos matriculados e nº de indígenas matriculados em 2018.

| CURSOS | ALUNOS MATRICULADOS | INDÍGENAS MATRICULADOS |
|-----------------|------------------------|---------------------------|
| Educação Física | 118 | 09 |
| Pedagogia | 243 | 17 |
| Psicologia | 106 | 06 |
| Serviço Social | 233 | 22 |
| TOTAL | 700 | 54 |

Fonte: Dados da Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema – Maio de 2018.

A seguir, um quadro que apresenta todas as etnias existentes no Tocantins, os municípios e a área de seus respectivos territórios.

Quadro 2 - Etnias existentes no Tocantins, os municípios e a área de seus respectivos territórios.

| POVO/ETNIA | MUNICIPIOS | TERRITÓRIO/ÁREA (ha) |
|--------------|--|----------------------|
| Apinayê | Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis | 141.904,21 |
| Xerente | Tocantina | 183.245, 11 |
| Javaé | Pium | 177.466,00 |
| Krahô-Kanela | Lagoa da Confusão | 7.612,77 |
| Krahô | Itacajá, Goiatins | 302.532,77 |
| Avá Canoeiro | Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium | 1.358.499,48 |
| Karajá | Araguacema | 375.153,80 |

Fonte: LIMA (2016, p. 117). Adaptação do NDE do Curso.

Além dos povos indígenas, que foram reduzidos em sua quantidade quando comparado com o passado colonial, há também uma presença marcante de populações camponesas e quilombolas em todos os municípios que fazem parte da área de abrangência da UFT/Campus de Miracema. Essa população foi marcadamente rural, até o final da década de 1970 e com o surgimento e crescimento das cidades, passa a ocupar as periferias das pequenas e médias cidades do Tocantins. A partir da segunda metade da década de 1980 inicia-se, de forma mais organizada, os movimentos de luta pela terra e essas populações pobres das periferias começam a viagem de volta para a terra conquistada, na forma de assentamentos, no contexto do Programa de Reforma Agrária realizada pelo estado brasileiro, por pressão dos trabalhadores.

No caso específico de Miracema do Tocantins, município com uma forte concentração fundiária, os trabalhadores rurais, camponeses, nas últimas décadas conquistaram importante território de trabalho no campo, na medida em que forçaram a criação de assentamentos. Oliveira (2013, p. 90), diz que “A existência de assentamentos rurais em Miracema, como

política de estado, tem seu início no final da década de 1980 e não é um movimento isolado, mas se articula com a luta histórica dos camponeses em todo o Brasil”.

No Tocantins e no município de Miracema está presente o problema da concentração fundiária. Embora seja visível o fato de que, na década de 1990, as propriedades rurais, no município, tenham mudado de donos, isso não permitiu alterar a estrutura concentradora, característica da situação fundiária do estado e do país. Dados do Incra sobre o número de assentamentos criados no Estado e em Miracema demonstram, por um lado a concentração fundiária e por outro, a luta dos camponeses por terra para trabalhar, como apresentado por Oliveira (2013, p. 93) nas tabelas 01 e 02 a seguir.

Tabela 1 - Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas no Estado do Tocantins – 1987 a 2010.

| ANO DE CRIAÇÃO | PA's | Área (ha) | Nº de Famílias Assentadas |
|-----------------------------------|------------|--------------------|---------------------------|
| 1987 | 08 | 22.040,278 | 421 |
| 1988 | 12 | 68.587,181 | 1.438 |
| 1989 | 14 | 72.353,436 | 1.334 |
| Sub-Total -Década de 1980 | 34 | 162.980,890 | 3.193 |
| 1991 | 04 | 15.605,769 | 331 |
| 1992 | 23 | 45.801,501 | 669 |
| 1993 | 02 | 3.761,527 | 102 |
| 1994 | 05 | 9.922,091 | 64 |
| 1995 | 21 | 94.440,490 | 1.528 |
| 1996 | 24 | 108.350,300 | 2.064 |
| 1997 | 11 | 39.975,229 | 768 |
| 1998 | 51 | 219.402,080 | 5.221 |
| 1999 | 15 | 41.974,809 | 997 |
| 2000 | 23 | 71.128,784 | 1.382 |
| Sub-Total - Década de 1990 | 173 | 721.491,330 | 13.126 |
| 2001 | 28 | 77.708,569 | 1.534 |
| 2002 | 08 | 17.903,222 | 467 |
| 2003 | 12 | 20.183,202 | 487 |
| 2004 | 04 | 6.880,761 | 149 |
| 2005 | 40 | 106.292,770 | 2.062 |
| 2006 | 26 | 76.048,231 | 1.421 |
| 2007 | 26 | 49.698,122 | 1.115 |
| 2008 | 08 | 19.094,952 | 427 |

| | | | |
|----------------------------|------------|---------------------|---------------|
| 2009 | 07 | 13.233,179 | 276 |
| 2010 | 02 | 5.944,784 | 144 |
| Sub-Total - Década de 2000 | 161 | 392.987,770 | 8.082 |
| TOTAL | 368 | 1.277.459,99 | 24.401 |

Fonte: MDA/SIPRA/INCRA-SR 26. Dados organizados por OLIVEIRA, Antonio Miranda de, 2013.

A luta pela terra no Tocantins está presente em Miracema. Os trabalhadores rurais sem terra intensificaram suas lutas enfrentando as contradições do avanço do capitalismo e, na medida em que conquistaram suas terras, no programa de reforma agrária do estado brasileiro, realizaram territorializações em terras que antes se constituíam como latifúndios improdutivos em Miracema. A seguir apresentam-se dados do INCRA-TO e do Dataluta (2013) sobre a implantação de assentamentos em Miracema.

Tabela 2 - Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas em Miracema do Tocantins – 1980 a 2011.

| ANO DE CRIAÇÃO | PAs | Área (ha) | Famílias Assentadas |
|----------------|-------------------------|-------------------|---------------------|
| 1998 | Irmã Adelaíde | 5.344,7910 | 106 |
| 2000 | Brejinho | 1.685,0900 | 74 |
| 2005 | Universo | 1.205,0000 | 33 |
| 2005 | Mundo Novo | 310,2810 | 13 |
| 2006 | Nossa Senhora de Fátima | 1.002,9000 | 26 |
| TOTAL | 05 | 9.548,0615 | 252 |

Fonte: MDA/SIPRA/INCRA-SR 26. Dados organizados por OLIVEIRA, Antonio Miranda de, 2013.

Juntamente com a conquista da terra para continuar se (re)produzindo material e simbolicamente os trabalhadores lutam por educação, por escola. Em Miracema do Tocantins e no próprio Estado do Tocantins esse processo, mesmo com suas limitações, tem permitido a conquista e a existência de escolas “no campo”, o que gera a possibilidade de espaços de atuação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (especialmente no caso dos estágios e prática de ensino) para docentes e discentes do curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema.

Há uma forte propaganda oficial de que o Estado é hoje, uma das principais fronteiras agrícolas do Brasil. Isso cria um lastro de conflitos e pressão sobre as pequenas propriedades que vivem mediadas pela agricultura camponesa familiar, bem como sobre os territórios

indígenas. Um dado que indica essa problemática está articulado com a expansão da cultura da soja no Estado, como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 3 - Soja no Tocantins, área plantada, municípios com maior produção e safra (2016/2017).

| Local/Município | Área (ha) 1000 | Produção (t) 1000 |
|-------------------------|----------------|-------------------|
| Tocantins | 956 | 2,9 milhões |
| Bico do Papagaio | 20,9 | 55,92 |
| Campos Lindos | 70 | 289,13 |
| Pedro Afonso | 54 | 391,48 |
| Porto Nacional | 149 | 644,03 |
| Gurupi | 90 | 602,40 |
| Dianópolis | 58 | 279 |

Fonte: CONAB/SEPLAN-TO

O Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins em 2017 foi estimado em mais de 28 bilhões de reais e um PIB *per capita* de 19.094,17. Em 2014, pensando o valor agregado do PIB por setor de atividades, temos os seguintes dados: Agropecuária (14%); Indústria (16%) e 70% do Setor de Serviços, conforme dados da SEPLAN-TO.

A distribuição de renda no Estado do Tocantins mostra que mais de 56% da população tocanтинense vive com um valor igual ou inferior a um salário mínimo mensal, indicando, assim, que a maioria da população é pobre. Segundo dados do IBGE/SEPLAN-TO, em 2010 os 20% mais pobres se apropriavam de 2,24% da renda, enquanto os 20% mais ricos se apropriavam de 64,1%.

No Brasil como um todo, esse índice é de 26%, e, na Região Norte, de 31%. Na tabela a seguir apresentam-se os municípios do entorno do Campus da UFT em Miracema do Tocantins, sua população, PIB/per capita e o Idhm estimado em 2017.

Tabela 4 - Municípios do entorno de Miracema. IDHM, população e PIB per capita estimado em 2017

| Município | População | Pib/per capita | IDHM | Classificação ONU |
|------------------|-----------|----------------|-------|-------------------|
| Tocantins | 1.550.194 | 19.094,17 | | |
| Palmas | 286.787 | | 0,788 | |

| | | | | |
|------------------------------|--------|-----------|-------|-------|
| Miracema do Tocantins | 19.055 | 19.740,51 | 0,684 | Média |
| Miranorte | 12.623 | 15.288 | 0,662 | Média |
| Tocantinia | 6.736 | 8.158 | 0,589 | Baixa |
| Barrolandia | 5.549 | 10.905 | 0,642 | Média |
| Lajeado | 2.773 | 18.118 | 0,675 | Media |
| Dois Irmãos | 7.286 | 10.922 | 0,583 | Média |
| Rio Sono | 6.512 | 8.235 | 0,600 | Baixa |

Fonte: IBGE/SEPLAN-TO. Organizado pelo NDE de Pedagogia (2018)

O Estado do Tocantins teve PIB em 2017 estimado em 28 bilhões. Somente 10 municípios do Tocantins, conforme classificação da ONU/PNUD estão com o IDHM na faixa dos sete pontos, como é o caso da capital, Palmas, que tem IDHM de 0,788. Os municípios do entorno da cidade sede do Campus (Miracema do Tocantins) todos têm IDHM médio e baixo, conforme indicado na tabela acima.

Para Carlos Roberto Jamil Cury (2002, p.179), citado no Relatório de Pesquisa–EPDS (UFT/NEPED, 2018, p. 08), um dos determinantes da situação socioeconômica e educacional brasileira é,

a extrema desigualdade socioeconômica que atende pelo nome de pobreza ou de miséria e significa a exclusão histórica e atual de um número significativo de estudantes provindos de famílias de baixa renda. Essa desigualdade, hoje medida por vários instrumentos de análise (do tipo IDH), faz com que haja problemas na escola e que não são da escola e por isso mesmo não é desprezível o impacto desta situação de fato sobre o conjunto do sistema educacional. Se 35 milhões de alunos estão matriculados no ensino fundamental, só 9 milhões estão no ensino médio, dos quais apenas 1,8 milhão concluem essa etapa do ensino. É de se perguntar se se pode desconsiderar a desigualdade socioeconômica como geradora remota das dificuldades próximas que afetam o desempenho intra-escolar dos alunos.

A seguir apresentam-se tabela com o número de municípios, o número de habitantes, conforme as Microrregiões do Estado do Tocantins em 2010.

Tabela 5 – Número de municípios, habitantes conforme Microrregiões do Estado do Tocantins – 2010.

| Microrregião | Nº de municípios | Nº habitantes |
|---------------------|-------------------------|----------------------|
| Bico do Papagaio | 25 | 198.388 |
| Araguaína | 17 | 260.490 |
| Miracema do TO | 24 | 145.535 |
| Porto Nacional | 11 | 304.110 |

| | | |
|-------------|----|---------|
| Rio Formoso | 13 | 112.020 |
| Gurupi | 14 | 127.816 |
| Dianópolis | 20 | 118.377 |
| Jalapão | 15 | 65.705 |

Fonte: UFT/NEPED (2018) elaborado com base em dados disponíveis no site do IBGE (IBGE/SIDRA 2010).

Nas informações acima se vê que a região onde se localiza a sede do Campus da UFT, cidade de Miracema do Tocantins, forma uma microrregião com uma população de mais de 145 mil habitantes e os cursos de graduação existentes no Campus, dentre eles, pedagogia, assumem um papel importante na formação das pessoas neste espaço.

Observa-se que vem aumentando o número de pessoas em situação de pobreza no Tocantins, assim como em outras regiões. Segundo dados de (UFT/NEPED, 2018, p. 62):

Na região Norte, o Estado do Tocantins é o terceiro em número de famílias beneficiadas com o PBF, ficando atrás apenas do Pará, que possui o maior número de famílias que recebem o benefício, e do Estado do Amazonas. O Tocantins, no ano de 2015, tinha 136.339 famílias beneficiárias, o que corresponde a repasses mensais no valor total de R\$ 22.365.366,00.

A seguir apresentam-se dados do Relatório de Pesquisa UFT/NEPED (2018, p. 44) acerca do número de alunos, por nível de ensino e modalidade no Estado do Tocantins, no período de 2010 a 2015.

Tabela 6 - Número de alunos por nível de ensino, etapa e modalidade num recorte de 2010 a 2015.

| Nível/modalidade | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Creche | 14.610 | 14.836 | 16.341 | 18.010 | 19.944 | 20.662 |
| Pré-escolar | 34.142 | 35.690 | 36.754 | 21.912 | 40.758 | 40.013 |
| Ensino Fundamental | 268.451 | 264.021 | 258.280 | 253.686 | 247.786 | 252.125 |
| Ensino Médio | 65.678 | 70.520 | 69.310 | 71.158 | 70.525 | 68.554 |
| Educação de Jovens e Adultos | 23.878 | 20.334 | 23.645 | 33.129 | 19.773 | 20.923 |
| Educação Especial | 2.386 | 2.117 | 2.331 | 2.116 | 2.223 | 2.263 |
| Educação Profissional | 5.069 | 6.255 | 5.844 | 6.218 | 7.142 | 7.017 |

Fonte: UFT/NEPED (2018) elaborado com base nos dados disponíveis no Censo Escolar/MEC, na Seduc e Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas - SEPLAN-To.

Ocupando lugar de destaque negativo nos índices nacionais, sociais e econômicos, o Estado está longe de responder a essas demandas e apresenta, na educação, o pior desempenho no ensino fundamental nacional, além do índice de 21% de analfabetismo geral⁴. Nesse sentido, a Universidade Federal do Tocantins que tem como missão “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” (PDI), é desafiada a contribuir, especialmente através do curso de Pedagogia, de forma significativa com a transformação desse quadro, principalmente pela qualificação de professores que atuam ou atuarão nas escolas do Estado.

A compreensão do processo histórico de criação e desenvolvimento do curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Miracema passa pelo entendimento do conjunto de mudanças político-pedagógicas efetivadas pela Universidade do Tocantins – UNITINS, precursora deste curso no período de 1999 a 2002 e sua incorporação à UFT a partir de 2003.

Dentre as mudanças ocorridas no período de 1999/2000, situa-se a criação dos Centros Universitários de Formação de Profissionais da Educação - CEFOPES⁵. Sua proposta de criação deu-se através de ato da reitoria que baixou a Portaria nº 077/1999, designando uma Comissão Técnico-Pedagógica para elaboração do seu projeto de implantação. Segundo esse projeto, os CEFOPES teriam que incumbir-se de “congregar as políticas públicas educacionais e as diretrizes de formação docente no âmbito da Universidade” (UNITINS, 1999, p.1).

O CEFOPE criado no *campus* de Miracema passou a oferecer os cursos de Pedagogia (Habilitação em Administração ou Supervisão Educacional) e Normal Superior para formar o docente para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme estava previsto na Resolução nº 036/2000, do Conselho Curador da Universidade.

O processo de autorização do curso de Pedagogia aconteceu, conjuntamente, ao ato de criação do CEFOPE por meio do Parecer nº 145/1999, do Conselho Estadual de Educação. Segundo o relatório desse parecer, “os CEFOPES oferecerão cursos de licenciatura e bacharelado em regime regular e especial, bem como programas de pós-graduação e de formação continuada, visando formar e capacitar os docentes e profissionais da educação em geral” (UNITINS, 1999).

⁴ Dados retirados do Planejamento Estratégico – 2006/2010 da Universidade Federal do Tocantins.

⁵ Modalidade de Instituição de Ensino Superior criada pela Unitins, com base no decreto Federal nº 2.306, de 19/08/97 e no Parecer n.º 145/99, de 29/10/99, do Conselho Estadual de Educação do Tocantins.

Esse *locus* formativo foi criado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 para cuidar especificamente da formação de professores, com o objetivo de “desenvolver a formação de profissionais da educação constituindo-se em um centro de excelência profissional e da capacitação de recursos humanos educacionais em âmbito da graduação e da pós-graduação” (UNITINS, 1999, p. 6).

O redirecionamento de interesses institucionais na UNITINS determinou a suspensão do vestibular do segundo semestre de 2000 para os cursos de Normal Superior e Pedagogia, no CEFOPe de Miracema, criando uma situação de instabilidade na continuidade dos cursos, que só foi resolvida com a implantação do *campus* da UFT em 2003. A não realização dos vestibulares para os cursos regulares de Normal Superior e Pedagogia no segundo semestre de 2000 e nos anos de 2001 e 2002 vinha sendo justificado pela reitoria da UNITINS devido ao Plano de Implantação da Universidade Federal do Tocantins.

Diante dessa situação de instabilidade, a comunidade universitária do *campus* de Miracema, principalmente através do movimento estudantil, realizou durante o segundo semestre de 2002, movimento de paralisação das atividades acadêmicas, em vista a garantir a volta dos cursos regulares. A mobilização da sociedade civil e política de Miracema e região sensibilizaram a reitoria da UNITINS a propor aos diretores dos *campi* universitários, que já estavam no processo de federalização, a cedência de dez vagas de professores assistentes, à garantia do retorno dos cursos regulares e sua inclusão no processo de federalização. O *campus* de Miracema retomou regularmente seu vestibular em janeiro de 2003 para os cursos de Pedagogia e Normal Superior nos turnos matutino e noturno. No final desse ano, a Universidade reuniu seus Coordenadores de Cursos para propor a extinção do Curso Normal Superior na UFT e a conseqüente migração dos alunos ao Curso de Pedagogia⁶.

A partir de então, o curso de Pedagogia ofertou a estrutura curricular oriunda dessa adaptação, na espera da publicação das novas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação em maio de 2006.

A UFT, considerando a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (DCNP), em maio de 2006, instituiu o processo de reformulação dos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de Pedagogia nela adscritos, criando uma

⁶ Nesse contexto de reformulação dos projetos do curso de Pedagogia da UFT, no *campus* de Miracema, que já havia concluído uma turma de Pedagogia, foi oferecido um 9º período, em caráter facultativo, de complementação pedagógica para a docência, para que os egressos pudessem gozar do título de licenciados em Pedagogia, aptos a atuarem na docência das séries iniciais do ensino fundamental. O programa de formação pedagógica desenvolveu-se em 540 horas, incluindo as Metodologias do Ensino e o Estágio Supervisionado, com duração de 300 horas.

Comissão Institucional responsável pela condução das atividades de reformulação daqueles que levassem em conta a criação de uma estrutura curricular comum para seus quatro cursos de pedagogia, em consideração que as Diretrizes determinassem que todos os cursos de Pedagogia se adequassem a ela, pois as habilitações atualmente existentes nos cursos de Pedagogia foram extintas.

Em sua estrutura *multicampi*, a UFT possui quatro cursos de Pedagogia, que se localizam nos *campi* de Arraias, Miracema, Palmas e Tocantinópolis. Desde o ano de 2004, os Colegiados destes cursos discutem sobre a reformulação curricular, no sentido de atender às mudanças e inovações introduzidas pelas novas demandas sociais, epistemológicas e pedagógicas da área de educação, bem como aos requisitos legais.

Com o desencadear do processo de reformulação dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) dos cursos da UFT, a partir do *I Seminário de Reformulação Curricular dos Cursos de Graduação da UFT* e da Resolução do CONSEPE nº 05/2005, os Colegiados dos cursos de Pedagogia deram sequência às discussões internas acompanhando as discussões que se realizavam em âmbito nacional acerca das Diretrizes Curriculares para o Curso. Em setembro de 2006, a Pró-Reitoria de Graduação convocou os coordenadores dos cursos de Pedagogia da UFT e mais um membro das comissões do PPC de cada colegiado para compor Comissão Institucional em vista à construção das diretrizes norteadoras da reformulação dos currículos do curso. O objetivo destas diretrizes foi estabelecer uma organização curricular mínima comum aos quatro cursos, obedecendo aos princípios, objetivos e concepções já estabelecidas pelas Diretrizes Nacionais.

Essa Comissão instituiu uma dinâmica de trabalho que consistiu em quatro encontros: no primeiro se discutiu as concepções subjacentes às Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia (DCNP) e se definiu a concepção e os objetivos do Curso, o perfil do pedagogo e a forma de organização curricular. No segundo encontro, discutiu-se, preliminarmente, a estruturação dos núcleos que comporiam a estrutura curricular do curso, de acordo com as DCNP. Logo após, as coordenações dos cursos de Pedagogia participaram do I Encontro Nacional dos Coordenadores de Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Brasileiras, em Florianópolis, promovido pela UFSC e pelo Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas – FORUMDIR, que teve por objetivo discutir as DCNP e definir um entendimento comum do setor público da área da educação sobre estas.

O terceiro encontro da Comissão ocorreu durante o I Fórum de Ensino Pesquisa, Extensão e Cultura da UFT (FEPEC), em outubro/2006, quando se delimitou uma estratégia de trabalho para o próximo encontro, em que cada colegiado apresentaria uma proposta de

estruturação dos núcleos e indicação dos seus componentes curriculares, que seria socializada aos demais para análise. No último encontro realizado, em dezembro, a comissão trabalhou a partir das proposições de estruturação dos núcleos dos colegiados, discutindo cada um dos componentes propostos e definindo, por voto ou por consenso, o que integraria a proposta final.

A reformulação do Projeto Pedagógico Curricular não expressa uma pura e simples adequação às normas legais, mas, sobretudo o atendimento às demandas que historicamente vem sendo formuladas pelos movimentos organizados da sociedade na prática do exercício da cidadania.

Do ponto de vista epistemológico, esse processo de reformulação do Projeto Pedagógico Curricular assenta-se no entendimento de que o curso de Pedagogia trata do campo teórico-prático investigativo da educação, do trabalho pedagógico, dos processos de ensino-aprendizagem, que se realizam na práxis social. Objetiva-se, assim, formar o licenciado em Pedagogia a partir do objeto próprio de estudo da área, fundamentado na docência que compreende o ensino, a gestão, a produção e a difusão do conhecimento, nos espaços escolares e não-escolares, cuja identidade é construída pelo exercício das atividades docentes que compreendem funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas, nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; de organização e gestão de sistemas, instituições de ensino e processos educativos e de produção e difusão de conhecimento do campo educacional.

A organização curricular que dará conta da formação do pedagogo para atuar no ensino, na gestão e na pesquisa educacional baseia-se na concepção de que a formação proporcionará uma visão ampla e aprofundada dos processos educativos em busca da unidade teoria-prática. Para tal adotar-se-á uma estruturação curricular organizada em três núcleos: *Núcleo de Estudos Básicos*, *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos* e *Núcleo de Estudos Integradores*.

O primeiro, *Núcleo de Estudos Básicos*, privilegia a formação básica, que contempla os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimentos.

O *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos*, por sua vez, volta-se às áreas de atuação profissional, que oportuniza o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo, através de disciplinas ou outros componentes curriculares, tais como: seminários de

pesquisa, elaboração e defesa do TCC e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental contemplando as dimensões do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento.

Já o terceiro, o *Núcleo de Estudos Integradores*, proporcionará enriquecimento curricular, que compreende disciplinas optativas de livre escolha dos alunos, a participação em atividades práticas em diferentes áreas do campo educacional e nas atividades integrantes, tais como: participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares acadêmico-científico-culturais: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes.

2.2.3.3 O Processo de Reconstrução do PPC do Curso de Pedagogia no Campus de Miracema

O Colegiado do curso de Pedagogia do *campus* de Miracema, durante o processo de reformulação do seu PPC, desenvolveu diversas ações para viabilizar o debate e a reflexão das ideias que norteariam a concepção de curso adotada. Esses debates ocorreram a partir do processo de avaliação do Colegiado acerca do projeto de formação do pedagogo que vem sendo praticado, mas também das avaliações do NDE - Núcleo Docente Estruturante do Curso, bem como das necessidades formativas indicadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia, combinadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica.

Neste sentido, a partir do segundo semestre de 2016, por orientação da PROGRAD, inicia-se o processo de reformulação do PPC do Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema. Formado o NDE do Curso, decidiu-se que os assuntos relacionados ao processo de debate e reformulação do PPC do curso passariam a ser pauta permanente nas reuniões do Colegiado, além das reuniões específicas do NDE.

A fase inicial dos trabalhos foi articulada pelo interesse de avaliar o que já estamos fazendo, conforme resultados da formação também expressos em relatórios de avaliação da UFT e nacionais. Somou-se a isso processo de escuta dos alunos e estudo de documentos específicos, tais como: relatórios de pesquisas produzidas por docentes e discentes do curso; estudo de documentos oficiais (diversas resoluções e pareceres relacionados ao debate da formação docente no Brasil), além do estudo de material teórico que nos ajudassem a construir convencimento acerca das opções de formação no âmbito do curso de Pedagogia. Teve espaço

importante neste processo os debates e reuniões de trabalho articuladas pela Prograd, bem como as reuniões que ocorreram entre os NDEs dos Cursos existentes no Campus de Miracema.

No novo PDI da UFT (2021-2025) anuncia-se algumas diretrizes para a organização curricular e que são pistas do percurso formativo do cidadão e que devem fazer parte dos projetos de formação, conforme segue (UFT-PDI, 2021-2015, p. 47-48):

Matriz formativa: a organização do currículo passa de uma aprendizagem linear e progressiva para uma educação em rede, baseada nas competências necessárias para que o profissional em formação encontre oportunidades em meio à complexidade do mundo do trabalho atual e, sobretudo que transforme a sua realidade.

Flexibilização curricular: o currículo deve ter flexibilidade suficiente para que o estudante possa fazer escolhas de percursos configurando as competências para a composição deste perfil inovador, resguardando àquelas definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e que podem ser construídas em diferentes contextos de aprendizagem, reconhecendo e valorizando as competências individuais.

Objetos de conhecimento: elaboração dos programas de formação a partir das competências definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais regulamentações, bem como as especificidades do contexto local e regional em sintonia com o PDI e PPI. Os programas de formação devem explicitar a relação com a pesquisa, extensão e suas formas de creditação.

Os programas de formação devem prever ainda espaços formativos relativos às políticas de educação ambiental, de ações afirmativas, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme legislação.

2.2.4 Objetivos do Curso

O Curso de Pedagogia da UFT trata do campo teórico-prático investigativo da educação, do trabalho pedagógico, dos processos de ensino-aprendizagem, que se realizam na práxis social.

Nessa perspectiva, o Curso de Pedagogia forma o licenciado em pedagogia, que deverá ter uma sólida formação, teórico-prática e interdisciplinar balizada nos fundamentos filosóficos, históricos, psicológicos, políticos e sociais que condicionam o fenômeno educativo, bem como nos conhecimentos didático-pedagógicos e da gestão dos processos educativos que tenham como objeto o trabalho pedagógico, que fundamenta a docência.

A docência como a estamos compreendendo, conforme os documentos normativos que regulam a oferta de cursos de formação de professores da educação básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica (Res. CNE/ n 2/2015), bem como o debate político-acadêmico de pesquisadores da área, possui dois sentidos: um sentido amplo, que a caracteriza como ação educativa e processo pedagógico sistemático e intencionalmente construído nas relações

sociais, e um sentido estrito, que a toma como expressão articulada do conhecimento, do ensino e da aprendizagem, ou concretização dos procedimentos didático-pedagógicos em sala de aula.

Tomar a docência como fundamento do trabalho pedagógico, significa considerar, segundo o FORUMDIR (1998), que os processos de formação dos profissionais da educação tenham organicidade a partir de uma base comum, que são os processos educativos em sua dimensão de totalidade sobre o qual dar-se-ão os recortes específicos, em termos de aprofundamento.

Nessa perspectiva, a docência compreende as diferentes dimensões do trabalho pedagógico: o ensino (educação infantil, educação fundamental, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do/no campo, etc.), as tarefas de organização e gestão dos espaços escolares e não escolares, o planejamento, a avaliação e o acompanhamento das políticas públicas em educação, bem como a produção e difusão do conhecimento na área educacional.

A gestão educacional, ou a organização e gestão dos espaços escolares, é compreendida como gestão democrática, onde as diversas funções do trabalho pedagógico são integradas e articuladas dialeticamente, abrangendo as atividades de planejamento, administração, supervisão, orientação, coordenação, acompanhamento e avaliação dos processos educativos que ocorrem em diversos espaços sociais.

O curso de Pedagogia, portanto, baseado na concepção ampliada de docência, objetiva formar o licenciado em pedagogia a partir do objeto próprio de estudo da Pedagogia, fundamentada na docência que compreende o ensino, a gestão e a produção e difusão do conhecimento, nos espaços escolares e não-escolares.

2.2.5 Perfil Profissional

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006) para traçar o perfil do egresso do curso Pedagogia, há de se considerar que:

- o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
- a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;

- os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras(es) como alunas(os) ensinam e aprendem, uns com os outros;
- o professor é agente de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica (Res. CNE/ n 2/2015), aponta os seguintes princípios para a formação de profissionais do magistério da educação básica (Artigo 3º, parágrafo 5º):

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirada nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

Esta mesma Resolução ao contemplar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica (Res. CNE/ n 2/2015), especialmente no parágrafo 2º do artigo 13, indica conteúdos específicos que devem fazer parte do currículo dos cursos de formação de professores:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Libras, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O atendimento a essa exigência, neste projeto pedagógico está assim organizado: os conteúdos “relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias” estão contemplados em disciplinas específicas como: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico, prevista no 2º período do curso; Políticas Públicas e Planejamento da Educação, prevista no 7º período do curso. Em relação ao tema dos “Direitos Humanos” está contemplado como conteúdo específico: dignidade, direitos humanos e educação, descrito na ementa da disciplina Filosofia da Educação e Ética, prevista para o 2º período do curso. Assim como LIBRAS e Educação Especial, respectivamente contempladas como disciplinas regulares no 8º e no 3º períodos do curso.

As temáticas: “Direitos Educacionais de Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas” está previsto como conteúdo na disciplina de EJA no 8º período; “Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas”

está previsto conteúdo na ementa da disciplina Psicologia da Educação II; “diversidade sexual e de gênero” e o “estudo do desenvolvimento e aprendizagem nas diferentes faixas geracionais: infância, adolescência e envelhecimento humano” estão previstos como conteúdo na ementa da disciplina Psicologia da Educação I; e a temática da “diversidade cultural e religiosa” ficou contemplado na ementa da disciplina Antropologia e Educação.

Neste sentido, a identidade do Pedagogo define-se no exercício das atividades docentes que compreendem funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio, na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, de processos educativos e produção e difusão de conhecimento do campo educacional além de outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos.

2.2.6 Conhecimentos, Atitudes e Habilidades

A formação desse perfil para o licenciado em Pedagogia requer consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Considerando esse perfil profissional e sem perder de vista a formação humana, essencial ao educador, o egresso do curso de Pedagogia deverá, conforme determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006):

- atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psicológica, intelectual, social, entre outras;
- fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

- aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sócio-cultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, no caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;
- atuar como agentes interculturais, com vistas a valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

Essas mesmas orientações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas, como indica a Resolução CNE/CP nº 2/2015, em seu Artigo 3º, § 7º: “Os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola devem reconhecer que”:

I - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar indígena, nos termos desta Resolução, deverá considerar as normas e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, nos termos desta Resolução, deverá considerar a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

2.2.7 Campos de Atuação Profissional

O campo de atuação do licenciado em Pedagogia é composto pelas seguintes dimensões, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006):

- docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-

escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;

- produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica (Res. CNE/ n 2/2015), em seu Artigo 8º define que:

Art. 8º O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Esses elementos, bem como os processos de avaliação realizados sobre a formação do pedagogo a partir do seu projeto pedagógico curricular que está em execução, permitiu o

aprofundamento das reflexões no sentido de pensar e instituir uma organização curricular que contribua com a formação mais ampla e crítica do/a pedagogo/a.

2.2.8 Organização Curricular

O Currículo do curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema será estruturado com base na Resolução CNE/CP n.1 de 15 de maio de 2006 e, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica (Res. CNE/ n 2/2015) cuja organização está constituída em três núcleos: Núcleo de Estudos de Formação Geral; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de atuação profissional e Núcleo de Estudos Integradores com carga horária mínima de integralização de 3.210 horas, distribuídas no tempo mínimo de 08 (oito) semestres, predominando componentes curriculares de 60 h/aula. O quadro a seguir apresenta a carga horária das atividades de formação.

Quadro 3 - Carga horária e atividades de formação

| CH | ATIVIDADES DE FORMAÇÃO |
|----------------|--|
| 2.200 h | Componentes Curriculares/Disciplinas |
| 400 h | Prática como Componente Curricular |
| 400 h | Estagio Supervisionado em EI e AIEF articuladas à Gestão de Processos Educativo-Pedagógicos e à Pesquisa Educacional |
| 210 h | Atividades teórico-práticas de aprofundamento |

Fonte: Resolução. CNE/CP n. 2/2015 (artigo 12).

2.2.8.1 Concepção e Organização dos Núcleos

Apresentaremos a seguir a concepção de cada núcleo, conforme descrição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes a Educação Básica, e os respectivos componentes curriculares que os integram, suas cargas-horárias e uma breve apresentação conceitual de alguns dos componentes curriculares do núcleo de estudos integradores.

2.2.8.2 I NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL

Esse núcleo privilegia a formação básica contemplando os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento, articulando com:

- a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

Quadro 4 - Componentes curriculares do núcleo de estudos de formação geral

| NÚCLEO I | | | |
|---------------------------------|--------------|--|--------------|
| Disciplinas específicas | C. H. | Disciplinas de dimensão pedagógica | C. H. |
| Leitura e Produção de Texto | 60 | Psicologia da Educação I | 60 |
| Sociologia da Educação | 60 | Psicologia da Educação II | 60 |
| História da Educação | 60 | Arte e Educação | 60 |
| Introdução à Filosofia | 60 | Educação Ambiental | 60 |
| Literatura Infanto-juvenil | 60 | Didática | 60 |
| Teorias do Currículo | 60 | Fundamentos e Metodologia do ensino de Geografia | 60 |
| Filosofia da Educação e Ética | 60 | Fundamentos e Metodologia do ensino de História | 60 |
| Antropologia e Educação | 60 | Fundamentos e Metodologia do ensino de Arte e do Movimento | 60 |
| Estatística Aplicada à Educação | 60 | Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil | 60 |
| | | Fundamentos e Metodologia do ensino de Ciências Naturais | 60 |
| | | Fundamentos e Metodologia do ensino de Matemática | 60 |
| | | Avaliação Educacional | 60 |
| | | Fundamentos e Metodologia do ensino de Linguagem | 60 |
| | | Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico | 60 |
| | | Políticas Públicas e Planejamento da Educação | 60 |
| | | Alfabetização e Letramento I | 60 |
| | | Alfabetização e Letramento II | 60 |
| | | Ludicidade e Infância | 60 |
| | | Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS | 60 |
| | | Teorias do Currículo | 60 |
| TOTAL DE HORAS | 540 | | 1200 |

2.2.8.3 II. NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos volta-se às áreas de atuação profissional e oportunizará o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo,

através de disciplinas ou outros componentes curriculares, tais como: Metodologia do Trabalho Científico, Estatística Aplicada à Educação, Projeto de TCC, elaboração e defesa do TCC e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental contemplando as dimensões do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento. Em sintonia com os sistemas de ensino, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

- a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Quadro 5 - Componentes curriculares do núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional

| NÚCLEO II | | | |
|--|--------------|---|--------------|
| Disciplinas específicas | C. H. | Disciplinas de dimensão pedagógica | C. H. |
| Metodologia do Trabalho Científico | 60 | Estágio da Educação Infantil I | 90 |
| Educação e Cultura Afro Brasileira | 60 | Estágio da Educação Infantil II | 120 |
| Educação Especial | 60 | Estágio nos Anos Iniciais do EF I | 90 |
| Educação de Jovens e Adultos - EJA | 60 | Estágio nos Anos Iniciais do EF II | 105 |
| Educação e Campesinato | 60 | | |
| Educação Escolar Indígena | 60 | | |
| Projeto de TCC | 60 | | |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 75 | | |
| Estatística Aplicada à Educação | 60 | | |
| Total de créditos/horas do Núcleo | 555 | | 405 |

2.2.8.4 III. NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

O *Núcleo de Estudos Integradores* deve proporcionar enriquecimento curricular e compreende disciplina optativa, de livre escolha dos alunos, eletivas, que podem ser cursadas em qualquer curso de graduação da UFT, de forma presencial. Compreende ainda a participação em atividades práticas em diferentes áreas do campo educacional e em atividades denominadas integrantes, tais como: participação em seminários e estudos curriculares, Grupos/Núcleos de Pesquisa, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientadas pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares/acadêmico-científico-culturais: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes, compreendendo a participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Quadro 6 - Componentes curriculares do núcleo de estudos integradores

| COMPONENTES CURRICULARES | CR | CH |
|------------------------------------|-----------|------------|
| Atividades Complementares | 14 | 210 |
| Disciplinas Eletivas | 12 | 180 |
| Atividades Integrantes | 16 | 240 |
| Total de créditos do núcleo | 42 | 630 |

2.2.8.5. A) Conceituação dos componentes curriculares da Dimensão das Atividades Complementares

A1) Atividades complementares: por definição, trata-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus conforme Instrução Normativa Nº 01/2019, aprovada pelo Colegiado de Curso em 04 de junho deste ano e está tramitando para aprovação no Conselho Diretor do Campus.

A2) Componentes curriculares eletivos: por definição, são componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do pedagogo e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino.

2.2.8.6. B) Conceituação dos componentes curriculares que compõem a Dimensão Integrante

B1) Atividades integrantes: por definição, trata-se de atividades curriculares de ensino, propostas pelo corpo docente, pelos grupos/núcleos de pesquisa, com organização, avaliação e carga horária específicas e aprovadas pelo Colegiado do Curso. As atividades de ensino relacionadas a esta dimensão são de natureza não disciplinar e têm por base as prioridades do curso, as demandas discentes. Sua carga horária de oferta não deverá ser inferior a 15 horas e poderão ser ofertadas em qualquer turno de funcionamento do curso. As propostas dos professores serão objeto de apreciação do colegiado e sua carga horária deverá ser contabilizada como atividade de ensino. Para cursar essas atividades os/as discentes podem organizar seu horário de estudo em horário distinto do turno de oferta do curso e isso poderá ser desenvolvido ao longo do tempo da formação. Considera-se importante a articulação dessas atividades de formação com as possibilidades de fortalecimento do diálogo com as escolas de educação básica.

No quadro abaixo apresentamos algumas atividades integrantes que compõem o currículo do curso de Pedagogia, categorizadas por tipo de atividades:

Quadro 7 – Atividades Integrantes

| ATIVIDADES | Carga horária mínima semestral (quando ofertada a atividade) |
|---|---|
| ATIVIDADES DE ENSINO | |
| 1. Grupo de estudos | 15h |
| 2. Seminários temáticos | 15h |
| 3. Monitoria escolar (projeto com sistema de ensino) | 15h |
| 4. Apoio pedagógico e confecção de material didático | 15h |
| 6. Outras atividades propostas pelos Grupos/Núcleos de Pesquisa | 15h |
| ATIVIDADES DE EXTENSÃO | |
| 5. Participação em atividades de extensão | 30h |
| 6. Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão (com orientação docente) | 30h |
| 7. Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso. | 30h |
| 8. Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar. | 30h |
| 9. Estudo e produção artístico-cultural | 30h |
| 10. Assessoria e acompanhamento de programas e projetos educativos desenvolvidos em espaços escolares ou não escolares. | 30h |

B2) Definição das Atividades Integrantes de Ensino não disciplinar:

B2.1) Grupo de estudo: constitui-se em atividade proposta por um ou mais docentes que reúne um grupo de estudantes (no mínimo 15), que tem por objeto o estudo avançado de autores que contribuem com a formação do pedagogo.

B2.2) Seminário temático: constitui-se em atividade proposta por um ou mais docentes para um grupo de estudantes (no mínimo 15) que tem como objeto o aprofundamento de temáticas priorizadas no Projeto do Curso e/ou outras demandas que contribuem com a formação do pedagogo.

B2.3) Monitoria escolar: constitui-se em atividade proposta pelo Colegiado, em consonância com os sistemas de ensino, a ser orientada por um ou mais docentes, que tem por objetivo inserir os discentes (no mínimo 15 por professor) no ambiente escolar, a fim de possibilitar-lhes vivências e experiências no âmbito do ensino, da gestão e da produção de conhecimento.

B2.4) Apoio pedagógico e confecção de material didático: constitui-se em atividade de estudo e de produção de material didático, organizado de forma sistemática a partir de projeto de um ou mais docentes, que tem como público-alvo discentes do Curso de Pedagogia (no mínimo 15) e professores da Rede Pública de Ensino, e objetiva dar suporte ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas do Curso e do exercício da profissão docente nas séries iniciais do ensino fundamental e da educação infantil.

B2.5) Outras atividades propostas pelo Colegiado: além das atividades elencadas acima, o Colegiado de Curso poderá apresentar propostas de outras atividades de ensino que integrarão o currículo, seguindo os mesmos princípios e critérios já definidos para as atividades integrantes: serem oferecidas e orientadas pelo corpo docente, com organização, avaliação e carga-horária específicas, de natureza não disciplinar, terem por base as prioridades do Curso, as demandas discentes.

2.2.8.7 Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia

2.2.8.7.1 Dados do Curso

- **Curso:** Pedagogia
- **Modalidade do Curso:** Licenciatura
- **Endereço do Curso:** CURSO DE PEDAGOGIA - CÂMPUS DE MIRACEMA, Av. Lourdes Solino, S/N, Setor Universitário – Miracema/TO CEP: 77650-000 Fone: (63) 3366-8618 | E-mail: pedmira@uft.edu.br
- **Ato Legal de reconhecimento do Curso:**
- **Criação e Autorização:** Resolução/Conselho Curador nº 0036 de 31/01/2000
- **Reconhecimento:** Decreto Estadual nº 1.814, de 18/07/2003 – DOE de 25/07/2003, p. 36541
- **Renovação de Reconhecimento:**
 - Portaria MEC nº 413, de 11/10/2011. DOU de 14/10/2011, S. 1, p. 24
 - Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012. DOU de 27/12/2012, S.1, p.64
- **Estrutura Curricular:** Resolução Consepe nº03/2007, de 04/04/2007
- **Conceito ENADE:** 2 (2014)
- **Conceito Preliminar de Curso:** 3 (2014)

- **Número de Vagas:** 80
- **Turno de Funcionamento:** Matutino e Noturno
- **Dimensão das turmas teóricas e práticas:** 40 alunos
- **Período mínimo e máximo para a integralização curricular:** Mínimo de 08 semestres e Máximo de 12.
- **Regime de Oferta:** crédito semestral
- **Carga horária:** 3.210 h

Matriz Curricular

| Componentes Curriculares | CR | CHT | CHP | PCC | CH Total |
|--|-----------|------------|-----------|------------|------------|
| 1º PERÍODO | | | | | |
| Leitura e Produção de Texto | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Sociologia da Educação | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Introdução à Filosofia | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| História da Educação | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Metodologia do Trabalho Científico | 04 | 45 | 15 | -- | 60 |
| Sub total | 20 | 285 | 15 | 00 | 300 |
| 2º PERÍODO | | | | | |
| Educação e Cultura Afro Brasileira | 04 | 45 | -- | 15 | 60 |
| Filosofia da Educação e Ética | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Antropologia e Educação | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Psicologia da Educação I | 04 | 45 | -- | 15 | 60 |
| Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Sub total | 20 | 270 | 00 | 30 | 300 |
| 3º PERÍODO | | | | | |
| Literatura Infante Juvenil | 04 | 30 | 15 | 15 | 60 |
| Psicologia da Educação II | 04 | 45 | -- | 15 | 60 |
| Didática | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Alfabetização e Letramento I | 04 | 30 | 15 | 15 | 60 |
| Educação Especial | 04 | 30 | 15 | 15 | 60 |
| Sub total | 20 | 165 | 45 | 90 | 300 |
| 4º PERÍODO | | | | | |
| Alfabetização e Letramento II | 04 | 30 | 15 | 15 | 60 |
| Arte e Educação | 04 | 45 | 15 | -- | 60 |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de História | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Pedagogia da Educação Infantil | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Eletiva I | 04 | 60 | - | - | 60 |
| Sub total | 24 | 225 | 30 | 105 | 360 |
| 5º PERÍODO | | | | | |
| Educação Escolar Indígena | 04 | 45 | 15 | -- | 60 |

| | | | | | |
|--|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| Educação Ambiental | 04 | 45 | 15 | -- | 60 |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Linguagem | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Estágio da Educação Infantil I | 06 | 30 | 60 | -- | 90 |
| Eletiva II | 04 | 60 | - | - | 60 |
| Sub total | 26 | 240 | 90 | 60 | 390 |
| 6º PERÍODO | | | | | |
| Estatística Aplicada à Educação | 04 | 45 | 15 | -- | 60 |
| Ludicidades e Infância | 04 | 45 | 15 | -- | 60 |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Arte e do Movimento | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Estágio da Educação Infantil II | 08 | 60 | 60 | -- | 120 |
| Sub total | 24 | 210 | 90 | 60 | 360 |
| 7º PERÍODO | | | | | |
| Projeto de TCC | 04 | 30 | 30 | -- | 60 |
| Educação e Campesinato | 04 | 45 | 15 | -- | 60 |
| Teorias do Currículo | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Políticas Públicas e Planejamento da Educação | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I | 06 | 30 | 60 | -- | 90 |
| Eletiva III | 04 | 60 | - | - | 60 |
| Sub total | 26 | 285 | 105 | 00 | 390 |
| 8º PERÍODO | | | | | |
| Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II | 07 | 60 | 45 | -- | 105 |
| Educação de Jovens e Adultos - EJA | 04 | 60 | -- | -- | 60 |
| Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Trabalho de Conclusão de Curso – TCC | 05 | 30 | 45 | -- | 75 |
| Avaliação Educacional | 04 | 30 | -- | 30 | 60 |
| Sub total | 24 | 210 | 90 | 60 | 360 |
| Sub-Total componentes curriculares | 184 | 1890 | 465 | 405 | 2.760 |
| ATIVIDADES INTEGRANTES | 16 | | | | 240 |
| ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 14 | | | | 210 |
| TOTAL GERAL | 214 | | | | 3.210 |

Legenda: CHT – carga horária teórica; CHP – carga horária prática; PCC – prática como componente curricular; CH – carga horária total – Todas computadas em hora/aula.

2.2.8.2.2 Turno de Funcionamento e Oferta de Vagas

O Curso de Pedagogia UFT/Campus de Miracema funcionará nos turnos matutino e noturno, com oferta de 80 vagas anuais, com entradas em turnos alternados.

A oferta da estrutura curricular e demais elementos formativos previstos neste projeto pedagógico para a formação do pedagogo passa a ocorrer, de forma regular, para todos os discentes com entrada prevista a partir de 2019/1. Para os discentes que estão cursando a

formação oriunda do projeto pedagógico de 2007 e que está em vigor, sem prejuízo da formação, aponta-se as seguintes possibilidades:

A primeira é o processo de migração de todos os discentes matriculados no curso para a nova estrutura curricular, se assim desejarem, mediante a análise da situação de sua condição acadêmica no curso e respectiva assinatura de termo de consentimento no qual o/a acadêmico/a concorda com sua migração para a nova estrutura curricular.

A segunda é a não migração dos discentes, se assim desejarem, que em 2020/1 estarão matriculados no 6º, 7º, 8º e 9º períodos da estrutura curricular do PPC de 2007. Em razão das mudanças no currículo de formação do curso, especificamente na área do estágio, que passa de 300 para 400 horas de prática de ensino e estágio supervisionado, bem como a necessidade de cursar outras disciplinas incluídas na nova versão do projeto, haverá um incremento qualitativo na formação dos discentes.

A seguir apresenta-se quadro com a indicação das equivalências entre as duas estruturas e que servirá de orientação no processo de migração e aproveitamento de disciplinas.

QUADRO 9: Equivalência entre as disciplinas da estrutura curricular de 2007 e a nova versão

| Versão Anterior do PPC 2007 | | Versão Nova do PPC | | |
|--|-----|--------------------|---|-----|
| Disciplina | CH | Período | Disciplina | CH |
| 1º PERÍODO | | | | |
| Leitura e Produção de Texto | 60h | 1º | Leitura e Produção de Texto | 60h |
| Introdução à Pedagogia | 60h | --- | OPTATIVA | 60h |
| Introdução à Filosofia | 60h | 1º | Introdução à Filosofia | 60h |
| Sociedade, Cultura e Educação. | 60h | --- | INTEGRANTE | 60h |
| Seminário de Pesquisa I | 60h | 1º | Metodologia do Trabalho Científico | 60h |
| Sub total | | | | |
| 2º PERÍODO | | | | |
| História da Educação Brasileira | 60h | 1º | História da Educação | 60h |
| Sociologia da Educação | 60h | 1º | Sociologia da Educação | 60h |
| Antropologia e Educação | 60h | 2º | Antropologia e Educação | 60h |
| Psicologia do Desenvolvimento | 60h | 2º | Psicologia da Educação I | 60h |
| Seminário de Pesquisa II | 60h | 1º | Metodologia do Trabalho Científico | 60h |
| Sub total | | | | |
| 3º PERÍODO | | | | |
| Teorias Pedagógicas | 60h | --- | OPTATIVA | 60h |
| Psicologia da Aprendizagem | 60h | 3º | Psicologia da Educação II | 60h |
| Didática | 60h | 3º | Didática | 60h |
| Infância, Cultura e Sociedade | 60h | --- | OPTATIVA | 60h |
| Seminário de Pesquisa III | 60h | 4º | Estatística Aplicada à Educação | 60h |
| Atividades Integrantes | 60h | --- | ---- | 60h |
| Sub total | | | | |
| 4º PERÍODO | | | | |
| Filosofia da Educação | 60h | 2º | Filosofia da Educação e Ética | 60h |
| Alfabetização e Letramento | 60h | 3º | Alfabetização e Letramento I | 60h |
| Organização do Trabalho Pedagógico | 60h | 2º | Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico | 60h |
| Fundamentos e Met. do Ensino de História | 60h | 4º | Fundamentos e Met. do Ensino de História | 60h |

| | | | | |
|--|-------|-----|--|-------|
| Fundamentos e Met. do Ensino de Geografia | 60h | 6° | <i>Fundamentos e Met. do Ensino de Geografia</i> | 60h |
| Atividades Integrantes | 60h | --- | ---- | 60h |
| Sub total | | | | |
| 5° PERÍODO | | | | |
| Arte e Educação | 60h | 6° | <i>Arte e Educação</i> | 60h |
| Planejamento e Gestão da Educação | 60h | 7° | <i>Políticas Públicas e Planejamento da Educação</i> | 60h |
| Fundamentos e Met. do Ensino de Linguagem | 60h | 5° | <i>Fundamentos e Met. do Ensino de Linguagem</i> | 60h |
| Fundamentos e Met. do Ensino de Matemática | 60h | 5° | <i>Fundamentos e Met. do Ensino de Matemática</i> | 60h |
| Projeto de Estágio | 60h | 5° | <i>Estágio da Educação Infantil I*</i> | 90h |
| Atividades Integrantes | 60h | | <i>Atividades Integrantes*</i> | |
| Sub total | | | | |
| 6° PERÍODO | | | | |
| Avaliação da Educação Básica | 60h | 8° | <i>Avaliação Educacional</i> | 60h |
| Fundamentos e Met. do Ensino de Ciências Naturais | 60h | 7° | <i>Fundamentos e Met. do Ensino de Ciências Naturais</i> | 60h |
| Fundamentos e Met. do Ensino de Arte e do Movimento | 60h | 6° | <i>Fundamentos e Met. do Ensino de Arte e do Movimento</i> | 60h |
| Pedagogia da Educação Infantil | 60h | 4° | <i>Fundamentos e Met. do Trabalho em Ed. Infantil</i> | 60h |
| Estágio Dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 120 h | 7° | <i>Estágio Dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I*</i> | 90h |
| | | 8° | <i>Estágio Dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II*</i> | 105 h |
| Sub total | | | | |
| 7° PERÍODO | | | | |
| Educação de Jovens e Adultos - EJA | 60h | 8° | <i>Educação de Jovens e Adultos</i> | 60h |
| Políticas Públicas em Educação | 60h | 7° | <i>Planejamento e Políticas Públicas</i> | 60h |
| Teorias do Currículo | 60h | 7° | <i>Teorias do Currículo</i> | 60h |
| Literatura Infanto-Juvenil | 60h | 3° | <i>Literatura Infanto-Juvenil</i> | 60h |
| Estágio da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) | 120 h | 5° | <i>Estágio da Educação Infantil I (Educação Infantil)*</i> | 90h |
| | | 6° | <i>Estágio da Educação Infantil II(Creche)*</i> | 120 h |
| Sub total | | | | |
| 8° PERÍODO | | | | |
| Educação e Cultura Afro-brasileira | 60h | 2° | <i>Educação e Cultura Afro-brasileira</i> | 60h |
| Ética e Educação | 60h | | <i>INTEGRANTE</i> | 60h |
| Educação Ambiental | 60h | 6° | <i>Educação Ambiental</i> | 60h |
| Optativa I | 60h | --- | ---- | 60h |
| Projeto de TCC | 60h | 7° | <i>Projeto de TCC</i> | 60h |
| Atividades Integrantes | 60h | --- | | |
| Sub total | | | | |
| 9° PERÍODO | | | | |
| Educação e Tecnologias | 60h | --- | <i>OPTATIVA</i> | 60h |
| Educação Especial | 60h | 3° | <i>Educação Especial</i> | 60h |
| Educação Não-Escolar | 60h | --- | <i>OPTATIVA</i> | 60h |
| Optativa II | 60h | --- | ---- | 60h |
| Trabalho de Conclusão de Curso – TCC | 60h | 8° | <i>Trabalho de Conclusão de Curso – TCC*</i> | 75h |

Este processo de migração indica que a estrutura curricular oriunda do projeto pedagógico de 2007 (que está em vigor) poderá ser mantida/ofertada até 2021/2.

Esclarecemos que, além de outras mudanças, a área do estágio apresenta alterações, como observado no quadro 9 quando indica-se a equivalência das seguintes disciplinas da estrutura curricular de 2007: Projeto de Estágio (60hs); Estágio dos Anos Iniciais (120hs);

Estágio da Educação Infantil (120hs); e Trabalho de Conclusão de Curso (60hs). Na nova estrutura curricular temos as seguintes disciplinas: Estágio da Educação Infantil (90hs); Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (90hs); Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II (105hs); Estágio da Educação Infantil I (90hs); Estágio da Educação Infantil II (120hs) e Trabalho de Conclusão de Curso (75hs) e marcadas com este asterisco (*) no quadro 9 acima

Compreendemos que o processo de equivalências coloca uma perspectiva quali e quantitativa de análise, levando em conta a carga horária, bem como o conteúdo das disciplinas e sua respectiva consonância com as regras da Universidade para este processo.

Em relação ao aproveitamento de disciplinas dar-se-á na forma de isenção no Histórico Escolar do discente, levando em conta a análise das disciplinas já cursadas, isoladamente ou em grupo de disciplinas (como é o caso da área de estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso), em comparação com as diretrizes do projeto pedagógico do curso ao qual se encontra matriculado, observando-se ainda, duas questões: I, a carga horária mínima correspondente a 75% da disciplina em que o discente pretende a equivalência; e II, 100% do conteúdo programático compatível.

Neste projeto pedagógico e especificamente no caso das disciplinadas da área do estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso (citadas no Parecer), no processo de equivalência, faz-se a opção de considerar o quesito 100% do conteúdo programático compatível, como definidor dessa questão, sem prejuízo para a formação dos discentes e para a instituição formadora.

A seguir apresenta-se quadro com a estrutura curricular e seus respectivos pré-requisitos.

QUADRO 10: ESTRUTURA CURRICULAR COM SEUS RESPECTIVOS PRÉ-REQUISITOS

2.2.8.7.2 *Disciplinas Eletivas*

Conforme definição anterior, os componentes curriculares eletivos, constantes no Núcleo de Estudos Integradores, constituem componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico, ofertados pelo Curso de Pedagogia da UFT, outros cursos ofertados no Campus de Miracema e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de Ensino Superior que tenham afinidade com a área de formação do pedagogo e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino.

As disciplinas eletivas oferecidas pelo Curso de Pedagogia/UFT/Campus de Miracema, estão com oferta prevista no 4º, 5º e 7º períodos, serão definidas semestralmente no

Planejamento Acadêmico do Colegiado de Curso, levando em consideração a demanda solicitada pelo corpo discente. Antes da abertura do período de oferta das disciplinas para a matrícula dos alunos, a Coordenação do Curso, ouvirá as opções dos alunos, em reunião do Colegiado, que definirão quais disciplinas serão ofertadas como eletivas para o período.

| Componentes Curriculares | CH Total | Pré-requisito | CHT |
|--|------------|---|-----|
| 1º Período | | | |
| Leitura e Produção de Texto | 60 | | |
| Sociologia da Educação | 60 | | |
| Introdução à Filosofia | 60 | | |
| História da Educação | 60 | | |
| Metodologia do Trabalho Científico | 60 | | |
| Sub total | 300 | | |
| 2º Período | | | |
| Educação e Cultura Afro Brasileira | 60 | | |
| Filosofia da Educação e Ética | 60 | | |
| Antropologia e Educação | 60 | | |
| Psicologia da Educação I | 60 | | |
| Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico | 60 | | |
| Sub total | 300 | | |
| 3º Período | | | |
| Literatura Infante Juvenil | 60 | | |
| Psicologia da Educação II | 60 | Psicologia da Educação I | |
| Didática | 60 | | |
| Alfabetização e Letramento I | 60 | | |
| Educação Especial | 60 | | |
| Sub total | 300 | | |
| 4º Período | | | |
| Alfabetização e Letramento II | 60 | Alfabetização e Letramento I | |
| Arte e Educação | 60 | | |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais | 60 | | |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de História | 60 | | |
| Pedagogia da Educação Infantil | 60 | | |
| Eletiva I | 60 | | |
| Sub total | 360 | | |
| 5º Período | | | |
| Educação Escolar Indígena | 60 | | |
| Educação Ambiental | 60 | | |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Linguagem | 60 | | |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática | 60 | | |
| Estágio da Educação Infantil I | 90 | Pedagogia da Educação Infantil, Didática e Literatura Infante Juvenil | |
| Eletiva II | 60 | | |

| | | | |
|--|--------------|---|--|
| Sub total | 390 | | |
| 6º Período | | | |
| Estatística Aplicada à Educação | 60 | | |
| Ludicidades e Infância | 60 | | |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Arte e do Movimento | 60 | | |
| Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia | 60 | | |
| Estágio da Educação Infantil II | 120 | Estágio da Educação Infantil I | |
| Sub total | 360 | | |
| 7º Período | | | |
| Projeto de TCC | 60 | | |
| Educação e Campesinato | 60 | | |
| Teorias do Currículo | 60 | | |
| Políticas Públicas e Planejamento da Educação | 60 | | |
| Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I | 90 | Didática, Alfabetização e Letramento I e II | |
| Eletiva III | 60 | | |
| Sub total | 390 | | |
| 8º Período | | | |
| Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II | 105 | Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I | |
| Educação de Jovens e Adultos - EJA | 60 | | |
| Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS | 60 | | |
| Trabalho de Conclusão de Curso – TCC | 75 | Projeto de TCC | |
| Avaliação Educacional | 60 | | |
| Sub total | 360 | | |
| Sub-Total componentes curriculares | 2.760 | | |
| ATIVIDADES INTEGRANTES | 240 | | |
| ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 210 | | |
| TOTAL GERAL | 3.210 | | |

O rol de disciplinas eletivas a serem ofertadas pelo Curso de Pedagogia estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 8 – Disciplinas Eletivas do curso de Pedagogia.

| CÓDIGO | DISCIPLINAS ELETIVAS | Créditos | CH Total |
|---------------|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| | Educação Não Escolar | 04 | 60 |
| | Educação e Relações de Gênero | 04 | 60 |
| | Teorias Pedagógicas | 04 | 60 |
| | Dificuldades de Aprendizagem | 04 | 60 |
| | Mídias e Educação | 04 | 60 |
| | Jogos e Brinquedos na Educação | 04 | 60 |
| | Infância, Cultura e Sociedade | 04 | 60 |
| | Pedagogia da Alternância | 04 | 60 |

| | | |
|---|----|----|
| Cultura Camponesa | 04 | 60 |
| Psicologia, Educação e Trabalho Docente | 04 | 60 |
| Introdução à Pedagogia | 04 | 60 |
| Pedagogia da Alternância | 04 | 60 |
| Educação e Envelhecimento Humano: Perspectivas Pedagógicas | 04 | 60 |
| Educação e Ações Sócio Educativas | 04 | 60 |
| Literatura Tocantinense | 04 | 60 |
| Educação Sexual e Formação do Educador | 04 | 60 |
| Educação e Movimentos Sociais do Campo | 04 | 60 |
| Capitalismo e Questão Agrária | 04 | 60 |

2.2.8.3 Ementário de Disciplinas

1º PERÍODO

| LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO | | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
| EMENTA | | |
| O que é linguagem. A linguagem em suas diversas situações de interação verbal e social. Concepção de leitura e de texto. Tipologia textual. Gêneros textuais. Elementos de textualidade e articulação do texto. Práticas de leitura e de produção textual. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler : em três artigos que se completam. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. | | |
| KLEIMAM, Ângela. Texto e leitor : aspectos cognitivos da leitura. 8 ed. Campinas: Pontes, 2002 | | |
| VAL, Maria das Graças. C. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 1994. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR | | |
| ANTUNES, Irandé. Lutar com as palavras : coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005. | | |
| FAULSTICH, Enilde L. de. Como ler, entender e redigir um texto . 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. | | |
| KOCH, Ingedore V. A coesão textual . São Paulo: Contexto, 1994. | | |
| SILVA, Ezequiel T. de. O ato de ler : fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia de leitura. São Paulo, 2000. | | |

| SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO | | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
| EMENTA | | |
| Educação e sociedade. Concepções teóricas de educação na sociologia clássica e contemporânea. Temas da atualidade. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1972. | | |

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
 NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Bourdieu: Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SAVIANI, Demerval, **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.
 SEMENTE, Marcia. **Educação em Direitos Humanos e Diversidade**. Recife: UFPE, 2012.
 TORRES, Carlos Alberto (Org.). **Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos: Não há | PCC = |

EMENTA

Características da reflexão e da prática filosófica. O discurso filosófico e o discurso científico sobre o ser humano. Temas filosóficos que fazem interface com a educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUI, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 5. ed. Editora Ática: São Paulo, 1995.
 LUCHESI, Cipriano. **Introdução à filosofia**: aprendendo a pensar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAARDDER, Jostein. **O mundo de sofia**: romance da historia da filosofia. São Paulo: Comp. das Letras, 1995.
 SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum a consciência filosófica. 12.ed. Campinas: Autores Associados, 1996.
 GHIRALDELLI JR., Paulo (org.) **O que é filosofia da educação?** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
 DELEUZE, Gilles. **O que é Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |

EMENTA

História temática da educação brasileira, considerada nas suas inter-relações com o contexto mundial, no período compreendido entre os séculos XVI e XX: colonização e educação na América Portuguesa; a educação jesuítica; a reforma pombalina em Portugal e na América Portuguesa; o sistema escolar brasileiro nos períodos imperial e republicano; a nacionalização da educação; a educação entre a ditadura militar e a abertura política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROMANELLI, Otaiza de O. **Historia da educação no Brasil**. 28. ed. Petropolis/RJ: Vozes, 2003.
 RIBEIRO, Maria Luisa S. **Historia da educação brasileira**: a organização escolar. 16. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.
 GHIRALDELLI JR., Paulo. **Historia da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, Eliane Marta T. **Historia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
 XAVIER, Maria Elisabete. **Historia da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.
 SAVIANI, Demerval (et al). **Historia da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 2. ed. Campinas: Histerdbr, 2000.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC |

EMENTA

O texto científico como comunicação da pesquisa e seu processo de apropriação. A consulta ao acervo bibliográfico como fonte de pesquisa. O exercício da apropriação de textos da área educacional e de sua expressão científico-acadêmica. Aspectos técnicos da apropriação e da expressão científico-acadêmica. Produção de artigo científico sobre temática educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Rubens. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras**. São Paulo: Loyola, 2000.
 CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o saber – metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 2.ed. Campinas, SP : Papirus, 1998.
 DEMO, Pedro. **Pesquisa: principio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.
 GONÇALVES, Hortência de A. **Manual de monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Avercamp, 2004.
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins/UFT, SISBIB**. Palmas, TO: UFT, 2017.
 MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2007.
 SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: contraponto, 1996.
 CAPRIA, Marco M. (org.). **A construção da imagem científica do mundo**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
 MORIN, Edgar. **Diálogo sobre o conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2004.
 FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 4. ed. São Paulo : Cortez, 2003.
 GONÇALVES, Hortência de A. **Manual de artigos científicos**. São Paulo: Avercamp, 2006
 _____. **Manual de resumos e comunicações científicas**. São Paulo: Avercamp, 2005
 TOCANTINS. Universidade Federal do Tocantins. **Manual de elaboração e defesa de monografia do curso de pedagogia**. Miracema : Câmpus de Miracema, 2006. (publicação interna)

2º PERÍODO**EDUCAÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

| | | |
|--|----------------------------------|------------------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 45h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = não há | PCC: 15 h |
| EMENTA | | |
| <p>Relações histórico-geográficas Brasil/África. Origens africanas do Brasil. O processo colonizador escravocrata e suas consequências para a população preta e parda (negra); e, indígena. As teorias racistas e as resistências históricas e culturais afro-brasileira. A capoeira angola e a capoeira regional como expressão da cultura africana e afrobrasileira. As expressões religiosas da matriz africana no Brasil e os processos históricos de intolerância religiosa. Os movimentos negros e os marcos legais conquistados na luta antirracista no Brasil. As políticas de ações afirmativas.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| <p>CARNEIRO, Maria Luiza T. O racismo na história do Brasil: mito e realidade. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.</p> <p>GOMES, Nilma L.; Silva, PETRONILHA, Beatriz G. e S. Experiências Étnico - Culturais para Formação de Professores. São Paulo: Autêntica Editora, 2006.</p> <p>MOURA, C. História do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.</p> <p>MUNANGA, Kabengele (org.) Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Editora Ministério da Educação, 2005.</p> <p>SCHWARTZ, Lilian. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.</p> | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da educação e cultura. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2005.

COSTA, Reginaldo da S. (Mestre Squisito) e DOLF, Van der Schoot. **Diálogos filosóficos – Educação, aprendizado e crescimento na capoeira**. 1. ed. Portugal: Bubok Editora, 2016.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani; 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. **Reverberações de seu pensamento em movimentos negros, feministas e acadêmicos no Brasil**. p. 24 a 27; e 28 a 39. Revista Cult (outubro 2016).

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani; 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido L. **A África e suas representações nos livros escolares de Geografia no Brasil – 1890 – 2003**. Tese de Doutorado. USP/SP; 2012.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido L. **Legalidade territorial: a capoeira angola na cidade de Goiás**. **Terra@Plural**, Ponta Grossa, V6, n.2, p.229 – 239, jul/dez.2012.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004)**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93 – 107, jan./jun. 2003.

LIMA, Layanna Giordana B. **Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. Orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2016.

MOURA, Sílvia Adriane T. de. **Nas Palmas da Capoeira: resistência cultural pela Chapada dos Negros em Arraias/TO (1984 a 2012)**. 1. ed. Goiânia: Kelps, 2017. p.11 a 74.

PIRES, Antonio Liberac C. S. **Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana**. Tocantins/Goiania NEAB: Grafset, 2002.

SENKEVICS, Adriano S. et all. **A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E ÉTICA

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|---|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Introdução à Filosofia | PCC = |
|------------------------|---|-------|

EMENTA

Principais tendências da Filosofia da Educação no Brasil. Ética e educação. Dignidade; Direitos Humanos e Educação. Tendências éticas no mundo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo; SAVIANI, Dermeval; MENDES, Durmeval T. & HORTA, José Silvério B. **Filosofia da educação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

BORGES, Maria de Lourdes. **Ética**. Rio de Janeiro/RJ : DP&A, 2002.

CANDIDO, Celso; CARBONARA, Vanderlei (orgs.). **Filosofia e ensino: um diálogo transdisciplinar**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004. Parte I – A filosofia em diálogo com a educação, p. 15-208.

CAPORALI, Renato. **Ética e educação**. São Paulo: Gryphus, 1999.

LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Org). **Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas**. Campinas: Autores associados, 2005.

- FULLAT, Octavio. **Filosofias da educação**. Trad. Roque Zimmermann. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GALLO, Sílvio. **Filosofia no ensino médio**: em busca de um mapa conceitual. In: FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar. **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. p. 189-208.
- RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar. **O que é filosofia da educação?** Anotações a partir de Deleuze e Guattari. ANPED. In: Reunião Anual da ANPED; 22. 1999, Caxambu. Anais. GT Filosofia da Educação, 1999.
- LIMA, Márcio Antônio C. **Considerações sobre o ensino de filosofia em teses e dissertações (1988-2001)**. Curitiba: CRV, 2018.
- MARGUTTI, Paulo. **História da filosofia do Brasil**. 1a parte: O período colonial (1500-1822). São Paulo: Loyola, 2013.
- PEGORARO, Olinto. **Ética dos maiores mestres através da história**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- RIBAS, Maria Alice C.; MELLER, Marisa C.; RODRIGUES, Ricardo Antônio R.; GONÇALVES, Rita de A.e & ROCHA, Ronai P. (orgs.). **Filosofia e ensino**: a filosofia na escola. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. Parte V: Ética e ensino de filosofia, p. 437-503.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- TREVISAN, Amarildo Luiz. **Terapia de Atlas**: pedagogia e formação docente na pós-modernidade. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.
- VAZQUEZ, Adolfo S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANTUNEZ, Serafin. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. São Paulo: Artmed, 2006.
- DUSSEL, Henrique. **Ética da libertação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Org). **Ética e educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores associados, 2005
- OLIVEIRA, Manfredo araujo de. **Ética e praxis histórica**. São Paulo: Atica, 1995.
- PEGORARO, Olinto. **Introdução à ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Uapê, 2005.
- SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina & violência nas escolas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- VASCONCELOS, Maria L. M. Carvalho. **(In)Disciplina, escola e contemporaneidade**. São Paulo: Intertexto, 2006.

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO

| | | |
|--------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |

EMENTA

O surgimento e formação do pensamento antropológico. Etnocentrismo, relativismo e diversidade cultural e religiosa. O trabalho de campo na Antropologia. Cultura e educação. Sociedade nacional e identidade cultural. Diversidade cultural e educação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em:

http://www.biolingua.com/ling_cog_cult/ingold_1994_humanidade_animalidade.pdf.
Acesso em: mar. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Celso (org.). 2005. **Evolucionismo Cultural**: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade (A)**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEACH, Edmund R. **Repensando a antropologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 45h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 15 h |

EMENTA

As bases epistemológicas do diálogo entre Psicologia e Educação. A constituição histórico-social do homem e o papel da cultura no desenvolvimento e aprendizagem humanos. Estudo do desenvolvimento e aprendizagem nas diferentes faixas geracionais: infância, adolescência e envelhecimento humano. Propostas pedagógicas coerentes com cada faixa geracional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, Luís Carlos M.; SANTI, Pedro L. R.. **Psicologia, uma (nova) introdução**: uma visão crítica histórica da Psicologia como ciência. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

GOUVÊA, Maria Cristina S. de; GERKEN, Carlos Henrique de S.. **Humano**: história, conceitos e polêmicas. São Paulo: Cortez, 2010.

LANE, Sílvia T. M. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Ligia Marcia. **O desenvolvimento do Psiquismo e a Educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARTINS, Ligia Marcia; ABRANTES, Angelo Antônio; FACCI, Marilda G. **Periodização Histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2015.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BARROS, Celia Silva G. **Pontos de Psicologia do Desenvolvimento**. 12. ed. São Paulo: Atica, 2004.

COOL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 (v.2)

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |

EMENTA

Natureza e especificidades do trabalho em geral e do trabalho pedagógico. O Trabalho como princípio educativo. As mudanças atuais no contexto do capitalismo e suas repercussões na organização do trabalho pedagógico. A concepção do Projeto Político-Pedagógico da escola como expressão da organização do trabalho pedagógico: princípios e perspectivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, Márcia Ângela; FERREIRA, Naura Sírnia C. **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 2. ed. Campinas, SP : Papyrus, 2003.

MARX, Karl. O processo de trabalho. In: MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. vol. I.
 PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.
 VEIGA, Ilma P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 6. ed. Campinas/SP: Papirus, 1995.
 VEIGA, Ilma P. A. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 6. ed. Campinas/SP: Papirus, 1998.
 ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médias, 1989.
 MARX, Karl. O Trabalho Alienado. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

3º PERÍODO

| LITERATURA INFANTO JUVENIL | | |
|---|------------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15 h | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 15h |
| EMENTA | | |
| Literatura infanto-juvenil: história, teoria e crítica. Fundamentos teórico-metodológicos da Literatura Infanto-Juvenil. Literatura Infanto-Juvenil e diversidade cultural. Leitura de livros infantis. Literatura Infantil no processo de alfabetização. Análise crítica dos livros e das obras. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| CADEMARTORI, Ligia. O que é literatura infantil? 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. COELHO, Nelly N. Literatura infantil: teoria, análise, didática . São Paulo: Moderna, 2000. CUNHA, Maria Antonieta A. Literatura infantil: teoria e prática . 18. ed. São Paulo: Ática, 2002. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: História e histórias . São Paulo: Ática, 1999. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR | | |
| ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices . 5. ed. São Paulo: Scipione, 1999. CARVALHO, Bárbara V. de. A literatura infantil: visão histórica e crítica . 4. ed. São Paulo: Global, 1995. COELHO, Betty. Contar histórias uma arte sem idade . São Paulo: Ática, 1991. COELHO, Nelly N. O conto de fadas . 3 ed. São Paulo: Ática, 1998. DINORAH, Maria. O livro infantil e a formação do leitor . Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2005. GÓES, Lúcia P. Introdução à literatura infantil e juvenil . 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. MONTEIRO, Maria Iolanda. Alfabetização e letramento na fase inicial da escolarização . São Carlos: EdUFSCar, 2010. | | |

RAMOS, Maria Cecília M. **Exploração da literatura infantil e juvenil em sala de aula.** São Paulo: Moderna, 1993.
 PALO, Maria José. **Literatura infantil:** voz de criança. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
 ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na escola.** 11. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

| PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II | | |
|---|---|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 45h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Psicologia da Educação I | PCC = 15h |
| EMENTA | | |
| A escola como instituição social e suas determinações sociais. História da relação entre Psicologia e Pedagogia. Análise do cotidiano e da dinâmica da organização escolar a partir da vertente crítica da Psicologia Escolar. O processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da Psicologia da Educação. Temas contemporâneos do cotidiano escolar à luz da Psicologia da Educação: diversidade sexual e de gênero, patologização das dificuldades de aprendizagem e medicalização das questões educacionais. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria Aparecida A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação). Série Ideias (23), São Paulo, FDE, 1994, 25-31. | | |
| IRINEU, Bruna A.; FROEMMING, Cecília N. (org.). Gênero, sexualidade e direitos: construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Palmas: UFT, 2012. | | |
| LANE, Silvia T. M.. (org.). Psicologia Social: o homem em movimento. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. | | |
| PATTO, Maria Helena S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 1990. | | |
| PATTO, Maria Helena S. Introdução à psicologia escolar. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. | | |
| SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR | | |
| SCHULTZ, Duane P. História da psicologia moderna. São Paulo: Cutrix, 1998. | | |
| LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2005. | | |
| RIBEIRO, Maria Auxiliadora T.; BERNARDES, Jefferson de S.; LANG, Charles Elias (org.). A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. | | |

| DIDÁTICA | | |
|---|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |
| EMENTA | | |
| Organização do processo didático-pedagógico. Relações conteúdo-forma e o processo de ensino-aprendizagem. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| CORDEIRO, Jaime. Didática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. | | |
| HAYDT, Regina Célia C. Curso de didática geral. 8. ed. São Paulo: Ática, 2011. | | |
| LIBANELO, Jose Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, Marli Elisa D. A de; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (orgs.). **Alternativas no ensino de didática**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Série Prática Pedagógica).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRASIL. Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Miracema: TO, 2007.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia**. Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, seção 1, p. 11.

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB**. Brasília, MEC, dez./1996.

CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. 18. ed. Petrópolis : Vozes, 2000. Didática. Professores - formação profissional. Didática - pesquisa I. Candau, Vera Maria, org.

COMENIUS, 1592 – 1670. **Didática magna**. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I

| | | |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 30h |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-----------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 15h |
|------------------------|-------------------------|-----------|

EMENTA

Construção histórica do conceito de alfabetização e letramento; Os diversos tipos de letramento; Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita: da Psicologia, da Pedagogia e da Linguística; Contribuições da psicolinguística à compreensão da forma como a criança se apropria da linguagem escrita; Elaboração de atividades para o levantamento sobre a escrita da criança; Desenvolvimento de atividades e materiais considerando as hipóteses de escrita; O papel da escola diante da diversidade e do preconceito linguístico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2004.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1993.

KLEIMAN, Angela B. (org). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas/SP : Mercado de letras, 1995

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São PAULO: Ática, 1986.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, Lev S.; LURIA, Alexander R. & LEONTIEV, Aléxis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOODMAN, Yetta M. (org). **Como as crianças constroem a leitura e a escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. 135p

TFOUNI, Leda V. **Letramento e alfabetização**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

| EDUCAÇÃO ESPECIAL | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 15h |
| <p>EMENTA Constituição histórica da Educação Especial no sistema educacional: mundial e brasileiro. Abordagens e Tendências teórico-metodológicas em Educação especial. Aspectos políticos e legais da Educação Especial: diretrizes para educação especial/inclusiva. O currículo e o Projeto Pedagógico na diversidade: adaptações curriculares e físicas. Tipos de deficiência e diagnóstico diferencial. Estratégias de ensino para alunos com necessidades educativas especiais.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GÓES, Maria C. R.; LAPLANE, Adriana L. F. de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. PADILHA, Anna Maria L. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. Campinas: Autores Associados, 2006. KASSAR, Monica de C. M. Deficiência múltipla e educação no brasil. Campinas/Sp : Papyrus, s.d.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARNEIRO, Moaci A. Acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns (o): possibilidades e limitações. Petrópolis: Vozes, 2005. COSTA, Doris Anita F. Fracasso escolar: diferença ou deficiência. 2. ed. Porto Alegre: Kuarup, 1994. GIL, Marta (org). Deficiência visual. Brasília: MEC, 2000. MARTIN, Willian L. A psico-avaliação da deficiência-viso-mnemonica motora em crianças com distúrbios de aprendizagem. João Pessoa: Universitária, 1979. MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> | | |

4º PERÍODO

| ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II | | |
|---|-------------------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Alfabetização I | PCC = 15h |
| <p>EMENTA Abordagem crítica dos métodos de alfabetização: métodos sintéticos e analíticos; A constituição dos textos imagéticos e a leitura de imagens; Relações entre oralidade, escrita e visualidade; O trabalho com os diferentes gêneros textuais e com as múltiplas linguagens no processo de alfabetização e letramento; Contribuições do construtivismo para o processo de alfabetização; O papel do professor como leitor e escriba na formação do leitor e do escritor. O papel do professor diante das dificuldades de leitura e escrita. Elaboração de material didático; Produção e organização de um ambiente alfabetizador.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA SINCLAIR, Hermine (org.) A Produção de notações na criança: linguagem, número, ritmos e melodias. São Paulo: Cortez, 1990. TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003. COSSON, Rildo. Círculos de leitura e letramento literário. São Paulo: Contexto, 2014.</p> | | |

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: contexto, 2018.

TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. **Além da alfabetização**: A Aprendizagem Fonológica, Ortográfica, Textual e Matemática. São Paulo: Atica, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCUSCHI, Luíz Antonio. **Da fala para a escrita** - Atividades de Retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIA, Ana Lúcia G.; MELLO, Suely A. (Orgs.). **Linguagens infantis**: outras formas de leitura. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas: Autores Associados, 2005.

ARTE E EDUCAÇÃO

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA

Concepção de arte. História da arte. Cultura, arte e educação. Formas de expressão artística: música, cinema, artes plásticas, teatro, dança, etc. Indústria cultural e mercantilização da arte. Produção artística regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação**: leitura no subsolo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. 5. ed. São Paulo: Atica, 1995.

DUARTE JUNIOR, Joao Francisco. **Por que arte - educação?** 13. ed. Campinas/SP: Papyrus, 1991.

FUSARI, Maria F. de R; FERRAZ, Maria Heloisa C. de T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.

LOUREIRO, Robson. **Indústria cultural e educação em tempos pós-modernos**. Campinas: Papyrus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 2002.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Arte, infância e formação de professores** - autoria e transgressão. Campinas: Papyrus, 2006.

ZUIN, Antonio A. S. **Indústria cultural e educação**: o novo canto da sereia. Campinas: Autores Associados, 2006.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-----------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |
|------------------------|-------------------------|-----------|

EMENTA

Histórico do ensino de Ciências Naturais. Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Ciências Naturais. A construção do conhecimento no ensino de Ciências Naturais. Organização didático-pedagógica para o ensino de Ciências Naturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANIATO, Rodolpho. **Com ciência na educação, ideário e pratica de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência**. 5. ed. São Paulo : Papyrus, 1987.

HENNIG, George J. **Metodologia do ensino de ciências**. 3. ed. Porto Alegre : Mercado aberto, 1998. LIMA,

SANTOS, César S. dos. **Ensino de ciências: abordagem histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIZZO, Nélío. **Ciências: fácil ou difícil?** 2. ed. São Paulo: Atica, 2002.

CASTRO, Maria E.; AGUIAR JUNIOR, Orlando G. de A. **Aprender ciências: um mundo de materiais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FRACALANZA, Hilário. **O ensino de ciências no primeiro grau**. 10. ed. São Paulo: Atual, 1995.

MORAES, Roque. **Ciências para as series iniciais e alfabetização**. 3. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzu, 1998.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-----------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |
|------------------------|-------------------------|-----------|

EMENTA

Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de História. O ensino de história na concepção do materialismo histórico-dialético. A organização didático-pedagógica para o ensino de História. O ensino de história e: o livro didático; o cinema; e os jogos na abordagem da história e da cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, Selma G. **Didática e prática de ensino de história**. São Paulo: Papirus, 2003.

HORN, Geraldo B. **O Ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, Márcia. **Culturas e história dos povos indígenas: formação, direitos e conhecimento antropológico**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

NETTO, José Paulo (org.) **Marx, Karl, 1818-1883. O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRACINI, Rosemberg A.. Legalidade territorial: A capoeira angola na cidade de Goiás. **Terra@Plural**, Ponta Grossa, V6, n.2, p.229 – 239, jul/dez.2012.

MOURA, Silvia Adriane T. de. **Nas Palmas da Capoeira: resistência cultural pela Chapada dos Negros em Arraias/TO (1984 a 2012)**. 1. ed. Goiânia: Kelps, 2017.

PENTEADO, Heloisa D. **Metodologia do ensino de história e geografia**. São Paulo: Cortez, 1994

PEREIRA, Rinaldo P.; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Mancala: o jogo africano no ensino da matemática**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

PINSKY, Jaime(org). **O Ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: contexto, 2004.

PIRES, Antônio Liberac C. S. **Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá: três personagens da capoeira baiana**. Tocantins/Goiania NEAB/Grafset, 2002.

SANTOS, Pedro Sérgio dos. **O que é Xadrez**. São Paulo, Brasiliense, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. **Ensino de história e educação**. Ijuí: UNIJUI, 2004.

PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-----------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |
|------------------------|-------------------------|-----------|

EMENTA

Políticas públicas de educação infantil. O cuidar e o educar. A organização do espaço e do tempo em creches e pré-escolas. Os bebês e as múltiplas linguagens. A brincadeira e as interações como eixo do trabalho pedagógico. A pedagogia de projetos. Currículo na Educação Infantil. Documentação pedagógica. Planejamento e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 9ª edição, 1998.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

EDWARDS, Carolyn, GANDINI, Lella e FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**. A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FARIA, Ana Lucia G.(Org). **O Coletivo infantil em creches e pré-escolas-falares e saberes**. SP: Cortez, 2007.

Faria, Ana Lúcia Goulart de; Aquino, Ligia Maria Leão (Org.). **Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2012.

GEPEDISC – Culturas Infantis (Org.). **Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa**. Campinas, SP. Autores Associados, 2011.

GOLDSCHEMIED, E.; JACKSON, S. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Maria Carmen S.; HORN, Maria da Graça S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FARIA, Ana Lúcia G.; PALHARES, Marina. (Org.) **Educação Infantil pós-LDB. rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados, 4. ed, 2003, p.67-100.

FERREIRA, Maria Clotilde R. **Os fazeres na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

5º PERÍODO

| EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
| EMENTA | | |
| <p>História dos povos indígenas brasileiros. Povos indígenas no Tocantins. Direitos sociais dos Povos indígenas. Princípios antropológicos da educação indígena (educação tradicional). Marco Legal da Educação Escolar Indígena no Brasil e base legal atual. Educação Indígena X Educação Escolar Indígena. Proposta de educação escolar Indígena do estado do Tocantins. Prática pedagógica de educação escolar indígena.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| <p>APOLINÁRIO, Juciene R. Os Akroás e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.</p> | | |

ARRUDA, Rinaldo Sérgio V. *Imagens do índio: Signos da Intolerância*. In: GRUPIONI, Luís Donisete B.; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli. **Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Seminários 6; Cientistas e Tolerância II).p.43-62.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.

GRUPIONE, Luis Donisete B. (Org). **Educação escolar indígena. As Leis e a Educação Escolar Indígena**. 2. ed. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2005.

LUCIANO, Gersem dos S. **O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada: LACED/Museu Nacional, 2006.

MACEDO, Ana Vera L. da S.; NUNES, Angela. **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002. (Série antropologia e educação).

SILVA, Aracy L.; FERREIRA, Mariana K. L. (orgs.). **Antropologia, História e Educação: A Questão Indígena e a Escola**. Série Antropologia e Educação. São Paulo: FAPESP: Global, MARI, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COHN, Clarice (2000): *Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá*. In **Revista de Antropologia**, vol.43, nº 2, p.195-232.

CUNHA, Manuela C. da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: 1998.

DAVIS, H. Shelton. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Tradução Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LIMA, Antonio Carlos de S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada: LACED/Museu Nacional, 2006.

SILVA, Aracy Lopes da (org.) **A Temática Indígena na Escola – Novos Subsídios para Professores de 1o e 2o Graus**. p. 317-335. MEC – MARI – UNESCO. Brasília. 1999.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA

A relação homem-natureza na formação sócio-cultural moderna e sua problematização. Concepções e objetivos da Educação Ambiental no contexto mundial do século XXI. Educação ambiental e interdisciplinaridade. Educação ambiental nos espaços não-escolares. Políticas e programas de Educação Ambiental na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRIIN, Mauro. **Ética e educação ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro : Papyrus, 1996.

GUIMARAES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 6. ed. Campinas – SP : Papyrus, 2005.

PADEIA, Suzana M.; TABANEZ, Marlene F. **Educação ambiental caminhos trilhados no Brasil**. Brasília : IPE, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEGRETTI, Alessandro. **Explicando o meio ambiente**. São Paulo: Lis, 2001.
 OLIVEIRA, Elisio M. de. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2000.
 LEGISLAÇÃO do Meio Ambiente. 3. ed. Brasília: Edições Técnicas, 1996.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE LINGUAGEM

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |

EMENTA

Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Linguagem. Reflexão sobre os objetivos do ensino de Língua Portuguesa nas séries iniciais. Análise do ensino de gramática e a produção textual no Ensino Fundamental. Variação linguística. Reflexão sobre o livro didático nas séries iniciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2006.
 GERALDI, João W. (Org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
 SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irande. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.
 FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
 KOCH, Ingedore V. **A inter-ação pela linguagem**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
 NEVES, Maria Helena M. **Gramática na escola**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
 POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar a gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
 RODOLFO, Ilari. **A Linguística e o ensino da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
 REYS, Cláudia R.; PICOLLI, Dulce. M. **O ensino da língua: um processo discursivo**. São Carlos: EduFSCar, 2011.
 SMOLKA, Ana Luiza B. (Org.). **A Linguagem e o outro no espaço escolar**. 5. ed. Campinas/SP: Papirus, 1997.
 TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 ZACCUR, Edwiges (Org.). **A magia da linguagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
 BASE CURRICULAR COMUM NACIONAL (proposta). Disponível em <http://basenacional.comum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em 7 de junho de 2018.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |

EMENTA

Fundamentos teórico-epistemológicos subjacentes à atual prática de ensino da Matemática nas escolas brasileiras evidenciando conteúdos e metodologias para o ensino desta disciplina nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando à construção da cidadania e interdisciplinaridade; Análise e construção de práticas pedagógicas para possíveis espaços de

aprendizagem fazendo-se uso de metodologias, situações didáticas, técnicas de ensino, didáticas, material didático e jogos aplicados à Matemática direcionados à aquisição de competências básicas necessárias à vivência no cotidiano

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANA, Ivana V. O. **A matemática através de brincadeiras e jogos**. 7. ed. Campinas/SP: Papirus, 1997.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CERQUETTI -ABERNKE, Françoise. **O ensino da matemática na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

NUNES, Terezinha; CAMPOS, Tânia Maria M; MAGINA, Sandra; BRYANT, Peter. **Educação matemática: números e operações numéricas**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SMOLE, Kátia S.; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. **Jogos de Matemática do 1º ao 5º ano**. Porto Alegre: Artmed, 2007. (Cadernos do Mathema - Ensino Fundamental: Volume 1)

SMOLE, Katia Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto. **A Matemática Em Sala de Aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Penso Editora, 2013.

RAMOS, Luzia F. **E eles queiram contar**. São Paulo: Ática, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENELLI, Rosely P. **O jogo como espaço para pensar**. Campinas: Papirus, 2006.

SMOLE, Katia S. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZUNINO, Delia Lerner de. **A matemática na escola: aqui e agora**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL I

| | | |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 90 | Carga horária prática = 60h | Carga horária teórica = 30h |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|------------------|-------|
| Número de créditos = 6 | Pré-requisitos = | PCC = |
|------------------------|------------------|-------|

EMENTA

Memorial: concepção e prática. Projeto de Estágio: docência em Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas, SP : Papirus, 1996.

OSTETTO, Luciana E. (Org). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas: Papirus, 2008.

PIMENTA. Selma G.;LIMA. Maria do Socorro Lucena. **Estagio e docência**. São Paulo; Cortez, 2004.

SOUZA, Eliseu C. de. **O Conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.184p.

ZABALZA, Miguel A. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

IBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2006.

KRAMER, Sonia (Org.). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 2009.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 248p.

PIMENTA, Selma G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo, Cortez, 1994.

6º PERÍODO

| ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
| EMENTA | | |
| As relações quali-quantitativas na pesquisa educacional. Os instrumentos de coleta de dados e sua categorização na pesquisa educacional. Técnicas estatísticas na pesquisa educacional. A confecção de instrumentos de coleta e análise de dados quali-quantitativa e sua expressão textual. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| BRADLEY, J. L.; McCLELLAND, J. N. Estatística básica: teoria aplicada à educação . Rio de Janeiro: Renes, 1972. | | |
| COSTA, Giovani G de O. Estatística Aplicada à Educação com abordagem além da análise descritiva: teoria e prática . Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2015. | | |
| CRESPO, Antonio. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. | | |
| MEDEIROS, Carlos Augusto de. Estatística aplicada à educação . Brasília: Universidade de Brasília, 2007. | | |
| NOVAES, Diva V.; COUTINHO, Cileda de Q. e S. Estatística para educação profissional e tecnológica . 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013. | | |
| VIANA, Heraldo Marelím. Pesquisa em Educação: a observação . Brasília: Plano Editora, 2003. | | |
| SMOOTHEY, Marion. Atividades e jogos com estatística . Trad. Sérgio Quadros. São Paulo: Scipione, 1998. (Coleção Investigação Matemática) | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo : Saraiva, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2006.

GATTI, Bernadete H.; FERRES, N. L. **Estatística básica para ciências humanas**. 3. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

SANTOS FILHO, José Caminho dos; GAMBOA, Sílvia Sánchez (org.). **Pesquisa educacional: quantidade - qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NAZARETH, Helenalda. Curso Básico de Estatística. São Paulo: Ática, 2005.

LUDICIDADE E INFÂNCIA

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA

A criança como sujeito ativo e participativo no processo de socialização e construção de conhecimento. As múltiplas linguagens das crianças. As culturas infantis e a cultura lúdica. Teorias e conceitos de jogo, brinquedo e brincadeiras. As brincadeiras nos diversos paradigmas: psicológicos, sócio antropológicos e pedagógicos. A ludicidade e a formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIM, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo, Cortez, 1995.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida; LUCENA, Regina F. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. Campinas: Papyrus, 2004.

DUARTE, Newton; ARCE, Alessandra (Org). **Brincadeiras de papéis sociais na educação infantil: contribuições de Vygotsky, Leontiev e Elkonin**. São Paulo: Xamã, 2006.

HUIZINGA, Johan. **“Homo Ludens” – O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. São Paulo: Vozes, 1993.

KISHIMOTO, Tizuko M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogos tradicionais infantis**. São Paulo: Vozes, 2003.

KRAMER, Sonia; LEITE, Mria Isabel F. (Orgs.). **Infância e produção cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

MARCELLINO, Nelson. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. R. J.: Ed. Guanabara, 1981.

SANTOS, Santa Marli P. dos (Org). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE E DO MOVIMENTO

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 30h | Carga horária teórica = 30h |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

| |
|---|
| <p>EMENTA Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Arte e do Movimento Corporal. A construção do conhecimento no ensino de Arte e do Movimento Corporal. Organização didático-pedagógica para o ensino de Arte e do Movimento Corporal.</p> |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERRAZ, Maria Heloisa C. de T. Metodologia do ensino de arte. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1999. FUSARI, Maria F. de Rezende e. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993. OLIVEIRA, Marcus Aurélio T. de (org.). Educação do corpo na escola brasileira. Campinas: Autores associados, 2006. GARCIA, Regina L. (org.) O Corpo que fala dentro e fora da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARRETO, Débora. Dança... Ensino, sentidos e possibilidades na escola. Campinas: Autores Associados, 2006. JAPIASSU, Ricardo. Metodologia do ensino de teatro. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2005. LIEBMANN, Marian. Exercícios de arte para grupos. 3. ed. São Paulo/SP : Summus, 2000. REVERBEL, Olga Garcia. Jogos teatrais na escola: atividades globais de expressão. 3. ed. São Paulo : Scipione, 1996.</p> |

| FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA | | |
|---|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |
| <p>EMENTA Histórico do ensino de geografia. Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Geografia. A construção do conhecimento no ensino de Geografia. Organização didático-pedagógica para o ensino de Geografia.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. (org). Geografia em sala de aula: praticas e reflexões. 4. ed. Porto Alegre: UFRES, 2003. 199p. CALLAS, Helena C. (org.). O ensino da geografia. Ijuí : UNIJUI, 1986. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de.(org). Para onde vai o ensino de geografia? Crise da geografia, da escola e da sociedade... 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 144p. MORAES, Antonio Carlos R. Geografia: pequena história crítica. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. PENTEADO, Heloisa D. Metodologia do ensino de historia e geografia. São Paulo: Cortez, 1994. POSSINI, Elza Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto,2007.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. 6. ed. Campinas – SP: Papyrus, 1998. STRAFORINI, Rafael. A totalidade mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. In: Terra Livre, São Paulo, Ano 18, vol.I, n.18, p.95 – 114, jan-jun/2002.</p> | | |

| ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL II | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 120 | Carga horária prática = 60h | Carga horária teórica = 60h |

| | | |
|--|---|-------|
| Número de créditos = 8 | Pré-requisitos = Estágio da educação infantil I | PCC = |
| EMENTA Produção do conhecimento na docência da Educação infantil. Observação, acompanhamento e participação em atividades docentes, pedagógicas e de gestão. Conhecimento e participação da dinâmica institucional em creches e pré-escolas na relação instituição, família e comunidade, nas faixas etárias de 0-3 anos e de 4-5 anos. Elaboração e socialização do relatório de estágio. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBOSA, Maria Carmen S. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. _____. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008. BONDIOLI, Anna (org.). O Projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 233p. GARCIA, Regina L. (org.). Revisitando a pré-escola. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2005. HOFFMANN, Jussara; SILVA, Maria Beatriz G. Ação educativa na creche. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. HORN, Maria da Graça S. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007. OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL, Christine. Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2019. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo: relatos de uma professora. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GARCIA, Regina L. (org). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e percepção matemática. Campinas : Autores Associados, 2006. PICONEZ, Stela C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 17 ed. Campinas: Papyrus, 2009. PIMENTA, Selma G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009. SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz; MARTINEZ, Marta Rabadán; PEÑALVER, Iolanda V. A psicomotricidade na educação infantil – uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre : ARTMED, 2006. VEIGA, Ilma P. A.; D'ÁVILLA, Cristina Maria (Orgs). Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papyrus, 2008. ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007. | | |

7º PERÍODO

| PROJETO DE TCC | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 30h | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
| EMENTA | | |

Socialização das linhas de pesquisa e dos projetos de investigação dos docentes do Curso. Definição da problemática de investigação discente e da orientação docente. Elaboração do projeto de pesquisa com orientador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOMBARDI, José Claudinei. **Temas de pesquisa em educação**. Campinas, SP : Autores Associados, 2006.

LUDORF, Silvia M. A. **Metodologia da pesquisa: do projeto à monografia**. Rio de Janeiro: Shape, 2006

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

BARROS, Aidil Jesus P. de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Rio de Janeiro : Vozes, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

EDUCAÇÃO E CAMPESINATO

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA

As raízes agrárias da sociedade brasileira e tocantinense. O campesinato no Brasil e no Tocantins. Produção e reprodução material e simbólica do campesinato no capitalismo. A luta pela terra e educação no projeto camponês. Os projetos de escola e de educação em disputa no campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica C. **Por uma educação do Campo**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

BRANDÃO, Carlos R.; RAMALHO, J. R. **Campesinato Goiano: três estudos**. Goiânia, Ed. UFG, 1986 (Cap. II e III).

CALDART, Roseli Salete; SAPELLI, Marlene Lúcia; FREITAS, Luis Carlos de (Orgs.). **Caminhos para a transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Educação e escola no campo**. Papyrus: Campinas, SP: 1993.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação - liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **As origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Trad. de Otto Erich Walter Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (1899). (P. 11-55: A evolução da Agricultura na sociedade Capitalista).

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899)

SILVA, Cícero da, et al. **Educação do Campo, Artes e Formação Docente**. Palmas, TO: EDUFT, 2016.

STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

TEORIAS DO CURRÍCULO

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA

Teorias do currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. Currículo e cultura como práticas de significação das relações sociais e de construção de sujeitos. Relações entre currículo e projeto político-pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HERNÁNDEZ, Fernando. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?** 2. ed. Petropolis/RJ : Vozes, 2002.

_____. **Políticas educacionais e (re)significações do currículo**. Campinas, SP : Alínea, 2006.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

MACEDO, Elizabeth (Org). **Criar currículo no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio B.; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, Conhecimento e Cultura**. In: MOREIRA, Antonio Flávio B. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC, 2007.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA

Planejamento e gestão sob os pontos de vista histórico, filosófico, político e econômico. O planejamento como um instrumento de materialização da gestão das instituições educativas. A gestão da escola e de outros espaços educativos numa perspectiva democrática. O Projeto Político-Pedagógico, a autonomia, a cidadania, a organização e funcionamento dos mecanismos de participação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004

MARX, Karl. **O capital**. 2. ed. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol. I.

MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia da escola: a (ex)ensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

SILVA, Aída Maria M.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs). **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 20004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, João Batista (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro, DP&A: SEP, 1999.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (Orgs). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

PARO, Vítor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 6. ed. SP: Cortez, 1993. _____ . **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Líber Livro, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem, projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

ESTÁGIO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 90h | Carga horária prática = 60h | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 6 | Pré-requisitos = | PCC = |

EMENTA

Conhecimento e participação da dinâmica institucional em turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Planejamento da docência. Fundamentos teórico-metodológicos da docência no Ensino Fundamental. Docência e produção do conhecimento sobre o processo inicial de alfabetização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Celso. **Um método para o ensino fundamental: o projeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ALONSO, Mirtes (org.) **O trabalho docente: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de (orgs.) *Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: contexto, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUARNIERI, Maria Regina. **Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas: Papirus, 2006.

PIMENTEL, Maria da Glória. **O professor em construção**. Campinas: Papirus, 2006.

8º PERÍODO

| ESTÁGIO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II | | |
|---|--|-----------------------------|
| Carga horária total = 105h | Carga horária prática = 60h | Carga horária teórica = 45h |
| Número de créditos = 7 | Pré-requisitos = Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I | PCC = |
| <p>EMENTA Conhecimento e participação da dinâmica institucional em turmas de 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Planejamento da docência. Fundamentos teórico-metodológicos da docência no Ensino Fundamental. Docência e produção do conhecimento sobre o Ensino Fundamental.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANTUNES, Celso. Um método para o ensino fundamental: o projeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. ALONSO, Mirtes (org.) O trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999. ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de (orgs.) Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GUARNIERI, Maria Regina. Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência. Campinas, SP : Autores Associados, 2006. GUIMARÃES, Valter Soares. Formação de professores: saberes, identidade e profissão. Campinas: Papyrus, 2006. PIMENTEL, Maria da Glória. O professor em construção. Campinas: Papyrus, 2006.</p> | | |

| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA | | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
| <p>EMENTA Concepções de Educação de Jovens e Adultos. História da Educação de Jovens e Adultos. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a Educação Popular. Fundamentos psico-sociais e metodológicos da alfabetização de adultos. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 9. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2001. MAYO, Peter. Gramsci, Freire e a educação de adultos: Possibilidades para uma ação transformadora. Porto Alegre: Artmed, 2004. MOURA, Tania Maria de M. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuição de Freire, Vygotsky e Ferreiro. Maceió: Edufal, 1999. OLIVEIRA, Inês B. de. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.</p> | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

BRANDAO, Carlos R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL, Ministério da educação, secretaria de educação fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental (5 a 8 serie). Brasília: MEC, 2002.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = | Carga horária teórica = 30h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 30h |

EMENTA

Introdução aos aspectos históricos da Libras; Cultura dos povos surdos; Introdução da Gramática da Libras, com viés a favorecer ao aluno a comunicação básica e cotidiana com pessoas surdas, dentro de suas especificidades culturais; Conhecimento dos processos de ensino-aprendizagem dos alunos surdos e o processo de alfabetização e letramento..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDINO, Elidea L. A. **Absurdo ou lógica?** A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquíria D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001. v. 1 e v.2.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquíria D. (Ed.). **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2004. v. 1 e 2.

CARVALHO, D. M., L. R. L, SANTOS. Pais ouvintes, filho surdo: causas e consequências na aquisição da aquisição da língua de sinais como primeira língua. **Revista Sinalizar**, Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia-GO; v.1, n.2, p. 190-203, jul./dez. 2016

CAVALCANTI, Marilda C.. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. spe, p. 385-417, 1999.

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto**: curso básico - livro do estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.

LACERDA, Cristina B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, Sept. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso>.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educação em Revista**. Curitiba, n. spe-2, p. 17-31, 2014.

São Paulo: EDUSP, 2004

SILVA, Ivani R.; KUMADA, Kate Mamhy O. Representações sobre o contexto multilíngüe da surdez. **Revista Interdisciplinar**, Itabaiana-SE. Ano VIII, v.19, nº 01, jul./dez. 2013. ISSN 1980-8879. p. 99-114. Revista D.E.L.T.A., Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999 (385-417)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, W.G. (org.). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.** Ilhéus, BA: Editus, 2015, p. 12. ISBN 978-85-7455-445-7.

BASSANI, I. S. **Fundamentos linguísticos: bilinguismo e multilinguismo.** São Paulo: EDUSP, 2015, p. 7.

Dicionário Brasileiro de Libras. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>>

DUARTE, Soraya Bianca R. et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educação em Revista.** Curitiba, n. spe-2, p. 51-69, 2014.

GESSER, Audrei. **LIBRAS: que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

LOURENÇO, J. C.; MORI, V. Y. **A importância da pedagogia progressista na educação.** 2009. Disponível em: www.profala.com/arteducepts174.htm. Acessado em: 30 de Abril de 2013.

lutas sociais e teóricas. Educação & Sociedade, v.26, n. 91, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>>.

PERLIN, G., K. STROBEL. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducaoDeSurdos/assets/279/TEXTO_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas.** Educação e Sociedade. [online]. 2005, vol. 26, n. 91.

SKLIAR, Carlos. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

VELOSO, Éden. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez.** Curitiba: Mão Sinais, 2012.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 75h | Carga horária prática = 45h | Carga horária teórica = 30h |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|---------------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Projeto de TCC | PCC = |
|------------------------|---------------------------------|-------|

EMENTA

Execução do projeto de pesquisa. Apresentação e defesa da monografia perante banca examinadora

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Marisa V. (org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação.** 2. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2006.

COSTA, Marisa V. (org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 160p.

LAVILLE, Chistian. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22.ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REA, Louis M. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

VIANA, Heraldo M. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

TOCANTINS. Universidade Federal do Tocantins. **Manual de elaboração e defesa de monografia do curso de pedagogia**. Miracema : Campus de Miracema, 2006.

(publicação interna)

TOCANTINS. Universidade Federal do Tocantins. **Regimento do TCC**. Miracema: Campus de Miracema, 2006. (publicação interna)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins/UFT, SISBIB**. Palmas, TO: UFT, 2017.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 30h | Carga horária teórica = 30h |
|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA

Fundamentos teórico-metodológicos da avaliação em educação. Avaliação institucional e avaliação da aprendizagem: concepção e princípios orientadores. Avaliação da educação básica: políticas e programas institucionais de avaliação. PPP e a avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FERNANDES, Maria Estrela A. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional**: base teórica e construção do projeto. Fortaleza: Edições Rocha, 2001.

HOFFMAN, Jussara Maria L. **Avaliação: mito e desafio**. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREZ, José Roberto R. **Avaliação, desafios e impasses na educação básica**. Campinas: UNICAMP, 2006.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AFONSO, Almerindo J. **Avaliação educacional - regulação e emancipação**: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

ESTEBAN, Maria Tereza (org). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola a universidade. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza (org.) **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ROMAO, José Eustaquio. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

2.2.8.3.1 Ementas das Disciplinas Eletivas

| DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM | | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
| <p>EMENTA: Histórico de como as dificuldades de aprendizagem foram tratadas nos diferentes momentos históricos. Dificuldades e transtornos de aprendizagem mais presentes na escola (Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade – TDA/TDAH, Dislexia, Disgrafia, Discalculia). Teorias críticas sobre as dificuldades de aprendizagem. Patologização e medicalização da educação escolar. Consequências da “rotulação”. Papel do professor diante das dificuldades de aprendizagem do aluno.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOSSA, Nadia Aparecida. Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2008. ANGELUCCI, C. B.; KALMUS, J.; PAPARELLI, R. PATTO, M. H. S. O estado da Arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (19971-2002): um estudo introdutório. Educação e Pesquisa. São Paulo. v.3, n 1, p. 51-72, jan/abr. 2004. MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012: 135-142. PATTO, Maria Helena S. Introdução à psicologia escolar. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldias. São Paulo: Intermeios Cultural, 2017. WEISZ, Telma. O diálogo entre ensino e aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MOOJEN, S. Dificuldades ou transtornos de aprendizagem? In: Rubinstein, E. (Org.). Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. PAULILO, André Luiz. A compreensão histórica do fracasso escolar no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 166, p. 1252-1267, out/dez 2017. PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki. MARIN, Angela Helena. Fracasso escolar na Educação Básica: revisão sistemática da literatura. Temas em Psicologia. Março 2017, vol. 25, n. 1, 1-15.</p> | | |

| JOGOS E BRINQUEDOS NA EDUCAÇÃO | | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |
| <p>EMENTA: História dos jogos e brinquedos nas sociedades. Os fundamentos teórico-metodológicos do brincar. O papel do brinquedo no desenvolvimento e aprendizagem da criança. O lúdico na educação. Brinquedoteca escolar. Vivência de atividades lúdicas e recreativas.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BROUGÉRE, Giles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 1998. KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2003.</p> | | |

SANTOS, Santa Marli P. D. e CRUZ, Dulce Regina M. da (Orgs.) **Brinquedo e Infância:** um guia para pais e educadores em creches. Petrópolis, RJ: Vozes.

SANTOS, Santa Marli P. D. (Org.). **A Ludicidade como ciência.** Petrópolis, RJ: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROUGÉRE, Giles. **Brinquedo e cultura.** São Paulo: Cortez, 1995.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contato, 1991.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogos tradicionais infantis:** o jogo, a criança e a educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Santa Marli P. D. (Org.) **O Ludico na formação do educador.** Petrópolis: Vozes, 1997

VYGOTSKY, Lev; LURIA Alexander; LEONTIEV, Alexei. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1988.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade.** São Paulo: Imago, 1975.

EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |
|------------------------|------------------------|-------|

EMENTA:

Concepção de educação não-escolar. Demandas sociais e processos educativos. Atividades educativas formais desenvolvidas por instituições sociais não-escolares (igrejas, sindicatos, partidos, empresas, hospitais, etc.). Programas e Projetos educativos dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais (ONG's). Vivência com educação não escolar.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORAGGIO, Jose Luis. **Desenvolvimento humano e educação:** o papel das ONGs latino americanas na iniciativa da educação para todos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória M. **Movimentos sociais e educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória M. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o Associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

GARCIA, Regina L. (org.). **Aprendendo com os movimentos sociais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TORRES, Carlos Alberto. **A política da educação não formal na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BUFFA, Esther; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania:** quem educa o cidadão? 5.ed. São Paulo : Cortez, 1995.

CULTURA CAMPONESA

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |
|------------------------|------------------------|-------|

EMENTA:

O Camponato brasileiro e tocantinense. Cultura camponesa. Produção e reprodução do camponato no capitalismo. Cultura, educação e camponato. As origens do camponato no Brasil e no Tocantins; Cultura na sociedade capitalista; O que é ser camponês; Produção e reprodução do camponato no capitalismo; Cultura, educação e camponato

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Carlos R.; RAMALHO, José R. **Campesinato Goiano: três estudos**. Goiânia, Ed. UFG, 1986 (Cap. II e III).

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. Ed. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **As origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, Horário M. **O campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga Horária Teórica = 60h |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |
|------------------------|------------------------|-------|

EMENTA:

A construção social dos papéis de gênero e suas representações. Relações de gênero nas instâncias coletivas e nas instâncias subjetivas. Hierarquias de gênero. Gênero e a lógica do patriarcado. Gênero e a construção de conceitos androcêntricos no ambiente escolar. As múltiplas identidades de gênero. Práticas e comportamentos não sexistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análises das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero**. 2010. 198f. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na Educação Infantil. **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação**, Campinas, v. 14, n. 3 (42), p. 89-101, set./dez. 2003.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORENO, Montserrat (Coord.). **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Tradução de Ana Venite Fuzatto. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

SALVA, Sueli. **Narrativas da vivência juvenil feminina: histórias e poéticas produzidas por jovens de periferia urbana de Porto Alegre**. 2008. 395 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SAYÃO, Deborah T. Cabeças e corpos, adultos e crianças: cadê o movimento e quem separou tudo isto? **Revista Eletrônica de Educação/UFSCAR**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 92-105, nov. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NAROTZKY, Suzana. **Mujer, mujeres, género: una aproximación crítica al estudio de las mujeres en las Ciencias Sociales**. Madrid: CSIC, 1995.

TREVISAN, Gabriela de P. Amor e afectos entre crianças: a construção social de sentimentos na interação de pares. In: SARMENTO, M. J. et al.; DORNELLES, L. V. (Org.). **Produzindo pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 2, p. 41.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA:

Estudo de manifestações do modo de vida e de trabalho do quilombola, constitutiva do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Discussões acerca da relação de teorias e métodos apropriados para se traçar qualquer processo educativo que tenha a presunção de ser adequado, enfatizando alternativas pedagógicas para contextos de diversidades de culturas. Abordagem Educação Escolar Quilombola por meio da perspectiva de cada região (quilombo). A formação de quilombos no Brasil. A educação quilombola no Brasil. Fundamentos legais e pedagógicos da educação escolar quilombola. Métodos e técnicas da educação quilombola. Plano Nacional de Educação Quilombola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília. 2006.

CASTILHO, Suely D. de. **Quilombo contemporâneo: educação, família e culturas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar e conviver na cultural global: as experiências da cidadania**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Ministério da educação e cultura. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2005.

COSTA, Reginaldo da Silveira (Mestre Squisito) e DOLF, Van der Schoot. **Diálogos filosóficos – Educação, aprendizado e crescimento na capoeira**. 1ª edição, Gráfica da Batalha; Batalha, Portugal; 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani; 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela: **reverberações de seu pensamento em movimentos negros, feministas e acadêmicos no Brasil** p. 24 a 27; e 28 a 39. Revista Cult (outubro 2016).

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani; 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERRACINI, R. A. L. **A África e suas representações nos livros escolares de Geografia no Brasil – 1890 – 2003**. Tese de Doutorado. USP/SP; 2012.

EDUCAÇÃO E AÇÕES SÓCIO EDUCATIVAS

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA:

Noções básicas sobre ações socioeducativas para adolescentes e jovens em conflito com a lei no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)/1990 e as medidas socioeducativas. Fundamentos teórico-práticos das medidas socioeducativas e o debate: *menor versus* criança. Reflexões sobre o direito à educação escolar dos (as) adolescentes e jovens em conflito com a lei no Brasil. Pesquisa sobre o direito à educação escolar e medidas socioeducativas no Tocantins, em especial no município de Miracema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CURY, Munir *et al.* **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.180-216.

LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”**. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Leila Maria T. de. **Jovens em conflito com a lei: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VOLPI, Mario (Org.). **Adolescentes privados de liberdade: a Normativa Nacional e Internacional & Reflexões acerca da responsabilidade penal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MÍDIAS E EDUCAÇÃO

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |

EMENTA:

Relações entre ciência, técnica e cultura. Pedagogias dos meios de comunicação e informação. Estudo da linguagem dos diferentes produtos da mídia e dos artefatos digitais no âmbito das práticas escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELLONI, Maria Luíza. (Org.). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, 2002.

BUCKINGHAM, David. **Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização**. Educação & Realidade, p. 37–58, 2010. Disponível em: Acesso em: 24 ago. 2012.

BUCKINGHAM, David: **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.

COSTA, Cristina. **Educação, imagem e mídias**. São Paulo: Cortez, 2005.

DUARTE, Rosália; DELORME, Maria Ines C.; LEITE, Camila R.; MIGLIORA, Rita; MACHADO, Carlos Alberto (Orgs.): **A televisão pelo olhar das crianças**. São Paulo: Cortez, 2008.

FANTIN, Monica. Mídia-educação: **aspectos históricos e teórico-metodológicos**. Olhar de Professor, v. 14, n. 1, p. 27–40, 21 jul. 2011. Disponível em: Acesso em: 5 jan. 2014.

FANTIN, Monica: **Mídia-Educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis, Cidade Futura, 2006.

FANTIN, Monica; GIRARDELLO, Gilka (orgs.): **Liga, Roda, Clica: estudos em mídia, cultura, infância**. Campinas: Papyrus, 2008.

FANTIN, Monica; GIRARDELLO, Gilka. **Diante do abismo digital: mídia-educação e mediações culturais**. Perspectiva, v. 27, n. 1, p. 69–96, 2009.

FARIA, Maria Alice. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1996.

- FISCHER, Rosa M. B.: **Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 35, 2007.
- FREIRE, Paulo. **A máquina está a serviço de quem?** BITS, 1984.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor: **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 1998.
- GIRARDELLO, Gilka. **Autoria narrativa infantil, mídia-educação e novos letramentos: um percurso de pesquisa**. *Revista Educação On-line PUC-Rio*, n. 11, p. 73–88, 2012.
- GIRARDELLO, Gilka; FANTIN, Monica (orgs.). **Práticas Culturais e Consumo de Mídia entre Crianças**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2009.
- KENSKI, Vani M. **Múltiplas linguagens na escola**. In: ENDIPE. **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. pp. 123-140.
- MAGNANI, Luiz Henrique. **Um passo para fora da sala de aula: novos letramentos, mídias e tecnologias**. *Revista X*, v. 1, p. 1–18, 2011. Disponível em: Acesso em: 8 abr. 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.
- MÁXIMO, Maria Elisa. **Blogs: o eu encena, o eu em rede: cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sociotécnicas**. 2006. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: . Acesso em 21 mai. 2009.
- OROFINO, Isabel. **Crianças, cultura e participação : um olhar sobre a mídia-educação no Brasil**. *Comunicação, mídia e consumo*, v. 9, n. 25, p. 73–90, 2012.
- PEREIRA, Rogério S. **Multiletramentos, tecnologias digitais e os lugares do corpo na educação** (Doutorado em Educação). UFSC, 2014.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Crianças na era digital: desafios da comunicação e da educação**. *Revista de Estudos Universitários*, v. 36, n. 1, 2010.
- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**
- CITELLI, Adilson. **Outras linguagens na escola**. Publicidade, Cinema e TV, Rádio, Jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção aprender e ensinar com textos, V. 6).
- COSTA, Belarmino César G. da. **Comunicação e educação na era digital: reflexões sobre estética e virtualização**. In: **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. Ano 7, Volume 7, N. 19, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 1 ed.
- GOMES, P. G. **Tópicos de Teoria da Comunicação**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS. 1997.
- KENSKI, Vani M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.
- OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005.
- SARTORI, Ademilde S.; ROESLER, Jucimara. **Educação superior a distância**. Gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impresso e online. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.
- SARTORI, Ademilde S.; ROESLER, Jucimara. **Linguagens, cultura e prática pedagógica**. In TORRES, P. L. **Algumas vias para entretecer o pensar e o agir**. Curitiba: SENAR, 2007.
- SETTON, Maria Graça. **Mídia e educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

SINGER, Dorothy G.; SINGER Jerome L. **Imaginação e jogos na era eletrônica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

| PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA | | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito= Não há | PCC = |
| EMENTA: Pressupostos filosóficos, teórico-metodológico da Alternância. Método que articula Tempo escolar com Tempo Sócioprodutivo das comunidades rurais. Instrumentos pedagógicos e suas implicações com ensino, pesquisa, extensão e suas relações com a escola da educação básica pública do campo e com a comunidade rural. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARRUDA, Marcos; FRIGOTTO, Gaudencio; ARROYO, Miguel G.; MINAYO GOMEZ, Carlos. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002. CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. PINEAU, Gaston. Temporalidades na formação: rumo a novos sincronizadores. São Paulo: Triom, 2004. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: alternância e desenvolvimento. Salvador: União nacional das escolas Famílias Agrícolas do Brasil, 1999. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. PINEAU, Gaston. Temporalidades na formação: rumo a novos sincronizadores. São Paulo: Triom, 2004. FREITAS, L. C. de. Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003. SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade. Porto Alegre: Artmed, 1998. | | |

| CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA | | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |
| EMENTA: O Capitalismo e seu desenvolvimento no campo. As raízes agrárias da formação social brasileira e tocantinense. Questão agrária e campesinato no Brasil. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRANDÃO, Carlos R.; RAMALHO, José Ricardo. Campesinato Goiano: Três estudos. Goiânia: Editora da UFG, 1986 (Cap. II e III). CARVALHO, Horácio M. de (Org). Chayanov e o Campesinato . 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. STEDILE, João Pedro (Org). A questão agrária no Brasil: 1500 – 1960 . São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. IANNI, Octávio. As origens Agrárias do Estado Brasileiro . São Paulo: Brasiliense, 1984. IANNI, Octávio. A luta pela terra: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo. In: STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS (p. 94 – 104) 1994.
 GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do Capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS (p.15 – 44) 1994.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Trad. de Otto Erich Walter Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (P. 11-55: A evolução da Agricultura na sociedade Capitalista).

INFÂNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |
|------------------------|------------------------|-------|

EMENTA:

Concepções de criança e infância. A construção do conceito de infância. História da infância no Brasil. Infância, família e escola. A legislação e os direitos das crianças e adolescentes. Infância e diversidade sociocultural. As relações de gênero e étnico-raciais na infância.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da Infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEL PRIORE, Mary (Org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Porto Alegre: contrabando: 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS FILHO, Altino José PRADO, Patrícia Dias. **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A. 2005.

LITERATURA TOCANTINENSE

| | | |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60h | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60h |
|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisito = Não há | PCC = |
|------------------------|------------------------|-------|

EMENTA:

Estudo de aspectos conceituais da literatura brasileira, em geral. A análise de textos literários aborda autores tocantinenses como apoio às discussões, bem como escritores goianos, considerando, ainda, a fase em que o Estado do Tocantins não havia sido dividido, até os dias atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

GOMES, Modesto. Sentido do regionalismo goiano. In: MOTTA, Ático Vilas Boas da; GOMES, Modesto (Orgs.). **Aspectos da cultura goiana**. (I). Goiânia: Departamento Estadual de Cultura. Gráfica Oriente, 1971, p. 76-81.

Secretaria da Educação, Juventude e Esporte – SEDUC - Governo do Estado do Tocantins. Literatura Tocantinense, Palmas-TO, 2016. Disponível em <https://central3.to.gov.br/arquivo/289069/>;

Secretaria da Educação, Juventude e Esporte – SEDUC - Governo do Estado do Tocantins. Literatura Tocantinense, Palmas-TO, 2016. Disponível em <https://seduc.to.gov.br/programas-e-projetos/programa-vamos-ler/literatura-tocantinense>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDIDO, A. et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____, A. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 5ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

_____. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6a.ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, 2 vol.

COUTINHO, A. (Org.). **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sul América, 1972.

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

| | | |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 15 | Carga horária teórica = 45 |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|-------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = |
|------------------------|-------------------------|-------|

EMENTA:

A categoria trabalho como fundante do ser social. Alienação e mundo do trabalho na sociedade capitalista. Relações de trabalho no âmbito escolar: afetividade, violência escolar, exclusão e rotulação de alunos. As condições de trabalho do professor. A personalidade do professor sob o enfoque sócio-histórico. Pesquisa em Psicologia Social. Memória e história oral.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CODO, W. **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CODO, Wanderley. **O que é alienação?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DORES, F. G. **A memória como método de pesquisa**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, 1999.

LANE, Silvia T. Maurer. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LUCKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

| | | |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 15h | Carga horária teórica = 45h |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|---------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 0 |
|------------------------|-------------------------|---------|

EMENTA:

Teoria dos movimentos sociais. Movimentos Sociais: identidade, cidadania e democratização. O cultural e o político nos movimentos sociais. História dos movimentos sociais do campo no Brasil. Organização dos agricultores familiares e camponeses no Tocantins. Experiências organizativas e produtivas desenvolvidas no Tocantins pelos movimentos sociais do campo (visitação, interlocução e análise de algumas experiências).

BIBLIOGRAFIA BASICA

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 383 p.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro/Petrópolis; FASE/ Vozes, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Cegraf UFG, 1988.

OLIVEIRA, Antonio Miranda de. **Aprendendo a plantar espinho: dimensão educativa da luta pela terra**. Curitiba: CRV, 2018.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

TEORIAS PEDAGÓGICAS

| | | |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60 |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|---------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 0 |
|------------------------|-------------------------|---------|

EMENTA:

A especificidade da teoria e da prática e sua articulação dialética. A natureza das teorias pedagógicas e sua relação com o contexto político e cultural. As concepções teóricas do pensamento pedagógico brasileiro. As tendências pedagógicas atuais e sua problematização crítica.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BEILLEROT, Jack. **A sociedade pedagógica**. Porto : Res, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. Campinas/SP : Autores Associados, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Historia das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo : Atica, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. Rio de Janeiro : Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMBI. Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico – metodológicos**. 11. ed. Petropolis/RJ : Vozes, 1994.

MIZUKAMI, Maria Graça. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

ROMAO, Jose Eustáquio. **Pedagogia dialógica**. São Paulo: Cortez, 2002.

INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA

| | | |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 0 | Carga horária teórica = 60 |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|

| | | |
|------------------------|-------------------------|---------|
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 0 |
|------------------------|-------------------------|---------|

EMENTA:

A pedagogia como campo investigativo teórico-prático da educação. A modernidade e a pedagogia. A contribuição das ciências para a explicação e a compreensão da educação e das práticas pedagógicas. O processo de construção da identidade do pedagogo e do Curso de Pedagogia. O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFT.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento.** 2.ed. Campinas/SP : Papirus, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 30.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1996.

LIBANEO, Jose Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JAPIASSU, Hilton. **Um desafio a educação: repensar a pedagogia científica.** São Paulo: letras &letras, 1999.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** 4. ed. Piracicaba: UNIMEP, 2004. (Tradução de Francisco Cock Fontanella).

PIMENTA, Selma Garrido (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO HUMANO: PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS

| | | |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 15 | Carga horária teórica = 45 |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 0 |

EMENTA:

Processos individuais e sociais de envelhecimento. Construção social da velhice. Educação de adultos e idosos. O tema do envelhecimento na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BOTH, Agostinho; CASARA, Miriam B.; COLTELLETTI, Ivonne. **Educação e envelhecimento humano.** EDUCS, 2006.

GOLDFARB, Delia Catullo. **Corpo, tempo e envelhecimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

LIMA, Leda Hecker Pereira. **Eu e o envelhecimento.** São Paulo: Age Editora, 2006.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Envelhecimento e imagem.** São Paulo: Annablume, 2000.

STANO, Rita de Cássia. **Ser professor no tempo do envelhecimento.** São Paulo: Bookman Companhia, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLAVAIROLLE, Françoise; PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias.** FGV, 2005.

FONSECA, Antonio Manuel. **O envelhecimento: uma abordagem psicológica.** Universidade Católica, 2004.

PARENTE, Maria Alice M. **Cognição e envelhecimento.** Bookman Companhia ED, 2006.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Família e envelhecimento.** FGV, 2004.

STANO, Rita de Cássia. **Identidade do professor no envelhecimento.** São Paulo: Cortez, 2005.

WITTER, Geraldina P. **Envelhecimento: referenciais teóricos e pesquisas.** Alínea, 2005.

EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DO EDUCADOR

| | | |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Carga horária total = 60 | Carga horária prática = 15 | Carga horária teórica = 45 |
| Número de créditos = 4 | Pré-requisitos = Não há | PCC = 0 |

EMENTA:

Construção cultural da sexualidade humana: conceitos e preconceitos, medos e tabus sexuais. O desenvolvimento humano e o sexo biológico: anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores, anticoncepção, doenças sexualmente transmissíveis. A construção do gênero e respeito às diversidades. Educação sexual na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRASIL. Ministério da Educação. PCN 10 – **Pluralidade cultural e orientação sexual**. 2.ed. Brasília: MEC, 2000.

NUNES, César A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 2006.

NUNES, César A; SILVA Edna. **A educação sexual da criança**. Campinas: Autores Associados, 2006.

RIBEIRO, Paulo Rennes M.. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIGUEIRÓ, Mary Neide D. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: Editora da UEL, 1996.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. 8.ed. São Paulo: LTC, 1981.

NUNES, César. **A educação da Criança para a prevenção da AIDs: como ensinar**. Campinas: Papyrus, 2000.

NUNES, César. **As Manifestações da Sexualidade Infantil**. Campinas: Editora Século XXI, 1997.

SCHMIDT, Sarai (Org.). **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SUPLICY, Marta. **Guia de Orientação Sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

2.2.8.5 Interface Ensino-Pesquisa-Extensão e Pós-Graduação

A formação do pedagogo tem como princípio básico atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando a consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico e das escolas de educação básica. Dessa forma, o Curso de Pedagogia visa a formação humana e a qualificação de profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional virá a atuar.

As atividades de *Ensino* devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico-metodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando à produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão:

- Disciplinas;
- Grupos de estudos;
- Seminários temáticos;
- Monitoria escolar;
- Apoio pedagógico e confecção de material didático;

Com relação à *Pesquisa*, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos educacionais. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisados, visando à criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos, no campo da escola e em outros espaços.

A *Extensão*,⁷ entendida como um das funções básicas da Universidade é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

- Participação em grupo de pesquisa;
- Projetos de iniciação Científica;
- Projetos de pesquisa institucionais;
- Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão;
- Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso;

⁷ Em momento oportuno serão retomados os debates no sentido de organizar, no currículo do curso, o processo de curricularização da extensão, atendendo a legislação da UFT e do CNE.

- Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar;
- Estudo e produção artístico-cultural;
- Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

As atividades de pesquisa e extensão do curso estão organizadas, a partir dos objetivos e da missão da universidade, mas também dos interesses dos docentes, mas também articuladas em torno dos grupos e núcleos de pesquisas existentes no Curso ou dos quais participam os docentes.

Um Grupo de Pesquisa é um instrumento instituído para tornar possível a atividade da pesquisa em áreas do interesse dos pesquisadores e das instituições. É formado por pesquisadores, organizados em torno de linhas comuns de pesquisa. As linhas de pesquisa são criadas para tornar possível o trabalho do grupo. Professores, estudantes, técnicos, compartilham saberes, experiências, instalações, equipamentos. Do trabalho da pesquisa organizam-se as atividades de extensão.

No âmbito das ações de formação do Colegiado do Curso de Pedagogia existem três grupos de Pesquisa:

O Grupo Formação de Professores e Práticas Pedagógicas desenvolve estudos e pesquisas sobre a formação de professores no âmbito da Educação Básica e Superior. Está organizado em duas linhas de pesquisa: Políticas Educacionais e Formação de Professores; Currículo, Saberes Docentes e Práticas Pedagógicas. Tem por objetivo investigar as políticas e as práticas que estão sendo desenvolvidas em relação à formação do professor, analisar os processos de formação inicial e continuada, os saberes docentes, as propostas curriculares, as práticas pedagógicas e a identidade do profissional docente. As investigações pretendem contribuir com as reflexões sobre as políticas públicas e as práticas pedagógicas na educação, além de fortalecer as ações de pesquisa, extensão e ensino na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e em outros espaços de formação de professores.

O Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Infância que realiza estudos e pesquisas sobre as crianças, as infâncias e a Educação Infantil. Está organizado em duas linhas de pesquisa: Infância, direitos e diversidade; e Crianças, pedagogias e práticas docentes. Compreende as crianças como sujeitos, ativas, protagonistas e produtora de culturas, na diversidade e pluralidade que envolve a infância, portanto investiga as relações de gênero e étnico-raciais, as brincadeiras infantis, os direitos das crianças, as políticas públicas voltadas para a infância, a educação da criança pequena e as práticas pedagógicas em instituições de Educação Infantil.

O grupo desenvolve projeto de pesquisa sobre formação de professores (as) de Educação Infantil no curso de pedagogia, com o objetivo de evidenciar a especificidade da docência com as crianças de 0 a 5 anos. Realiza orientações de Iniciação Científica e de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação e pós-graduação com temáticas pertinentes as discussões do grupo.

O Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural – EDURURAL foi instituído formalmente em 2007 e atualmente encontra-se organizado em quatro linhas de pesquisa: Campesinato, Educação e Questão Agrária; Estado, Educação e Sociedade; Educação, Saúde e Subjetividade; e Formação Docente e Práticas Pedagógicas. O interesse principal do grupo é o estudo, reflexão e produção propositiva acerca das questões relacionadas ao avanço do capitalismo no campo e que provocam profundas modificações, acarretando outras exigências para a compreensão dos processos sociais, da educação escolar e não escolar, da cultura, do mundo rural no espaço rural e urbano, bem como para as populações do mundo rural - (dentre outras, assentados, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos)-, com seus diferentes modos de construir e reconstruir sua existência em conexão com o seu mundo e com o contexto mais amplo da sociedade na qual vive.

Os grupos desenvolvem estudos e pesquisas visando contribuir para o desenvolvimento da comunidade acadêmica e escolar e dela buscar conhecimentos e experiências para a avaliação e vitalização do Ensino, da Extensão e da Pesquisa.

Ressaltamos que as linhas de pesquisa foram redefinidas, tendo sido manifesto por um grupo de professores a intencionalidade da criação de uma nova linha de pesquisa sobre processos educativos e formação de professores. O processo de discussão e redefinição das linhas busca articular os esforços dos pesquisadores individuais e dos grupos de pesquisa para a objetivação do projeto de Curso, em suas dimensões formativas centrais. Busca ainda definir uma área de concentração que congregue as linhas e projetos de pesquisa e de extensão dos docentes, tendo como perspectiva a criação de um Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* a partir de 2022, bem como avançar no processo de elaboração das ações relacionadas a formação continuada de docentes, em articulação com a escola de educação básica. Esta definição deverá orientar também o plano de qualificação docente (PQD) ao longo dos próximos anos.

Além das atividades desenvolvidas pelos grupos/núcleos de pesquisa, o Colegiado do Curso de Pedagogia promove anualmente um evento de extensão denominado *Simpósio de Educação*, que objetiva refletir temáticas da área educacional com pesquisadores experientes na área, através de debates e palestras, socializar os estudos e as pesquisas que vêm sendo

desenvolvidas pela comunidade acadêmica da UFT e de outras IES e integrar-se com a comunidade externa e os sistemas de ensino, abrindo espaço para o diálogo crítico e propositivo.

Compreendemos que o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão deve priorizar a construção e disseminação do conhecimento a partir de uma prática de reflexão crítica acerca do desenvolvimento da realidade educacional visando prioritariamente o desenvolvimento da Amazônia.

2.2.8.6 Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação omnilateral do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade, em contraposição a uma compreensão unilateral da formação humana, voltada para a adaptabilidade, funcionalidade, pragmatismo, adestramento, treinamento e policognição e para o mercado de trabalho e proposta por uma universidade organizacional.

Nesta perspectiva, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento na UFT são importantes e devem ser implementados tendo em vista o fortalecimento do ensino. O Curso de Pedagogia deve promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o *Programa Institucional de Monitoria (PIM)* O Programa de Monitoria Indígena (**PIMI**); *Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET)*; *Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA)*; *Programa Prodocência*; o **PADI** – Programa de Apoio ao Discente Ingressante.

O **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)** é uma iniciativa do Ministério da Educação, executado pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). Assim como para Capes, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o PIBID tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), participa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desde o edital da Capes de 2007. A proposta do PIBID/UFT, referente ao edital da Capes nº 061/2013 para execução de 2014 a 2018, é composto por 22 subprojetos, incluindo dois

vinculados a curso de educação a distância, nas áreas de Física e Química, e um na modalidade interdisciplinar (Pedagogia e Matemática).

O PIBID/UFT é executado em parceria com escolas públicas de educação básica, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins, bem como às Secretarias Municipais de Educação de municípios do Estado do Tocantins.

O PIM, de acordo com a Resolução Normativa – PROGRAD Nº 01/2005, terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmica/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o Art. 84º da Lei 9.394/96,

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

O Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no Colegiado de Curso.

O PET é outro Programa que busca dinamizar e dar suporte ao Ensino. É um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;

estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Já o **PMA** busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres.

Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de pedagogia poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Campus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

Outro Programa que oferece possibilidade de interface visando a melhoria do ensino é o **Prodocência** (Programa de Consolidação das Licenciaturas). Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do Ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirá com a formação didático-metodológica dos professores e conseqüentemente com a melhoria da qualidade do ensino.

O PADI - Programa de Apoio ao Discente Ingressante, instituído com o objetivo de contribuir para a redução do abandono e reprovação de discentes ingressantes nos cursos da universidade. Os discentes chegam ao ensino superior com pouca experiência de leitura, escrita, interpretação de textos com as exigências da formação universitária.

Ressalta-se que outros programas e projetos poderão fazer parte do conjunto de ações articuladora e fomentadora do ensino no Curso de Pedagogia, desde que coadune com os objetivos deste Projeto Pedagógico Curricular.

A partir de Março de 2021 a UFT, no âmbito do PDI (2021-2025) lançou um programa que será gerido pela Prograd, que “inova propondo a execução de ações através de programas e projetos especiais inseridos no programa integrador denominado de Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP)” (p.73).

No âmbito do PDI (2021-2025) há a perspectiva de outras possibilidades para a organização dos programas especiais da Prograd, como segue:

Atualmente, existem duas classes de programas especiais em educação geridos pela Prograd/DPPEE, denominados internos e os externos. Os programas internos são realizados a partir das políticas institucionais e fomento da própria universidade, em geral, para direcionar esforços em oportunidades e desafios detectados a partir das avaliações internas, realizadas pela Comissão Própria de Avaliação e indicadores acadêmicos e orçamentários. Os programas externos são realizados a partir de políticas do governo federal e estadual para apoio ou estímulo ao desenvolvimento de uma ação nas instituições de ensino superior em nível federativo. Destacam-se como programas internos o Programa Institucional de Monitoria e Monitoria Indígena e o Programa de Apoio ao Discente Ingressante, os quais serão consolidados em um único programa, o Programa Institucional de Inovação Pedagógica. Já os externos podem ser citados o Programa de Educação Tutorial, Programa de Institucional de Iniciação à Docência e o Programa Residência Pedagógica (p. 74).

Neste sentido, como indica o novo PDI da UFT, o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), lançado no âmbito da Universidade neste mês de março, é o novo instrumento de organização e fomento de programas e projetos em educação.

As políticas e o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) devem ser executados através do fomento a projetos em educação a partir dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins. Os projetos precisam ter, idealmente, uma duração anual e devem ser incorporados à base de projetos do eixo de ensino na universidade, permitindo o monitoramento e avaliação da execução e dos resultados, respectivamente, por meio de metas e indicadores. Os projetos especiais em educação devem ser aplicados às demandas dos cursos de graduação para que sejam analisados os desafios e as potencialidades a partir de ações de melhoria contínua, buscando estratégias de inovação pedagógica para tornar o processo de ensino-aprendizado mais conveniente e eficiente. Diante disso, o cenário de atuação das políticas, programas e projetos especiais em educação (UFT-PDI 2021-2025, P. 74).

2.2.8.7 Interface com Atividades Científico-Acadêmicas e Culturais

Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus, conforme prescreve a Instrução Normativa CPCM/ Nº 01/2019, aprovada pelo Colegiado de Curso (Anexo II). O Curso de Pedagogia estimulará também a produção artístico-cultural no interior do Campus Universitário, fomentando a criação de uma instância articuladora e inserindo sua programação nas atividades semestrais.

Além das atividades desenvolvidas pelos grupos e núcleos de pesquisa, o Colegiado do Curso de Pedagogia promove anualmente o *Simpósio de Educação*, evento de natureza

acadêmico-científica e cultural que objetiva refletir temáticas da área educacional com pesquisadores experientes na área, através de debates e palestras, socializar os estudos e as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pela comunidade acadêmica da UFT e de outras IES e integrar-se com a comunidade externa e os sistemas de ensino, abrindo espaço para o diálogo crítico e propositivo. Neste evento os alunos são incentivados a participar e/ou ministrar oficinas e mini-cursos, apresentar seus trabalhos de pesquisa em painéis ou comunicações orais, socializar suas experiências como docentes ou estagiários e debater temas educacionais com pesquisadores, professores e técnicos dos sistemas de ensino.

A participação dos alunos em Programas de Iniciação Científica constitui-se numa oportunidade a ser ampliada no curso, através da estimulação dos professores e alunos, enquanto possibilidade de reflexão e sistematização de conhecimentos sobre temáticas da área educacional, com fomento financeiro institucional.

2.2.8.8 Projeto de Estágio Curricular Supervisionado

O estágio é considerado um dos componentes do currículo do curso de formação do licenciado em Pedagogia. O Colegiado do Curso aprovou a Instrução Normativa CPCM nº 02/2019 que Regulamenta o Estágio no âmbito do Curso (Anexo I). Sua finalidade é proporcionar a aproximação do acadêmico com a prática educativa desenvolvida em espaços escolares e não escolares. Em sua execução, deverá envolver a observação, o registro, a problematização e a estruturação de um projeto de intervenção, atentando para as três dimensões da docência, a saber: o ensino, a gestão e a produção do conhecimento. Constitui-se, portanto, num espaço de confronto de concepções teóricas propostas ao longo do Curso com práticas educativas escolares e não escolares, propiciando uma síntese teórico-metodológica. O contato do aluno com a escola pública, do campo e das cidades, a busca de apreensão de sua realidade e a apresentação de possíveis soluções aos problemas educacionais detectados pela mediação do saber teórico constitui sua peculiaridade.

No Curso de formação, o estagiário, sozinho ou em grupo, a partir do 5º período do curso com a disciplina Estágio da Educação Infantil I (e seguido nos outros períodos das disciplinas: Estágio da Educação Infantil II, Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I e Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II) articulado ao trabalho com outros componentes curriculares, poderá diagnosticar a realidade escolar, coletando e acumulando dados qualitativos e quantitativos sobre o exercício da docência (gestão, processo de ensino-aprendizagem e de pesquisa) que deverão ser sistematizados e expressos em forma de relatório.

Desta forma, estará se iniciando na pesquisa, que deverá constituir-se num princípio de sua ação, transformando sua prática e os resultados dela decorrentes também em objeto de responsabilidade pessoal.

A organização do estágio terá como perspectiva teórico-metodológica a pesquisa no campo das ciências humanas, notadamente a de cunho educacional. A adoção desta perspectiva como processo de produção de conhecimento objetiva satisfazer a necessidade surgida da prática social, que tem o ensino como centro, reconhecido como historicamente determinado e em constante suspeição face as contradições emergentes da própria prática. Justifica-se, em especial, pela desilusão docente resultante da assimilação de ideários e propostas de ensino-aprendizagem distantes de suas experiências e trajetórias de vida e dos problemas específicos da atividade docente. Seu ponto de partida é a reflexão sobre os pressupostos da ação, buscando produzir teoria sobre o fazer docente. E, a partir dela, redimensionar sua prática, enriquecendo-a com conhecimentos teóricos. Trata-se de um trabalho realizado de forma colaborativa com atuação de co-participantes durante todo o processo de desenvolvimento, que tem como ponto de partida a prática social dos sujeitos envolvidos, cujos resultados voltam a constituir-se em objeto de investigação, constituindo-se em algo processual, que tensiona entre o que é e o que deveria ser, entre realidade e utopia.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Número 9394, de 1996, trouxe mudanças para a formação dos profissionais da educação no Brasil. Destaca-se a demanda por formação, em nível superior, para aqueles que atuam junto à educação infantil (compreendendo o atendimento institucional ofertado a crianças entre zero e cinco anos e onze meses, atendidas em creches e pré-escolas) e anos iniciais do ensino fundamental.

As mudanças nos documentos que regulamentam a educação, iniciadas a partir de 2000⁸, materializa-se na Resolução CNE/CP Número 1, de 18 de fevereiro de 2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura plena, estabelece como competência das universidades, a elaboração de um projeto pedagógico que observe as solicitações da LDB (BRASIL, 1996).

⁸ A organização de diretrizes voltadas à orientação e regulação nos diferentes níveis e modalidades de ensino no país, deflagrada durante a gestão FHC (1995-2002), introduziu no cenário educacional brasileiro uma nova abordagem, uma vez que tornou públicas orientações expressas acerca de como deveria ser pensada e conduzida a ação educacional nas escolas brasileiras e também no âmbito da formação docente (SPADA, 2016).

Portanto, os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura deveriam explicitar claramente o perfil do profissional que se propõem a formar, considerando, nessa propositura, as necessidades sociais manifestadas no âmbito da educação.

A Resolução CNE/CP Número 1/2002 expõe os elementos norteadores a serem considerados pela construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores quanto ao preparo dos docentes para o exercício profissional. Esses princípios são apresentados no artigo 3º do documento:

- I. a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II. a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor;
- III. a pesquisa, como foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo do conhecimento (BRASIL, 2002).

As diretrizes oferecidas pelo documento oficial sinalizam para a integração entre os componentes curriculares dos cursos de licenciatura plena e também apontam a necessidade de uma relação mais próxima entre o local de formação inicial – as universidades – e o meio no qual o exercício profissional se desenvolve – as instituições escolares, bem como outros espaços onde que requerem relações pedagógicas.

A perspectiva assumida para a formação docente em cursos de licenciatura plena, pautada em uma maior articulação entre conhecimento científico e saberes construídos por meio da experiência profissional, é reafirmada pela Resolução CNE/CP Número 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Essa normativa trata especificamente da carga horária mínima para integralização dos cursos de licenciatura, e delimita como deve ocorrer sua distribuição em atividades como: aulas teóricas, aulas práticas, estágios curriculares supervisionados e atividades complementares.

De acordo com o artigo 1º da Resolução, a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em licenciaturas plenas, será efetivada mediante a integralização de uma carga horária mínima de 2800 horas, nas quais a articulação teórico-prática far-se-á nos seguintes termos:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 210 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Dando continuidade às ideias expressas por esses documentos, as normativas Resolução CNE/CP Número 01 de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia; e Resolução CNE/CP Número 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica, mantêm a mesma perspectiva. Além disso, a Resolução Número 01 de 2015, enfoca a escola como espaço de formação e demanda que as instituições de ensino superior apresentem seus projetos de formação continuada no âmbito de cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

Essa propositura visa abrir caminhos para que as universidades, ao longo do planejamento e execução de seu projeto formativo, busquem articular a formação universitária e o exercício profissional.

Essa discussão vincula-se e é diretamente afetada por elementos microestruturais (padrões de relação estáveis esboçados em família, grupos sociais etc.) e macroestruturais (política, economia, cultura). Vale ressaltar que, no âmbito econômico, os organismos internacionais têm causado sérios impactos às políticas educacionais e ao trabalho do professor, sendo responsáveis, inclusive, pelo reordenamento legal no campo da educação, apresentado no cenário brasileiro a partir de 2000⁹.

No que tange especificamente a nova regulamentação voltada à formação inicial docente em cursos de licenciatura plena, ofertada em nível de graduação, destaca-se a busca pela definição da função docente articulada ao seu **exercício profissional**. O Artigo 3º da Resolução do CNE/CP n. 02 de 2015, preconiza “*o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério*”. Desse modo, demarca-se as atividades de estágio curricular supervisionado como um momento de:

- pensar criticamente a escola e as práticas educativas presentes nos processos sociais, numa sociedade marcada pelas desigualdades;
- construir a identidade profissional docente;
- buscar a devida articulação entre conhecimento científico e saberes vivenciados no contexto escolar.

⁹ Para uma melhor compreensão das disputas presentes nesse processo, ver CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 17, n. 49, jan.-abr., 2012.

Em relação a essa perspectiva de formação docente, Tardif (2012) discute o sentido do **saber de experiência** no ensino, sua importância para a formação do professor e para o exercício da profissão. Para o autor, é de extrema importância que se coloque os conhecimentos universitários, disciplinares, pedagógicos ou didáticos a serviço da prática profissional e da construção do saber da experiência.

Ao realizar uma pesquisa, Tardif (2012) apresenta aos docentes de países distintos, incluindo o Brasil, a seguinte pergunta: “como aprenderam a ensinar?”. **Em princípio, a pesquisa revelou que os professores falam mais sobre o que fazem em seus trabalhos do que sobre o que sabem de seus trabalhos.** Assim sendo, para o autor, o nó da questão na formação docente está em articular e unir os esforços dos professores que atuam nas instituições de Educação Básica, aos trabalhos dos profissionais docentes e pesquisadores das instituições formadoras, ou seja, as universidades.

Há nesse processo algo a ser considerado: a crise da educação brasileira e as condições de desenvolvimento profissional. Outro elemento a ser considerado é o fato de que grande parte dos professores já se assumiu como alguém que não elabora seu próprio conhecimento. Conclui-se, portanto, que a valorização extremada do conhecimento da experiência não favorece o desenvolvimento do trabalho docente e pode ser traduzida como meio para que esse profissional continue sendo mero repetidor de conhecimentos alheios ao seu meio, mesmo que haja um discurso de valorização de seus saberes.

Tardif (2012) aponta que esse “movimento de profissionalização do ensino”, verificado, inclusive, por meio da reformulação das diretrizes legais que orientam a formação docente, coadunam com uma perspectiva de valorização da prática profissional como **fonte do saber de experiência**. Desse modo, o que se propõe é que o conhecimento científico, pautado em pesquisas e reflexões, seja ancorado na prática profissional, e não simplesmente nos saberes universitários, de natureza disciplinar, pedagógica ou didática.

Considerando os elementos supracitados, a construção desta proposição formativa voltada à licenciatura plena em Pedagogia, aponta **a prática profissional docente** como eixo articulador das diferentes disciplinas que compõem a formação inicial, tendo em vista, que o foco deste curso é a formação do pedagogo para atuar no âmbito escolar e também não escolar.

Assim sendo, todos os esforços formativos empreendidos pelas disciplinas que compõem o currículo do curso de Pedagogia do Câmpus de Miracema/UFT, bem como as atividades realizadas no âmbito do Estágio Curricular Supervisionado tendem a buscar **maior diálogo e colaboração entre a universidade e as escolas de educação básica**, sejam elas do campo ou da cidade.

A perspectiva de formação docente aqui apresentada entende a prática profissional como *locus* central da formação, sendo que a atividade de estágio curricular supervisionado deve permitir ao estudante de graduação vivenciar a inserção profissional, entendendo ser essa a dimensão capaz de ancorar os conhecimentos, colocando-os a serviço da formação escolar na educação básica.

A necessidade de que a prática profissional se faça presente de modo mais consistente ao longo do processo de formação docente ocorre em virtude de demandas apresentadas pelos processos sociais, pela escola e pelos próprios profissionais.

Desse modo, Freitas (2002), Campos (2003), Kuenzer (2000) apresentam seus questionamentos a perspectiva da formação por competências e sinalizam a devida cautela para que ela não seja transformada em uma abordagem pragmática do processo educacional, confundindo a educação e o saber vinculado a esse campo meramente à informação. Há que se adotar, portanto, uma postura cautelosa, na qual a reflexão e a análise crítica far-se-ão presentes ao longo de todo o processo.

Ademais, o grande elemento balizador do processo formativo é a **concepção de formação docente** que orienta esta propositura, que congrega os seguintes elementos:

- a) Busca pela superação do **modelo aplicacionista** de formação docente, pautado, inicialmente, no ensino das bases teóricas e, posteriormente, nas vivências práticas que, em geral, configuram-se como espaços de aplicação do que fora aprendido na universidade, gerando a perpetuação da dicotomia teoria e prática;
- b) Favorecer a co-construção de uma identidade profissional docente que supere a perspectiva de domínio de conteúdos de uma área específica, de modo a aplicá-los no âmbito escolar. O que se busca promover aqui é a formação de um profissional docente capaz de entender-se em constante formação, centrando sua atenção nos conhecimentos sobre a docência para exercê-la a partir de uma análise crítica da prática pedagógica. Muito mais do que observar a prática pedagógica e pensar sobre ela, é preciso que o profissional docente em formação seja capaz de vivê-la e pensar criticamente sobre essa experiência co-construindo novos conhecimentos;
- c) Maior articulação entre a instituição formadora (universidade) e as escolas de Educação Básica. Essa atitude permite ao acadêmico do curso de licenciatura em Pedagogia entender e experienciar a pesquisa como um processo de reflexão sobre os problemas apresentados no âmbito prático, considerando o que emerge no contexto da instituição escolar e não escolar.

Apresentados os elementos norteadores da concepção de formação docente que sustenta a construção do Projeto Formativo para o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia, consideramos oportuno apresentar os objetivos que orientam a prática de ensino.

2.2.8.8.1 Objetivos do Estágio Curricular Supervisionado na Formação Docente

Com base em uma concepção específica de formação docente, são elaborados os seguintes objetivos norteadores da atividade de Estágio Curricular Supervisionado:

a) Objetivo Geral

- Promover uma formação que favoreça, entre os acadêmicos do curso de Pedagogia, a construção da identidade profissional e de posturas pautadas na autonomia de pensamento.

b) Objetivos Específicos

- Favorecer a reflexão crítica acerca da escola e do ato educativo;
- Promover uma maior articulação entre a universidade e as instituições de Educação Básica.

Com base nos elementos que sustentam nossa compreensão acerca da construção da **identidade profissional docente**, bem como em relação ao entendimento da **prática profissional** como *lócus* central da formação, salientamos que o **Estágio Curricular Supervisionado** perpassa toda a formação realizada ao longo do curso. Isso implica na percepção de que esta **não** constitui uma ação isolada, de responsabilidade exclusiva do/da docente titular da área em questão.

Os elementos apresentados conferem ao estágio curricular supervisionado do curso de Pedagogia a perspectiva de eixo articulador da **dimensão da formação didático pedagógica para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental**.

Portanto, estão diretamente implicados nos processos formativos engendrados pela Prática de Ensino e Estágio Curricular Supervisionado as seguintes disciplinas e seus respectivos docentes:

- Didática;
- Alfabetização e Letramento I e II;
- Fundamentos e metodologia do ensino de geografia;
- Fundamentos e metodologia do ensino de história;

- Fundamentos e metodologia do ensino de arte e movimento;
- Fundamentos e metodologia do ensino de ciências naturais;
- Fundamentos e metodologia do trabalho em educação infantil;
- Fundamentos e metodologia do ensino de matemática;
- Fundamentos e metodologia do ensino de linguagem;
- Literatura infantil-juvenil;
- Educação especial;
- Educação e cultura afro-brasileira;
- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Teorias do currículo;
- Avaliação Educacional;
- Organização e gestão da educação.
- Educação Ambiental
- Metodologia do Trabalho Científico
- Filosofia da Educação e Ética

Conforme explicitado amplamente ao longo do texto, o estágio curricular é um eixo integrador da formação, portanto, para que a propositura se materialize de forma exitosa, é *conditio sine qua non* o envolvimento e participação dos docentes do curso, dialogando e atuando não somente junto aos acadêmicos, mas, sobretudo, estreitando seus laços com as instituições de Educação Básica, seja por meio de realização de pesquisas, inserções em atividades de planejamento docente, oferta de cursos de extensão e/ou outras formas que se fizerem necessárias ao longo do processo.

Na seção subsequente são apresentados elementos relativos à operacionalização da propositura.

2.2.8.8.2. Características Operacionais do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia

Dadas as características que sustentam a estruturação do curso de Pedagogia do Câmpus de Miracema, o estágio curricular supervisionado será realizado em duas áreas específicas: **educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental (anos iniciais).**

Cada uma das etapas contará com um processo de planejamento, diálogo e inserções da equipe de estágio, composta pelos docentes orientadores, discentes em processo de formação e

coordenador de estágio, representando a universidade; e docentes, auxiliares, coordenador pedagógico e diretor, representando as instituições escolares que acolherão os estagiários.

Apresentamos, a seguir, a organização do estágio curricular supervisionado do curso de Pedagogia, lembrando que conforme o PDI-UFT (2021-2025, p. 53) as base legais que regulamentam os estágios são:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; que altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; que revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.
- Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 20/2012 que dispõe sobre as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins (UFT).
- Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 04/2005 que dispõe sobre o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nota técnica – Estágios obrigatórios e não obrigatórios – elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).
- Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins

Organização do Estágio Curricular Supervisionado

a) Estágio da Educação Infantil I

Carga horária: 90 horas

Essa disciplina inicia o processo formativo do estágio supervisionado, mobilizando as memórias escolares dos discentes, focalizando especificamente a **educação infantil**. Partimos do pressuposto que todos os discentes trazem consigo ideias e impressões acerca da tríade educação, escola, docência, com base em suas vivências na condição de estudante. Consideramos que essas ideias experienciadas ao longo de anos necessitam ser resgatadas, trazidas à consciência e trabalhadas criticamente, à luz de referencial teórico específico.

Compreendemos que esse processo contribui para a desconstrução de concepções cristalizadas que interferem no imaginário relacionado à concepção de educação e de ensino e, sobretudo, na construção de uma imagem do ser docente (HYPÓLITO, 1997; MIZUKAMI; REALI, 2010; SOUZA, 2006).

Esse processo de resgate e ressignificação de memórias será realizado a partir da reflexão crítica acerca da profissão docente, tocando em questões como feminização do

magistério e (des)valorização histórica da função docente. Também serão trabalhadas por essa disciplina conhecimento sobre rotinas, organização dos espaços escolares e brincadeiras.

Concomitantemente, terão início as inserções nas instituições educacionais, com duração de **25 horas**, sendo que as atividades serão compostas por:

- a) observação e reflexão do cotidiano escolar, pautados nos seguintes critérios: espaço, tempos, rotinas, número de turmas e de crianças por turma, planejamento docente;
- b) entrevistas com docentes, diretora, coordenadora pedagógica e equipe técnica da secretaria municipal de educação.

Ao final do semestre letivo, todas as produções favorecidas por meio das experiências do estágio serão organizadas em formato de relatório.

Textos Orientadores:

BUENO, Belmira Oliveira; CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira de (Orgs).

A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo: Escrituras, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: _____ (Org). **Vidas de professores**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2003.

SOUZA, Elizeu Clementino. Memória educativa: narrativas de formação – recortes de um eu em crescimento e partilha. In: _____. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A: Salvador (BA): UNEB, 2006.

b) Estágio da Educação Infantil II

Carga horária: 120h

Essa disciplina tem a finalidade de promover reflexão crítica da escola, com base em vivências em creches e pré-escolas, acompanhadas e orientadas pelos docentes orientadores de estágio, vinculados à universidade e também às instituições escolares. As vivências no cotidiano escolar deverão atender a uma carga horária mínima de **70 horas** e serão organizadas nos seguintes eixos formativos:

Eixo 1 – Identidade Profissional Docente

Critérios de Observação/Reflexão:

- Número de profissionais docentes, sexo, idade, formação;
- Práticas pedagógicas;

- Rotinas – princípio das reflexões.

Textos Orientadores:

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero.** Campinas: Papirus, 1997.

Eixo 2 – o espaço como elemento educativo

CrITÉrios de Observação/Reflexão:

- organização do espaço interno e uso para atividades;
- organização do espaço externo e uso para atividades;
- disposição de materiais e arranjos espaciais.

Textos Orientadores:

FORTUNATI, Aldo. **A Educação Infantil como projeto da comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família: a experiência de San Miniato.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

MELLO, Ana Maria et all (Org). **O dia a dia das creches e pré-escolas: crônicas brasileiras.** Porto Alegre (RS): Artmed, 2010.

ZABALZA, Miguel Ángel. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre (RS): Artmed, 1998.

Eixo 3 – rotinas – aprofundamento das reflexões críticas

CrITÉrios de Observação/Reflexão:

- atividades desenvolvidas ao longo do dia e tempos (reflexão crítica);
- cuidado e educação;
- brincadeiras.

Textos Orientadores:

BARBOSA, Maria Carmem S. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmem S; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil.** Porto Alegre (RS): Artmed, 2008.

SPADA, Ana Corina. O trabalho pedagógico na creche em busca de novos paradigmas. In: SPADA, Ana Corina; GONÇALVES, Luciano de Jesus; PASSOS, Vânia Maria de Araújo (Orgs). **Educação infantil e formação de professores.** Campinas (SP): Autores Associados, 2015.

Eixo 4 – plano de aula

Atividades:

- elaboração do plano de aula;
- preparação e aplicação de regências.

Textos Orientadores:

MELLO, Ana Maria et all (Org). **O dia a dia das creches e pré-escolas: crônicas brasileiras.** Porto Alegre (RS): Artmed, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (Orgs). **Em busca da pedagogia da infância: pertencer e participar.** Porto Alegre (RS): Penso, 2013.

c) Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - I

Carga horária: 90 horas

Essa disciplina dá sequência ao movimento formativo iniciado em Prática de Ensino I, todavia, centraliza o foco de reflexões críticas na organização dos processos educativos materializados em instituições que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A sistematização das leituras, reflexões críticas e vivências nas escolas de Educação Básica novamente partem do pressuposto de que as ideias e impressões trazidas pelos estudantes, a partir de suas vivências no contexto escolar, influenciam o modo como internalizam a educação, a escola e, sobretudo, no modo como constroem sua identidade profissional docente.

Abordar os processos de construção identitária do professor, bem como as atividades que marcam o exercício da profissão, sem considerar as ideias trazidas pelos interlocutores

desse projeto – os estudantes de graduação – seria o mesmo que provocar o “encobrimento” de suas elaborações, o que certamente causaria impactos sobre o processo formativo.

Tal como sugere Nóvoa (2013), as leituras voltadas ao “ser docente” partem da própria vivência no âmbito educacional, ou seja, trata-se, inicialmente, de uma auto-leitura. Esse princípio que orienta a formação considera a ideia de que tudo se decide na “consciência do acto”, bem como no equilíbrio entre o passado vivido e as novas vivências formativas que, na experiência do estágio curricular, são experimentadas em uma nova condição: a de docente em formação.

Nesse processo, as leituras partilhadas do passado, das vivências atuais nas instituições escolares, e também das reflexões teóricas que subsidiam o percurso, podem sim representar um esforço de construção e de reconstrução da tríade escola, educação e docência.

Considerando o fato de que nos anos iniciais do Ensino Fundamental o “nó” da questão é, em grande medida, centrado no processo de alfabetização e letramento, evoluindo, nos anos seguintes, para a formação de leitores, as aproximações iniciais do ambiente escolar terão como elemento norteador das reflexões esse tema.

Mas, ao longo da formação em estágio curricular voltado aos anos iniciais, serão contempladas questões como apreensão de conceitos matemáticos, além de conhecimentos específicos ligados ao ensino de ciências, história, geografia, artes. Considerando as informações apresentadas, uma das possibilidades que se apresenta à prática formativa e reflexiva em estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental, seria o uso da ferramenta teórica interdisciplinaridade, que busca responder às demandas formativas integrando as várias áreas do saber, segmentadas em disciplinas escolares (FAZENDA, 1995).

Apresentados os pressupostos orientadores do estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é oportuno destacar que concomitantemente às reflexões pautadas em referencial teórico específico, terão início as vivências nas instituições educacionais, com duração de **25 horas**, sendo que as atividades serão compostas por:

- a) observação e reflexão do cotidiano escolar e da gestão da escola pautados nos seguintes critérios: espaço, tempos, rotinas, número de turmas e de crianças, planejamento docente, presença e utilização da biblioteca, trabalhos relacionados à disciplina de artes; limites e possibilidades apresentados para o trabalho interdisciplinar;
- b) entrevistas com docentes, diretora, coordenadora pedagógica e equipe técnica da secretaria municipal de educação, participação de reuniões de planejamento da escola, reunião de pais

Ao final do semestre letivo, todas as produções favorecidas por meio das experiências do estágio serão organizadas na forma de relatório.

Textos Orientadores:

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOURENCETTI, Gisela do Carmo; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Dilemas de professoras em práticas cotidianas. In: MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline M. de M. Rodrigues (Org.). **Aprendizagem profissional da docência**: saberes, contextos e práticas. São Carlos (SP): EdUFSCAR, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: Pimenta, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 15-34.

Observação da organização do conhecimento escolar e processos de ensino e de aprendizagem

Critérios de observação/reflexão:

- Número de profissionais docentes, sexo, idade, formação;
- Número de crianças por turma;
- Práticas formativas voltadas ao processo de alfabetização e letramento;
- (In)Existência de ambientes alfabetizadores;
- Existência, organização e uso da biblioteca escolar.

Textos Orientadores:

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

JOLIBERT, Josette (Coord.). **Formando crianças produtoras de textos**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17 ed. São Paulo: Ática, 2008.

d) Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - II

Carga horária: 120 horas com 20 horas de observação e 20h de regência

Eixo 1 – planejamento, atuação, análise, reflexão da docência nos anos iniciais do ensino fundamental

Critérios de observação/reflexão:

- Conhecimento sobre a realidade da sala de aula: rotina, construção da escrita do aluno, organização da sala de aula e das estruturas disciplinares.
- planejamento docente;
- elaboração e aplicação de plano de aula por parte dos docentes das instituições de Educação Básica;
- interdisciplinaridade.

Textos Orientadores:

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

GOLBERT, Clarissa S. **Novos rumos na aprendizagem da matemática**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre (RS): Artmed, 1994.

XAVIER, Maria Luiza M. & DALLA ZEN, Maria Izabel H. (Orgs.). **Planejamento em destaque: análises menos convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

Eixo 2 – o exercício o da prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental

- elaboração e aplicação de plano de aula;
- práticas avaliativas no cotidiano escolar.

Textos Orientadores:

FONTANA, Roseli A. Cação. **Mediação pedagógica na sala de aula**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

RANGHETTI, Diva. **Uma lógica curricular interdisciplinar para formação de professores: a estampa de um design**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação - Currículo) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

2.2.9 Proposta de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem e do Curso

2.2.9.1 A Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

De acordo com Luckesi (2003) e Vasconcelos (1998), a avaliação é a etapa do processo de ensino-aprendizagem em que, através de diferentes atividades, o professor verifica se os objetivos propostos foram atingidos ou não, possibilitando o ajuste de suas estratégias de ensino. Serve também para que o estudante possa tomar conhecimento sobre seu aproveitamento, cujos resultados lhe oportunizam analisar e repensar as ações por ele desempenhadas e o processo pessoal de aprendizagem e formação. Seu caráter é, portanto, formativo e não simplesmente classificatório.

No caso do curso de Pedagogia, a ampliação da concepção de “docência” para os âmbitos do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento (introdução à pesquisa) amplia também as exigências formativas. Estas se objetivam através dos diferentes componentes curriculares. Assim, os objetivos de cada componente disciplinar precisam articular-se com a formação docente, no âmbito do conteúdo programático, didático-pedagógico e ético-político. Desta forma, constituem objetivos comuns a todos os componentes disciplinares do currículo: o exercício do rigor interpretativo; da expressão escrita e oral; da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização; do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares; da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.

Nesse sentido, também os instrumentos avaliativos devem estar em sintonia com os objetivos gerais do curso e com as especificidades contributivas de cada componente disciplinar e/ou atividade desenvolvida. Em seus estudos sobre práticas de mudanças na avaliação da aprendizagem, Vasconcelos (1998) recomenda que os instrumentos de avaliação devem ser “reflexivos”, superando a mera repetição de informações e levando a estabelecer relações; “abrangentes”, contendo uma mostra representativa do que está sendo trabalhado; “contextualizados” permitindo a compreensão do sentido do que está sendo solicitado com a prática profissional; e ainda “claros e compatíveis” com os conteúdos trabalhados. Esses instrumentos podem constituir-se em provas dissertativas e orais, ensaios monográficos, seminários, debates, resenhas, textos, atividades de grupo ou outras tarefas. A sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem, que devem ter como princípio o exercício da leitura, da discussão, da interpretação, da análise crítica e da problematização de

temáticas e textos em aula, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam.

No caso do curso de Pedagogia de Miracema, o desenvolvimento dos conhecimentos, atitudes e habilidades (item 2.2.5 do presente Projeto) definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia e as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes da Educação Básica que embasam a formação docente (nos âmbitos formativos do ensino, da gestão e da produção do conhecimento), além dos instrumentos acima apontados, poderá utilizar-se de: elaboração de projetos de pesquisa ou para a difusão do conhecimento em outros espaços sociais ou para a busca de solução de problemas identificados num contexto educacional; reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional, expressa textualmente; realização de trabalhos monográficos de pesquisa; relatórios finais de estágio supervisionado; produção de materiais e recursos para utilização didática ou de difusão do conhecimento; identificação e análise de situações educativas complexas e/ou problemas em uma dada realidade; reflexão escrita sobre aspectos estudados, discutidos e observados em situação de estágio, pesquisa e extensão.

Independente do instrumento utilizado é fundamental que, em toda a avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao educando, oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e das dificuldades e a retomada dos objetivos não alcançados. É esta a finalidade principal da avaliação: constituir-se num meio a ser utilizado para o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem (LUCKESI, 2003). Ela não tem, portanto, um fim em si mesmo.

A avaliação do curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema, em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas no PDI, nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da Política de Avaliação para a Educação Superior, levará em consideração:

- a perspectiva de formação docente definida no Projeto de Curso;
- a contextualização histórica e crítica dos conhecimentos;
- a articulação entre as perspectivas teóricas e o contexto sócio-cultural regional;
- as demandas das práticas pedagógicas escolares e não escolares;
- as diferenças individuais dos educandos;
- o movimento crescente de sistematização dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares;
- a utilização de instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos formativos;
- o processo continuado de produção, avaliação e nova sistematização.

2.2.9.2 A Avaliação do Curso

O curso de Pedagogia do Campus Universitário de Miracema será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implementação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes, especialmente pelas ações do NDE-Núcleo Docente Estruturante. No âmbito mais geral, esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos docentes com os educandos, refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma Comissão Permanente de Avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação deverá abranger os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

A Comissão Permanente de Avaliação deverá elaborar instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los à avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares. (ensino);
- Análise e reflexão sobre o exercício da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores e alunos de um modo geral. (produção do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos. (difusão do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas.(extensão);
- Avaliação periódica da gestão acadêmica do Curso (colegiado e coordenação de curso) visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais. (gestão).

3 CORPO DOCENTE

3.1 Formação Acadêmica e Profissional

Atualmente o curso de Pedagogia possui um corpo docente que serve ao curso de Pedagogia com 16 (dezesseis) professores efetivos e 04 (quatro) professores substitutos, conforme os quadros 1 e 2 abaixo. Nos últimos 10 (dez) anos houve mudança significativa nessa situação. Em 2006, o curso de Pedagogia contava com 08 (oito) docentes e deste somente

02 (dois) eram doutores. Por um lado, houve aumento o quantitativo de docentes no curso e um forte investimento na formação do quadro docente em nível de pós-graduação demonstrando o compromisso institucional da UFT e o esforço individual dos docentes em qualificar nosso trabalho de formação de docentes para as escolas públicas do Tocantins. No entanto, outras situações vivenciadas neste período, como é o caso da transferência de docentes do curso, para outros campus da universidade, gerou prejuízo na quantidade e qualidade do nosso trabalho.

No contexto atual, que vem exigindo cada vez mais, o comprometimento dos docentes nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento de projetos de formação continuada de professores da educação básica, aprofundando dos debates para implantação de programas de pós-graduação lato e stricto senso, compreende-se que o quadro de docentes do curso precisa ser ampliado em pelo menos 05 (cinco) novas vagas para que a UFT e o Campus de Miracema possam desenvolver adequadamente a proposta pedagógica de formação deste projeto de curso, levando em conta também a formação continuada.

Quadro 11 - Formação Básica e Titulação do Corpo Docente efetivo do Curso de Pedagogia

| Quant. | Formação Básica | Titulação | |
|--------|-------------------------|-----------|-----------|
| | | MESTRADO | DOCTORADO |
| 08 | Pedagogia | 02 | 05 |
| 02 | Filosofia | - | 02 |
| 01 | Engenharia de Materiais | - | 01 |
| 01 | Ciências Sociais | 01 | - |
| 01 | História | - | 01 |
| 03 | Letras | 01 | 02 |
| | SUB-TOTAL | 04 | 12 |
| | TOTAL | 16 | |

O quadro efetivo possui formação diversificada no que diz respeito ao doutorado, sendo que 07 (sete) do total de 15 (quinze) professores possuem doutorado em educação. Dois fizeram doutorado em geografia; dois com doutoramento em lingüística e dois docentes com doutoramento nas áreas de Antropologia e Artes.

Além do corpo docente efetivo acima descrito, o Curso conta com os professores do quadro temporário, que atualmente estão atuando no Curso de Pedagogia, conforme tabela abaixo:

Quadro 12 - Formação Básica e Titulação do Corpo Docente Temporário (Professor Substituto) do Campus Universitário de Miracema – 2018/1

| Quant. | Formação Básica | Titulação | |
|--------|------------------|----------------|----------|
| | | ESPECIALIZAÇÃO | MESTRADO |
| 03 | Pedagogia | | 03 |
| 01 | Ciências Sociais | 01 | |
| | SUB-TOTAL | | |
| | TOTAL | 04 | |

*Desse total, dois estão em fase de contratação

No quadro temporário o Curso dispõe de três mestres, todos com formação em pedagogia e uma cientista social, especialista.

Considerando que o curso de Pedagogia mantém interface com as áreas de ciências humanas e sociais e a maioria do seu corpo docente exerce atividades de magistério na área de ciência humanas e sociais, tais como – filosofia, história, antropologia, psicologia, política educacional, planejamento e avaliação educacional, ética, sociologia, bem como tópicos importantes como educação de adultos, educação do campo, educação indígena.

Ressalta-se, porém, que este quadro docente ainda não é suficiente para o desenvolvimento da proposta curricular do curso de Pedagogia em sua condição integral.

3.1.1 Formação Profissional do Corpo Docente que Atua no Curso de Pedagogia

As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Pedagogia na sua fase atual, demandam um corpo docente com formação acadêmica e profissional voltada para as Ciências Sociais e Humanas Aplicadas, sendo que a estrutura curricular do Curso contempla um conjunto de disciplinas que poderão ser ministradas por profissionais com graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Serviço Social, Ciências Sociais e Humanas, além de uma pequena demanda por profissional com formação em Ciências Exatas.

A seguir apresenta-se a relação de todos os docentes do Colegiado do Curso de Pedagogia e o respectivo link de acesso ao Currículo Lattes.

| DOCENTE | Link Lattes |
|-----------------------------|---|
| Ana Corina Machado Spada | http://lattes.cnpq.br/4803009469422542 |
| Antonio Miranda de Oliveira | http://lattes.cnpq.br/6644447890217819 |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Brigitte Ursula Stach Haertel | http://lattes.cnpq.br/1632299939739925 |
| Domingos Pereira da Silva | http://lattes.cnpq.br/0820984855844148 |
| Fátima Maria de Lima | http://lattes.cnpq.br/3940408859564528 |
| Fernando Cardoso dos Santos | http://lattes.cnpq.br/6936231883829381 |
| Francisco Gonçalves Filho | http://lattes.cnpq.br/1718623628408943 |
| Juliana Chioca Ipolito | http://lattes.cnpq.br/7307710193905189 |
| Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade | http://lattes.cnpq.br/0840443079159826 |
| Layanna Giordana Bernardo Lima | http://lattes.cnpq.br/1061655482835640 |
| Marcio Antonio Cardoso Lima | http://lattes.cnpq.br/1667605366590521 |
| Maria Irenilce Rodrigues Barros | http://lattes.cnpq.br/4186701414099549 |
| Odilon Rodrigues de Moraes Neto | http://lattes.cnpq.br/6866248514485283 |
| Rosemeri Birck | http://lattes.cnpq.br/1272280226320225 |
| Suzana Brunet Camacho da Rocha | http://lattes.cnpq.br/6247126012422645 |
| Vânia Maria de Araújo Passos | http://lattes.cnpq.br/0394194833990358 |

Quadro 13 - Quadro Docente Efetivo – Titulação e Tempo de Experiência Docente Superior–2018

| NOME | FORMAÇÃO | | Experiência Docente |
|---|-------------------------|--------------------|---------------------|
| | Graduação | Pós-Graduação | |
| Ana Corina Machado Spada | Pedagogia | Doutora/Educação | 14 anos |
| Antonio Miranda de Oliveira | Filosofia | Doutor/Geografia | 23 anos |
| Brigitte Ursula Stach Haertel | Pedagoga | Doutora/Educação | 14 anos |
| Fernando Cardoso dos Santos | Letras/Libras | Mestre/Linguística | 10 anos |
| Francisco Gonçalves Filho | História | Doutor/Educação | 27 anos |
| Fátima Maria de Lima | História | Doutora/Educação | 20 anos |
| Kalina Lígia A. de Brito Andrade | Engenharia de Materiais | Doutora/Educação | 23 anos |
| Layanna Giordana B. Lima | Pedagoga | Doutora/Geografia | 10 anos |

| | | | |
|--|------------------|---------------------|---------|
| Márcio Antonio Cardoso Lima | Pedagogia | Doutor/Educação | 25 anos |
| Maria Irenilce Rodrigues Barros | Letras | Doutora/Linguística | 10 anos |
| Odilon Rodrigues de Moraes Neto | Ciências Sociais | Doutor/Antropologia | 10 anos |
| Rosemeri Birck | Pedagogia | Doutora/Artes | 15 anos |
| Suzana Brunet C. da Rocha | Pedagoga | Mestre/Educação | 14 anos |
| Vânia Maria de Araújo Passos | Pedagogia | Doutora/Educação | 22 anos |
| Domingos Pereira da Silva | Pedagogia | Doutor/Educação | 05 anos |
| Juliana Chioca Ipolito | Psicologia | Doutora/Ciências | 10 anos |

3.2 Condições de Trabalho: Regime de Trabalho e Dedicção ao Curso

O regime de trabalho dos docentes que atuam no curso de Pedagogia é o mesmo praticado para a contratação de docentes nas IFES. O Conselho Diretor do Campus assumiu como princípio o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, considerando que este regime permite aos docentes condições de envolvimento com todas as dimensões do trabalho acadêmico na universidade.

3.3 Corpo de Servidores Docentes e Técnico-Administrativo do Campus

Para atender as demandas dos 4 (quatro) cursos de graduação existentes no Campus de Miracema, conforme dados do setor de Recursos Humanos do Campus, há um quadro docente total de 53 docentes efetivos, 09 docentes substitutos e 28 servidores técnicos administrativo, totalizando um quadro de 96 servidores. Do total de docentes 16 são do quadro do Curso de Pedagogia, 20 do Curso de Serviço Social, 09 do Curso de Educação Física e 08 do Curso de Psicologia.

4. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

4.1 Instalações físicas

O Campus Universitário de Miracema encontra-se instalado num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema desde 1992, quando iniciou como unidade do sistema

multicampi da UNITINS - Universidade Estadual do Tocantins. O terreno doado possui uma área de 20.770m², sendo 911,20m² de área construída.

Todos os espaços físicos descritos a seguir estão organizados com móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das funções e em pleno funcionamento.

4.1.1 Salas de Aula - O *campus* dispõe de 17 (dezesete) salas de aula com tamanho, iluminação, ventilação, climatizadas e com mobiliário adequados, disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno.

4.1.2 Sala de Trabalho dos Docentes – o *campus* possui 05 (cinco) salas adequadas ao trabalho acadêmico dos docentes da Pedagogia (com aproximadamente 25m² cada uma) equipadas com móveis e equipamentos de informática e com acesso a internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta 04 (quatro) docentes.

4.1.3 Auditório – Possui 142m², com boa ventilação e iluminação, o auditório dispõe de 70 (setenta) poltronas com braço de apoio removível; Porém, seu espaço físico é insuficiente para o atendimento da demanda de 04 (quatro) cursos. Desde 2004 a Comunidade Acadêmica do Campus indica como prioridade de ação a necessidade de construção de um Auditório com capacidade para atender as demandas do Campus. Há indicativo da Reitoria sobre a definição da construção do auditório. No espaço do atual auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como: datashow, DVD e videocassete.

4.1.4 Coordenação de Cursos - O campus conta com 04 (quatro) salas destinadas às coordenações dos cursos Pedagogia, Serviço Social e Psicologia, num espaço de 9,00m² para cada sala equipadas com mobiliários e equipamentos, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo, cada.

4.1.5 Sala da Diretoria – Há uma sala de 16,62m², devidamente equipada para atendimento à comunidade universitária, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo.

4.1.6 Secretaria Acadêmica – Com 48.49m² de dimensão espacial, a secretaria acadêmica comporta satisfatoriamente os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos. Não há necessidade de contratação de novos assistentes administrativos com o incremento de um novo curso de graduação, uma vez que com a redução de turno do curso de Pedagogia a tendência é o volume de trabalho se apresentar estável.

4.1.7 Coordenação Administrativa e Financeira – Uma sala com área de 17,80 m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. O setor conta com o apoio técnico de

03(dois) administradores e 01 (um) assistente administrativos que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do *campus*.

4.1.8 Sala do Almoxarifado e Patrimônio – Após estruturação do prédio, foi dividido o setor de Almoxarifado, uma vez vinculada a Coordenação Administrativa e Financeira e incorporado ao setor de patrimônio, instalando-os numa área de 28,60 m² adequada e equipada para atender a todos os departamentos do *campus*. O setor conta ainda com um espaço de 10 m² de área reservada para armazenar móveis e equipamentos inservíveis e com defeito que fazem parte do patrimônio da instituição.

4.1.9 Protocolo, Recepção e Reprografia – Sala destinada ao protocolo, recepção e envio de correspondências e documentos, informações e auxílio a comunidade além de serviço de reprografia com máquina destinada à prestação deste serviço e armazenamento de materiais de áudio visual para utilização dos professores, a sala é equipada e climatizada.

4.1.10 Copa – Está localizada num espaço de 7,70 m², adequado contendo eletrodomésticos em pleno uso e funciona com pessoal terceirizado.

4.1.11 Centro Acadêmico de Pedagogia e DCE - espaço destinado aos estudantes para realizar as atividades próprias do movimento estudantil, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, equipada com mobiliário e equipamentos necessários e em pleno funcionamento.

4.1.12 Assistência Social, Psicológica e Pedagógica – Consiste de três salas reservadas para o atendimento aos acadêmicos contando com a assistência de uma Assistente Social, uma Psicóloga e um Pedagogo dando suporte nas respectivas áreas.

4.1.13 Centro de Convivência Infantil – CCI – Espaço designado a oferecer suporte as mães acadêmicas que necessitam levar seus filhos para a Universidade. Conta com o auxílio de alunos monitores que realizam atividades diversas com estas crianças com o intuito de que as mães e docentes possam desenvolver um melhor o trabalho em sala de aula.

4.1.14 Instalações sanitárias: existem 15 (quinze) banheiros, parcialmente adequados ao atendimento da comunidade universitária, distribuídos nos cinco prédios do Campus, como bloco administrativo, blocos de salas de aula e biblioteca, além de um vestuário.

É necessária uma reforma do espaço físico para adequá-los ao acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais, como rampas e elevadores.

4.1.15 Departamento de Informática – Sala destinada à assistência e acondicionamento de equipamentos de internet e rede de computadores.

4.2 Laboratórios

4.2.1 LIPPed - Laboratório Interdisciplinar de Prática Pedagógicas

O Curso de Pedagogia tem como uma de suas funções a formação de docentes. No caso do Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema, obedecendo a critérios legais, aos processos de reflexões e aos debates da comunidade universitária, está voltado para a formação de professores com perfil para atuação na docência da educação infantil, dos anos iniciais, na gestão da educação e geração de conhecimentos, em espaços escolares e não escolares.

Missão do LIPPed

Assessorar e apoiar, os acadêmicos e docentes, do Curso de Pedagogia no desenvolvimento de aprendizagens relacionadas à confecção de material didático-pedagógico empregado na educação infantil, bem como no ensino fundamental nos anos iniciais.

Objetivos

Desenvolver as habilidades e competências expressas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia;

Fornecer material didático para o suporte da prática de estágio curricular supervisionado obrigatório realizada pelo acadêmico do curso em articulação com as práticas pedagógicas das escolas básicas de educação infantil e anos iniciais;

Realizar oficinas pedagógicas que estreitem os vínculos entre as disciplinas do curso e o estágio curricular obrigatório;

Desenvolver atividades de formação na perspectiva das inovações pedagógica possibilitando a extensão e pesquisa interdisciplinares no Campus;

Proporcionar espaços de formação inicial e continuada para professores da educação básica;

Ofertar formação continuada para professores indígenas e do Campo;

Oferecer aos acadêmicos espaços de vivências e de criatividade na construção de inovações pedagógicas do ensino dentro de temas interdisciplinares como: meio ambiente, saúde, populações tradicionais e consumo;

Estimular a pesquisa e extensão na perspectiva interdisciplinar e no conhecimento histórico e geográfico da região cultura e educação indígena, africana e afro-brasileira.

Público – Alvo

Acadêmicos, docentes e técnicos da UFT/Campus de Miracema e professores da rede municipal e estadual de ensino, que estejam articulados a projetos por intermédios e que façam sua solicitação por escrito à coordenação geral do Laboratório.

O LiPPed apoia os projetos de atividades de ensino, pesquisa e extensão junto aos projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, e extensão e aos programas institucionais como: PIM; PIMI PADI; PIBID, PIBIC, e Grupos e Núcleos de pesquisa e extensão entre outros mediante apresentação das propostas via projeto à coordenação e relatório das atividades desenvolvidas. A partir desse ano o Laboratório volta sua atenção para as ações articuladas no contexto do Programa de Inovação Pedagógica e os desdobramentos de suas ações.

4.2.2 Laboratório de Informática

Com 48m² o espaço físico está adequado à demanda para a criação de um novo curso de graduação. Atualmente o laboratório dispõe de 20 (vinte) máquinas que funcionam em rede atendendo alunos nos três turnos.

Do ponto de vista do atendimento aos acadêmicos da UFT e em específico do Campus de Miracema, bem como ao funcionamento administrativo do Campus, os seguintes serviços são realizados:

- Formação para servidores do Laboratório para uso do sistema operacional Linux
- Orientação para servidores e acadêmicos
- Serviço de atendimento a comunidade externa de Miracema voltado para inclusão digital
- Serviço de *help* aos setores do Campus

Quadro 14 - Equipamentos de Informática disponíveis no Campus

| SETOR DO CAMPUS | COMPUTADORES | IMPRESSORAS |
|---------------------------------|--------------|-------------|
| Laboratório /Alunos | 20 | 00 |
| Professores | 09 | 01 |
| Biblioteca | 04 | 01 |
| Serviços Administrativos | 16 | 05 |
| TOTAL | 49 | 07 |

O Laboratório de Informática funciona em três turnos, das 7 às 22:40 horas, com acesso a internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do Campus estão em rede e com internet em funcionamento.

4.3 Instalações e Equipamentos Complementares

As instalações e equipamentos complementares estão devidamente descritos nos itens anteriores, principalmente no item 4.2.

4.4 Área de Lazer e Circulação

No espaço físico do campus dispomos dos seguintes espaços de lazer e circulação: dentro do prédio temos amplos corredores no térreo e pavimento superior. Na parte externa, junto com o estacionamento existem vários espaços utilizados para conversas dos acadêmicos. Existe ainda um espaço físico que permite ampliação da estrutura física do campus, bem como seu uso para atividades de integração via esportes.

4.5 Recursos Audiovisuais

As condições atuais em relação ao uso de equipamentos por professores e alunos, nas salas de aula e auditório do Campus Universitário de Miracema do Tocantins estão articuladas pelas experiências profissionais de cada docente e limitadas pelos equipamentos constantes no quadro a seguir:

Quadro 15 – Recursos Audiovisuais disponíveis no Campus.

| | QUANTIDADE | ESPECIFICAÇÃO |
|----|------------|---------------------------------|
| 01 | 05 | Tv Em Cores |
| 02 | 01 | Video Cassete |
| 03 | 29 | Projeter Multimídia (Data-Show) |
| 04 | 10 | Retroprojeter |
| 05 | 01 | Máquina Fotográfica Digital |
| 06 | 07 | Câmera Fotográfica Digital |
| 07 | 14 | Filmadora Digital |
| 08 | 13 | Dvd |
| 09 | 01 | Console de vídeo game xbox 360 |
| 10 | 01 | Aparelho de Som Micro-Sistem/Cd |

| | | |
|----|----|---------------------------------------|
| 11 | 01 | Projektor de Slides |
| 12 | 16 | Tela Branca de Projeção |
| 13 | 02 | Flip Chart |
| 14 | 02 | Microfone C/ Fio |
| 15 | 02 | Microfone S/ Fio |
| 16 | 02 | Mesa/Comando de Som |
| 17 | 18 | Quadro Branco para Pincel |
| 18 | 10 | Gravador de Áudio Digital |
| 19 | 01 | Home theater - eterny |
| 20 | 06 | Kit multimídia c/ 2 caixas de som 60w |
| 21 | 04 | Lousa interativa |

4.6 Acessibilidade para Pessoas com Necessidade Especiais

No momento, o acesso ao Campus de Miracema apresenta condições parcialmente adequadas à locomoção de pessoas com necessidades especiais, apresentando apenas rampas de acesso ao interior do pavilhão térreo do prédio e sinalização de calçadas e espaços de convivência.

5 BIBLIOTECA

De acordo com o PDI/UFT (2021-2025, p.154), a missão da Universidade Federal do Tocantins – UFT é formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade e sua visão é consolidar-se, até 2025, como uma universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal. Para alcançar estes objetivos as bibliotecas são espaços fundamentais, pois se caracterizam como áreas de catalisação e difusão de conhecimento que favorecem a inovação e contribuem para apoiar o tripé ensino, pesquisa e extensão, eixos equivalentes que sustentam a razão de ser da universidade.

A Biblioteca do Campus Universitário de Miracema foi criada em 1992, juntamente com o início das atividades do Campus. Atualmente, dispõe de um acervo bibliográfico de aproximadamente **7.068 livros, 120 títulos de periódicos, 551 monografias e 162 fitas de vídeo**. Concentra grande parte do acervo na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seu objetivo é reunir e organizar o material informacional para servir de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. As obras estão ordenadas por assunto de acordo com a classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD).

A Biblioteca está situada no primeiro andar do prédio, possui uma área de 141,19m² dividida em sala de leitura (57,53m²), área de processo técnico da informação (28,52 m²), área do depósito com (7,14m²) e área de acervo (48,00 m²), a qual os alunos têm livre acesso.

5.1 Dados da Biblioteca

5.1.1 Política de Atualização e Informatização do Acervo

A atualização e informatização do acervo são coordenados pela PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação), as bibliotecas dos *Campi* tem a responsabilidade de indicar as obras para serem adquiridas por meio de listas produzidas em conjunto com os professores, considerando a bibliografia básica de cada curso.

A informatização da biblioteca e automação de seus serviços estão em processo de implantação no Sistema SIE (Sistema de Informação do Ensino) adotado pela UFT. Enquanto o mesmo não está instalado a biblioteca utiliza um Banco de Dados desenvolvido na própria biblioteca.

5.1.2 Descrição do Acervo de Livros e Periódicos

Quadro 16 - Acervo de livros por área do conhecimento

| CLASS. | ÁREAS MEC | QUANTIDADE DE LIVROS |
|----------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS | | |
| 340 | DIREITO | 86 |
| 320 | TEORIA GERAL DO ESTADO | 68 |
| 343.04 | DIREITO TRIBUTÁRIO | 08 |
| 345 | DIREITO PENAL | 10 |
| 347 | DIREITO PROCESSUAL CIVIL | 01 |
| 342 | DIREITO CONSTITUCIONAL | 50 |
| 342 | DIREITO ADMINISTRATIVO | 03 |
| 341 | DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO | 01 |
| 340.56 | DIREITO CIVIL | 27 |
| 344 | DIREITO DO TRABALHO | 03 |
| 341 | DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO | 01 |
| 658 | ADMINISTRAÇÃO | 586 |
| 658.3 | ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 73 |
| 351 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 56 |
| 336 | CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS | 24 |
| 657 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS | 87 |
| 330 | ECONOMIA | 359 |
| 330 | TEORIA GERAL DA ECONOMIA | 5 |
| 337 | ECONOMIA INTERNACIONAL | 32 |
| 711 | ARQUITETURA E URBANISMO | 13 |
| 304 | DEMOGRAFIA | 07 |
| 020 | BIBLIOTECONOMIA | 48 |
| 025 | ARQUIVOS | 03 |

| | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|--------------|
| 360 | SERVIÇO SOCIAL | 79 |
| 338.479 | TURISMO | 15 |
| | | Subtotal |
| | | 1.645 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | | |
| 100 | FILOSOFIA | 104 |
| 101 | HISTÓRIA DA FILOSOFIA | 05 |
| 160 | LÓGICA | 09 |
| 170 | ÉTICA | 46 |
| 300 | SOCIOLOGIA | 428 |
| 930 | HISTÓRIA | 85 |
| 930 | TEORIA E FILOSOFIA DA HISTORIA | 03 |
| 930 | HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL | 04 |
| 930 | HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORANEA | 24 |
| 970 | HISTÓRIA LATINA E AMERICANA | 6 |
| 981 | HISTÓRIA DO BRASIL | 38 |
| 981.03 | HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL | 05 |
| 981.04 | HISTÓRIA DO BRASIL IMPERIAL | 04 |
| 981.05 | HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA | 14 |
| 981 | HISTÓRIA REGIONAL DO BRASIL | 12 |
| 930 | HISTÓRIA DA CIÊNCIA | 04 |
| 960 | HISTÓRIA DA ÁFRICA | 02 |
| 900 | GEOGRAFIA | 18 |
| 900 | GEOGRAFIA HUMANA | 07 |
| 900 | GEOGRAFIA AGRÁRIA | 01 |
| 900 | GEOGRAFIA ECONOMICA | 02 |
| 900 | GEOGRAFIA REGIONAL | 10 |
| 900 | ANÁLISE REGIONAL | 01 |
| 150 | PSICOLOGIA | 162 |
| 370 | EDUCAÇÃO | 887 |
| 370.1 | FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO | 240 |
| 370.981 | HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO | 146 |
| 370.19 | SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO | 148 |
| 370.192 | ANTROPOLOGIA EDUCACIONAL | 01 |
| 370.15 | PSICOLOGIA EDUCACIONAL | 147 |
| 371.2 | ADMINISTRAÇÃO E SISTEMA EDUCACIONAL | 52 |
| 371.2 | ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES EDUCATIVAS | 92 |
| 371.26 | PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL | 89 |
| 379 | POLÍTICA EDUCACIONAL | 173 |
| 371.207 | PLANEJAMENTO EDUCACIONAL | 54 |
| 370.15 | ENSINO-APRENDIZAGEM | 50 |
| 371.332 | MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO | 85 |
| 371.3078 | TÉCNOLOGIA EDUCACIONAL | 30 |
| 371.27 | AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM | 85 |
| 375 | CURRÍCULO | 95 |
| 371.422 | ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL | 61 |
| 374 | EDUCAÇÃO DE ADULTOS | 78 |
| 370.19346 | EDUCAÇÃO RURAL | 51 |
| 371.9 | EDUCAÇÃO ESPECIAL | 37 |
| 372.21 | EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR | 33 |
| 320 | CIÊNCIA POLÍTICA | 126 |
| | | Subtotal |
| | | 3.764 |
| LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES | | |
| 400 | LINGÜÍSTICA | 20 |
| 401 | FISIOLOGIA DA LINGUAGEM | 07 |
| 417 | LINGÜÍSTICA HISTÓRICA | 04 |
| 413 | SOCIOLINGÜÍSTICA E DIALETOLOGIA | 09 |
| 412 | PSICOLINGÜÍSTICA | 06 |
| 412 | LINGÜÍSTICA APLICADA | 01 |
| 469 | LÍNGUA PORTUGUESA | 93 |
| 400 | LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA | 04 |

| | | |
|----------------------------|------------------------------------|--------------|
| 800 | TEORIA LITERÁRIA | 30 |
| 800 | LITERATURA BRASILEIRA | 150 |
| 800 | LITERATURA ESTRANGEIRA MODERNA | 42 |
| 800 | LITERATURA CLASSICA | 25 |
| 800 | LITERATURA COMPARADA | 07 |
| 700 | ARTE | 22 |
| SubTotal | | 420 |
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | | |
| 500 | MATEMÁTICA | 491 |
| 512 | ALGEBRA | 59 |
| 516 | GEOMÉTRIA ALGEBIRCA | 46 |
| 515 | ANÁLISE | 99 |
| 519 | ESTATÍSTICA | 47 |
| 004 | CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO | 88 |
| 530 | FÍSICA | 53 |
| 540 | QUÍMICA | 05 |
| 551 | GEOCOLOGIA | 10 |
| SubTotal | | 898 |
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | | |
| 574 | BIOLOGIA GERAL | 36 |
| 590 | ZOOLOGIA | 01 |
| Subtotal | | 37 |
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | | |
| 630 | AGRONOMIA | 126 |
| Subtotal | | 126 |
| ENGENHARIA | | |
| 621 | ENGEHARIA | 05 |
| Subtotal | | 05 |
| CIÊNCIAS DA SAÚDE | | |
| 796 | EDUCAÇÃO FÍSICA | 21 |
| Subtotal | | 21 |
| OUTROS | | |
| 200 | RELIGIÃO | 30 |
| 001.4 | METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO | 122 |
| Subtotal | | 152 |
| TOTAL GERAL | | 7.068 |

5.2 Acervo de Periódicos

5.2.1 Periódico Eletrônico

- **Portal da CAPES** oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9.640 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet que podem ser acessados nos terminais do Campus.

Quadro 17 – Acervo de Periódicos

| ACERVO DE PERIÓDICOS | | | |
|----------------------|-----------|-------------|--------|
| Curso | Nacionais | Estrangeiro | Totais |

| | | | |
|---|------------|----------|------------|
| Revistas Científicas de Diversas Áreas | 60 | - | 60 |
| Revistas Científicas Área de Educação | 25 | - | 25 |
| Relação de Revistas Gerais da Biblioteca | 33 | - | 33 |
| Totais | 118 | - | 118 |

5.2.2 Revistas Científicas - Área de Educação

- Agitação
- Akrópolis
- Avaliação
- Cadernos Andes
- Cadernos de Educação
- Documenta
- Educação
- Educação em Debate
- Ensino Superior
- Gestão em Rede
- Informe Estatístico
- Nova Escola
- Pesquisa – Revista da Pedagogia
- Profissão Mestre
- Revista ADUSP
- RBPE- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
- Revista Criança
- Revista da Educação
- Revista Educação e Cidadania
- Revista da FERP
- Revista do Provão
- Revista UNO- Caminhos e Sinais
- Tempo Integral
- Trajetos
- Viver

5.2.3 Revistas Científicas - Diversas Áreas

- Acta Sectarium
- ADM – Administração e Marketing
- AIDS
- Análise e Conjuntura
- Arquivos de Ciências da Saúde UNIPAR
- Balanço Anual
- Boletim de Conjuntura
- Boletim Vacinas
- Caderno Catarinense de Ensino de Física
- Cadernos de Administração Rural

- Caderno UNIABC de Direito (UNIABC – Universidade do Grande ABC)
- Caderno Unitins
- Caesura
- Calidoscópio
- Cerrados
- Cívitas – Revista de Ciências Sociais
- Conjuntura Econômica
- Conjuntura Social
- Contribuciones
- Economia e Pesquisa
- Educação Matemática em Revista
- Humanitas
- IP – Informática Pública
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- Kriterion
- Logos
- Matemática Aplicada e Computacional
- Parcerias Estratégicas
- Perspectivas em Ciência da Informação
- Pesquisa Agropecuária Pernambucana
- Pesquisa e Planejamento Econômico
- Revista ANGRAD (Associação Nacional dos Cursos de Graduação e Administração)
- Revista Biociências
- RBC – Revista Brasileira de Contabilidade
- Revista Brasileira de Inovação
- Revista Brasileira de Economia
- Revista CEJ- Centro de Estudos Judiciários
- Revista Ciências Exatas
- Revista Ciências Humanas
- Revista da FAE- Faculdade de Administração e Economia
- Revista da Universidade do Amazonas
- RAUSP – Revista de Administração da USP
- RAC – Revista de Administração Contemporânea
- RAE – Revista de Administração de Empresas
- Base
- RAP – Revista de Administração Pública
- Revista de Ensino de Física
- Revista de Física Aplicada e Instrumentação
- Revista de Informação Legislativa
- Revista de la Universidad del Valle De Atemajac
- Revista de Matemática e Estatística
- Revista de Política Agrícola
- Revista de Psicologia
- Revista do Professor de Matemática
- Revista Fronteiras
- Revista Universidade Guarulhos
- UNB Revista
- Universidade e Sociedade
- Veritas
- Veritas – Revista de Filosofia

5.2.4 Relação de Revistas Gerais

1. Brasil Rotário
2. Byte Brasil
3. Cadernos Terceiro Mundo
4. CNI
5. Engenharia de Televisão
6. Época 2003
7. Estudos Empresariais
8. Exame
9. Exame Negócios
10. Exportar e Gerenciar
11. Galileu
12. Geográfica
13. Info
14. Informática
15. Internet
16. Management
17. Nossa História
18. Pequenas Empresas e Grandes Negócios
19. Recuperar
20. Revista Indústria
21. Revista Web
22. Revista Sem Terra
23. Rumos
24. Super Interessante
25. Veja
26. Vida e trabalho
27. Você

5.2.5 Jornais

Quadro 18 – Jornais constantes na Biblioteca

| JORNALIS | | | |
|----------------------------|-----------|-------------|-------|
| Título | Nacionais | Estrangeiro | Total |
| Jornal do Tocantins | 1 | -- | 1 |
| Folha de São Paulo | 1 | -- | 1 |
| Total | 2 | -- | 2 |

5.3 Serviços da Biblioteca

- Empréstimo domiciliar de material;
- Acervo aberto possibilitando o manuseio dos recursos;

- Levantamento Bibliográfico;
- Orientação para normalização de trabalhos científicos;
- Manual para normalização de trabalhos científicos;
- Atividade de extensão com a comunidade escolar de Miracema;
- Curso de normalização;
- Programa de conservação e expansão do acervo;
- Programa de formação para servidores da biblioteca;
- Treinamento para uso do Portal da Capes.

5.4 Máquinas e Equipamentos da Biblioteca

Quadro 19 – Máquinas e equipamentos da Biblioteca

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANT. |
|------|----------------------------------|--------|
| 1 | Microcomputador completo | 06 |
| 2 | Impressora A4 | 02 |
| 3 | Máquina de datilografar elétrica | 01 |
| 4 | Leitora ótica | 01 |
| 5 | Aparelho de ar condicionado | 02 |
| 6 | Impressora / 40 colunas | 01 |
| 7 | DVD | 01 |
| 8 | Gravadora de DVD | 01 |

5.5 Pessoal Técnico-Administrativo em Exercício na Biblioteca

Quadro 20 - Pessoal Técnico-Administrativo em Exercício na Biblioteca

| FUNÇÃO | QUANT. | ESCOLARIDADE |
|------------------------------------|--------|--------------|
| Bibliotecária | 01 | Mestrando |
| Assistente em administração | 03 | Ensino Médio |
| | 04 | Graduandos |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Número 9394/96. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Número 1, de 18 de fevereiro de 2002. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura plena.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Número 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

CAMPOS, Roselane F. Do professor reflexivo ao professor competente – os caminhos da reforma da formação de professores no Brasil. In: MORAES, Maria C.; PACHECO, José A.; EVANGELISTA, Maria O. **Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2003.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 17, n. 49, jan.-abr., 2012.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1995;

FREIRE, José Carlos da Silveira. **A formação de professores na Universidade do Tocantins – UNITINS: limites e possibilidades do Curso de Licenciatura em Regime Especial**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – UFG/Faculdade de Educação: Goiânia, 2002.

FREITAS, Helena C. L. de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set 2002.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline M. de M. Rodrigues (Org.). **Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas**. São Carlos (SP): EdUFSCAR, 2010.

NÓVOA, António (Org.), **Vida de professores**. 2 ed. Porto (Portugal): Porto Editora, 2013.

OLIVEIRA, Antonio Miranda de. Territorialidades camponesas na educação de assentados: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins. Tese (doutorado) Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-Graduação em Geografia: Uberlândia-MG, 2013.

SOUZA, Elizeu Clementino. **O conhecimento de si:** estágio e narrativas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A: Salvador (BA): UNEB, 2006.

SPADA, Ana Corina Machado. **Tensões e contradições do processo de construção das diretrizes para a política pública de educação infantil do campo.** 321fls. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Educação. Brasília (DF), 2016.

TARDIF, Maurice. O que é o saber da experiência no ensino? In: ENS, Romilda Teodora; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Trabalho do professor e saberes docentes.** 2 ed. Curitiba (PR): Champagnat, 2012.

ANEXOS

Anexo I: INSTRUÇÃO NORMATIVA CPCM N° 002/2019 (Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório)

Anexo II: INSTRUÇÃO NORMATIVA CPCM N° 001/2019 (TCC e Atividades Complementares)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA
ANEXO I DO PPC DE PEDAGOGIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CPCM Nº 002/2019

Cria o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Miracema

O Colegiado do Curso de Pedagogia, do Campus Universitário de Miracema, reunido em sessão do dia 04 de Junho de 2019, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e atendendo exigências do Projeto Pedagógico do Curso resolve:

CAPÍTULO I
Identificação

Art. 1º - Criar regulamento que normatiza as atividades de estágio curricular obrigatório e não-obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFT/Campus de Miracema.

Parágrafo único - As normatizações contidas nesse documento, que regem os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios realizados no âmbito deste curso, estão em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com a Lei nº 11.788/2008 e com a Orientação Normativa MPOG nº 7 de 30 de outubro de 2008, visando atender as necessidades formativas no âmbito desta licenciatura.

CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Curricular obrigatório, atendendo aos pressupostos expressos pelo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, tem como objetivos: promover uma formação que favoreça, entre os acadêmicos do curso de Pedagogia, a construção da identidade profissional e de posturas pautadas na autonomia de pensamento; favorecer a reflexão crítica acerca da escola e do ato educativo; promover uma maior articulação entre a universidade e as instituições de Educação Básica; proporcionar aos estudantes do curso de Pedagogia experiências formativas que os façam refletir sobre a atuação profissional, tanto por meio de atividades realizadas no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, quanto em instituições de ensino conveniadas em esta Universidade, mediante a celebração de Termo de Compromisso de Estágio.

Art 3º - O Estágio Curricular não obrigatório tem o intuito de proporcionar aos acadêmicos de graduação situações de vivências prático-pedagógicas, que aproximem o discente de sua área de formação, favorecendo o conhecimento e a reflexão sobre o exercício profissional, tanto na Universidade Federal do Tocantins quanto em instituições conveniadas com esta instância formativa, mediante a celebração de Termo de Compromisso de Estágio.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO III Da Organização

Art. 4º - O estágio curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia está organizado em quatro disciplinas, a saber: Estágio da Educação Infantil I (carga horária de 90 horas); Estágio da Educação Infantil II (carga horária 120 horas); Estágio nos Anos Iniciais do

Ensino Fundamental – I (carga horária 90 horas); Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – II (carga horária 105 horas).

CAPÍTULO IV **Programação de estágio e duração**

Art. 5º - A duração dos estágios obrigatórios totaliza 405 horas. A realização dos estágios obrigatórios ocorrerá por meio de orientação e acompanhamento dos docentes do curso de Pedagogia do Câmpus de Miracema, especialmente os responsáveis pelas seguintes disciplinas: Didática; Alfabetização e letramento I e II; Fundamentos e metodologia do ensino de geografia; Fundamentos e metodologia do ensino de história; Fundamentos e metodologia do ensino de arte e movimento; Fundamentos e metodologia do ensino de ciências naturais; Fundamentos e metodologia do trabalho em educação infantil; Fundamentos e metodologia do ensino de matemática; Fundamentos e metodologia do ensino de linguagem; Literatura infantil-juvenil; Educação especial; Educação e cultura afro-brasileira; LIBRAS; Teorias do currículo; Avaliação Educacional; Organização e gestão da educação; Educação Ambiental; Metodologia do trabalho científico; Filosofia da Educação e Ética.

Art. 6º- A condução de cada uma das disciplinas de estágio curricular supervisionado, bem como a elaboração da programação de cada estágio, compete ao docente coordenador, concursado para a área.

§1- Cabe ao docente coordenador da área de estágio elaborar o programa de disciplina, estabelecer contato com as instituições educacionais conveniadas, orientar sobre o preenchimento da documentação de estágio, orientar sobre a elaboração do relatório de estágio, convocar reuniões com os docentes das disciplinas implicadas no acompanhamento e supervisão de estágio, conforme previsto pelo Projeto Pedagógico do Curso.

§2 - Aos docentes orientadores, implicados diretamente no acompanhamento e supervisão do estágio curricular supervisionado, compete atender ao chamado para reuniões de planejamento junto à coordenação de estágio; orientar as pesquisas a serem realizadas pelos estudantes estagiários no âmbito das escolas; acompanhar e supervisionar os grupos de estagiários junto às escolas conveniadas para a realização do estágio.

§3 - A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico estagiário, com a supervisão direta do coordenador de estágio e dos docentes orientadores;

§4 - É de inteira responsabilidade dos discentes estagiários o preenchimento e entrega da documentação de estágio e sua entrega junto à Central de Estágio do Campus de Miracema, da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO V

Locais de realização do estágio

Art. 7º - As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino, preferencialmente públicas, localizadas na cidade de Miracema do Tocantins e nas de seu entorno.

Art. 8º - A escolha da instituição para a realização do estágio será definida em comum acordo entre estagiário e a Coordenação de Estágio considerando a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição, a disponibilidade de vagas e a celebração do termo de compromisso de estágio.

CAPÍTULO VI

Avaliação

Art. 9º - O estagiário será avaliado no decorrer das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, dentro das disciplinas: Estágio da Educação Infantil I; Estágio da Educação Infantil II; Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – I; Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – II.

Parágrafo único – Ao professor da instituição educacional que recebe o estagiário caberá uma avaliação do trabalho do mesmo, pautando-se em critérios estabelecidos pelo coordenador do estágio e pela documentação da central de estágio.

CAPÍTULO VII

Das atribuições do Estagiário

Art. 10 – Compete ao acadêmico matriculado nos componentes de estágio:

I- participar de todas as atividades dos estágios;

II- comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto

com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma;

III- cumprir com as normas da instituição;

IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela instituição;

V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência;

VI – cumprir com as metas e horário estabelecidos;

VII- cumprir as normas do presente regulamento e da Lei de Estágio;

VIII – elaborar plano de aula sob a supervisão do docente orientador e do coordenador de estágio e entrega-lo com antecedência nas instituições escolares onde se desenvolve a atividade de estágio;

IX – preencher e entregar junto a Central de Estágio do Campus de Miracema a documentação exigida institucionalmente.

CAPÍTULO VIII

Das atribuições do docente orientador

Art. 11 - Compete ao docente orientador de Estágio:

I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio

II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno.

III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário.

IV- acompanhar o planejamento do estágio.

V- realizar uma avaliação em todas etapas de desenvolvimento do estágio.

VI – submeter à aprovação do Colegiado do Curso o planejamento semestral das atividades de estágio.

CAPÍTULO IX

Das atribuições das instituições

Art. 12 - Compete às instituições que recebem os estagiários:

I - permitir o uso dos espaços disponíveis para o bom andamento do estágio.

II- permitir o uso de recursos disponíveis pela instituição

III - tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou apresentar desídia no desempenho das atribuições que lhe são demandadas.

DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 13 - O estágio curricular não-obrigatório é desenvolvido pelo acadêmico do Curso de Pedagogia, de forma complementar à sua formação, indo além de sua carga horária regular de curso exigida legalmente para obtenção de diploma.

CAPÍTULO X Da organização

Art. 14 - O estágio curricular não-obrigatório pode ser desenvolvido nas áreas da Educação Básica abarcadas pela Licenciatura em Pedagogia, a saber: Educação Infantil (creche e pré-escola); Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial (sala de recursos); Educação do Campo; Organizações não Governamentais (educação não escolar), entre outros espaços, desde que autorizado pelo Colegiado de Pedagogia, após apreciação, e desde que se desenvolva em instituições conveniadas à Universidade Federal do Tocantins que contemplem:

I - pessoas jurídicas de direito privado;

II - órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 15 - As atividades a serem realizadas pelos estagiários são as seguintes:

I – observar os espaços e os processos de ensino e aprendizagem nas Unidades Escolares e não escolares;

II – co-participar com os professores regentes em salas da Educação Básica: Educação Infantil (creche e pré-escola) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

III – elaborar projeto de intervenção para a regência, bem como as atividades necessárias para o desenvolvimento desta;

IV – reger classe de Educação Básica: Educação Infantil (creche e pré-escola) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

V – elaborar relatórios parciais e finais das atividades desenvolvidas em todas as fases do Estágio;

VI – entregar corretamente e no prazo demandado pelo docente responsável pelo estágio a documentação, devidamente preenchida e assinada, à Central de Estágio do Câmpus de Miracema.

Art. 16 - É facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio nos seguintes casos:

I – Quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 1 (um) a 5(cinco) funcionários;

II - profissionais liberais de nível superior atuantes.

Art. 17 - O tempo de duração de estágio não-obrigatório não pode ultrapassar dois anos na mesma instituição, seis horas diárias e 30 horas semanais.

Art. 18 - O estágio não-obrigatório **não** estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 19 - Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculadas às Atividades Complementares não são considerados estágios não-obrigatórios.

CAPÍTULO XI **Desenvolvimento e Avaliação**

Art. 20 - A elaboração do Plano de Atividades do Estagiário deve ser formulado entre as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e unidade concedente) de acordo com suas necessidades.

Art. 21 - A avaliação do estagiário cabe ao supervisor de área a qual o estágio está vinculado e ao supervisor da instituição concedente a cada seis meses.

Art. 22- Cada supervisor de área da UFT é escolhido entre os membros do Colegiado do Curso de Licenciatura Pedagogia.

§1- Cada supervisor é responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2- a avaliação deve considerar a frequência e os relatórios elaborados pelo estagiário a cada seis meses;

§3 – quando a unidade concedente for um órgão público federal, autarquia ou fundacional, a periodicidade do relatório deverá ser bimestral.

Art. 23 - Ao término do período de estágio, a unidade concedente emitirá um termo de realização de estágio.

CAPÍTULO XII

Das disposições gerais

Art. 24 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e deliberado pelo Colegiado do Curso.

Art. 25 - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

Miracema do Tocantins, 04 de Junho de 2019.
Professora Dra. Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade
Presidente do Colegiado do Curso de Pedagogia
Proposta elaborada pela professora Ana Corina Spada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA
ANEXO II DO PPC DE PEDAGOGIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CPCM Nº 001/2019

Estabelece normas para regular o processo de elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as 210 horas de Atividades Complementares previstas no Núcleo de Estudos Integradores do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema.

O Colegiado do Curso de Pedagogia, do Campus Universitário de Miracema, reunido em sessão do dia 04 de Junho de 2019, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e atendendo ao constante nas seguintes resoluções: Res. CONSEPE Nº 05/2011, que dispõe sobre a criação e regulamentação do Repositório Institucional e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFT); Res. CONSUNI Nº 25/2017, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e Atualização de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFT; Res. CONSUNI Nº 07/2015, que dispõe sobre o Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) no âmbito da UFT; Res. CONSUNI Nº 36/2017, que dispõe sobre o Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos-Científicos no âmbito da UFT; Res. CONSUNI Nº 41/2018, que dispõe sobre a Criação e Regulamentação da Biblioteca Digital de Monografias (TCC) de Graduação e Especialização (BDM) no âmbito da UFT; Res. CONSEPE Nº 04/2005 que dispõe sobre o

Regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFT e a Res. CONSEPE N° 09/2005, que faz alterações na Resolução CONSEPE N° 04/2005 que trata do Regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFT, resolve:

Art. 1º - Estabelecer normas para regular o processo de elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o atendimento ao cumprimento das 210 horas de Atividades Complementares previstas no Núcleo de Estudos Integradores do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, atendendo a legislação educacional vigente.

Art. 2º - O TCC constitui-se em uma monografia que consiste em um texto dissertativo resultado de uma pesquisa individual orientada, tendo por objetivo um tema desenvolvido nas disciplinas pedagógicas e afins integrantes dos três núcleos da estrutura curricular, de acordo com as linhas de Pesquisa do Curso e deve ser defendida perante banca examinadora.

Parágrafo Único: Será considerado habilitado para realização da monografia o/a discente que tiver integralizado, no mínimo 75% dos créditos da Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia e que tenha cursado com frequência e aproveitamento compatível a disciplina Projeto de TCC, com o consequente projeto de pesquisa monográfica elaborado com orientação docente.

Art. 3º - A responsabilidade pela elaboração da monografia cabe integralmente ao orientando, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

Parágrafo Único: A elaboração, defesa e entrega da versão final em capa dura e eletrônica (CD-ROM) da monografia junto à Coordenação do Curso de Pedagogia, para que esta envie à Biblioteca, deve atender ao constante nas seguintes Resoluções do CONSUNI: Resolução N° 41/2018, que dispõe sobre a Criação e Regulamentação da Biblioteca Digital de Monografias (TCC) de Graduação e Especialização (BDM) no âmbito da UFT e Resolução N° 36/2017, que dispõe sobre o Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos-Científicos no âmbito da UFT.

Art. 4º - A monografia será defendida pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros por ele convidados, a partir de calendário definido pelo Colegiado do Curso, respeitando os limites do calendário do semestre de matrícula do discente.

§ 1º - Poderá integrar a banca examinadora um membro escolhido entre professores da UFT ou professores de outras instituições, com titulação mínima de especialista, mediante análise de currículo pela Coordenação do Curso.

§ 2º - A nota final do aluno será definida pelo resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora sendo considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a sete. A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, será registrada em ata, e encaminhada à Coordenação do Curso.

Art. 5º - Será atribuído conceito 0 (zero) à monografia, caso se verifique a existência de fraude ou plágio pelo orientando, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regimento Geral da Universidade.

Art. 6º - Para integralizar as 200 horas de Atividades Complementares previstas no PPC do Curso de Pedagogia, o aluno terá que apresentar até o final do semestre de conclusão do mesmo, comprovação de participação em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão conforme previsto na Resolução do CONSEPE Nº 04 e Nº 09/2005 e conforme o constante no Anexo I deste documento.

Art. 7º - Atendendo ao Artigo 4º da Resolução do CONSEPE Nº 09/2005 as atividades complementares dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em três tipos: Atividades de Ensino; Atividades de Pesquisa e Atividades de Extensão.

Parágrafo Único: O Anexo da Resolução citada no *caput* desse artigo define os créditos relacionados a cada uma das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 8º - De acordo com o Artigo 5º da Resolução do CONSEPE Nº 09/2005, as atividades de Ensino compreendem:

- I - disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES;
- II - atividades de monitoria e ou tutoria
- III - participação em mini-cursos;
- IV - cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.
- V – Participação como bolsista do Pibid;

Art. 9º - De acordo com o constante no Artigo 6º da Resolução do CONSEPE Nº 09/2005, as Atividades de Pesquisa compreendem:

- I - livro publicado;
- II - capítulo de livro;
- III - projetos de iniciação científica;
- IV - projetos de pesquisa institucionais;
- V - artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
- VI - artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);
- VII - artigo completo publicado em anais como autor;
- VIII - artigo completo publicado em anais como co-autor;
- IX - resumo em anais;
- X - participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.
- XI - Participação em grupos/núcleos de pesquisa certificados pelo CNPq/UFT

Art. 10º - Atendendo ao Artigo 7º da Resolução do CONSEPE Nº 09/2005, as Atividades de Extensão compreendem:

- I - autoria e execução de projetos;
- II - participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
- III - participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
- IV - participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
- V - apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops, etc;
- VI - participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
- VII - apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshops, etc;
- VIII - participação em oficinas;
- IX - visitas técnicas e dia de campo;
- X - estágios extracurriculares;

- XI - representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Colegiado, etc.);
- XII - representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, DA);
- XIII - organizar e ministrar mini-cursos.
- XIV - Participação em comissões institucionais no âmbito do Campus e da UFT.

Art. 11º - Somente terão validade para cômputo, como Atividades Complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação no curso, exceto as atividades descritas no Artigo 8º, inciso I dessa Instrução Normativa.

Art. 12º - O pedido de aproveitamento e registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante o Protocolo Geral, com comprovante de todas as atividades das quais participou, até 31 de maio no primeiro semestre e 31 de outubro no segundo semestre e encaminhado para parecer da Coordenação do Curso, que em seguida envia-o para a Secretaria Acadêmica.

§ 1º: O aluno que discordar da análise e quantificação atribuída à Atividade Complementar, poderá, no prazo de três dias, após divulgação do parecer pela Coordenação do Curso, apresentar pedido de revisão da mesma junto à Coordenação do Curso e poderá recorrer ao Colegiado do Curso em última instância.

§ 2º : Todos os comprovantes de atividades aproveitadas e o respectivo parecer da Coordenação do Curso deverão ser arquivados na pasta individual de cada aluno.

Art. 13º - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste Regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Prograd as adequações efetuadas.

Art. 14º - Este regulamento entra em vigor a partir desta data, revogando-se a Instrução Normativa COPEM Nº 05/2006 e a Instrução Normativa COPEM/ Nº 06/2006, e passa a ter validade para todos os discentes regulados pelo Projeto pedagógico do Curso em vigor a partir de 2019/1, bem como para aqueles que migrarem da estrutura antiga para o novo Projeto Pedagógico do Curso.

Miracema do Tocantins, 04 de Junho de 2019.
Professora Dra. Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade
Presidente do Colegiado do Curso de Pedagogia

Acompanha formulário de pontuação das atividades

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Av. Lourdes Solino, s/n, Setor Universitário | 77650-000 |
 Miracema do Tocantins - TO | (063) 3366-8618 | pedmira@uft.edu.br



FICHA DE PONTUAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
(RESOLUÇÃO CONSEPE N°04/2005) / INSTRUÇÃO NORMATIVA COLEGIADO N°01/2019

| Aluno (a): | | Matrícula: | | |
|-------------------------|---|-------------------|--------|----------------------------|
| Curso: Pedagogia | | Turno: | | Câmpus: Miracema |
| CÓD. | NOME DA ATIVIDADE | Mínimo | Máximo | Equação de conversão |
| ENSINO | | | | |
| AC101 | I – Disciplinas complementares não previstas no currículo do Curso e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina) | 30 | 60 | 15h = 1 crédito |
| AC102 | II – Participação em programas e projetos da UFT como PIM, PIMI, PIBID, PADI e outros (por semestre) | 01 | 02 | 1 semestre = 4 créditos |
| AC103 | III – Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso) | 01 | 02 | 1 mini-curso = 1 crédito |
| AC104 | IV – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso) | 01 | 02 | 1 mini-curso = 1 crédito |
| AC105 | V – Cursos nas áreas de informática, língua estrangeira e outros (por curso) | 01 | 02 | 1 curso = 1 crédito |
| AC106 | VI – Experiência docente na Educação Básica não aproveitada no Estágio Curricular (anos) | 01 | 02 | 1 ano = 2 créditos |
| PESQUISA | | | | |
| AC201 | I – Livro Publicado (unidade) | 01 | 02 | 1 unidade = 3 créditos |
| AC202 | II – Capítulo de Livro (unidade) | 01 | 03 | 1 unidade = 1 crédito |
| AC203 | III – Projetos de Iniciação Científica (por ano) | 01 | 02 | 1 ano = 4 créditos |
| AC204 | IV – Projetos de Pesquisa Institucionais (por semestre) | 01 | 02 | 1 semestre = 2 créditos |
| AC205 | V – Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial) | 01 | 02 | 1 artigo = 2 créditos |
| AC206 | VI – Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial) | 01 | 02 | 1 artigo = 1 crédito |
| AC207 | VII – Artigo completo publicado em anais como autor | 01 | 02 | 1 artigo = 1 crédito |
| AC208 | VIII – Artigo completo publicado em anais como co-autor | 01 | 02 | 1 artigo = 1 crédito |
| AC209 | IX – Resumo em anais | 01 | 02 | 1 resumo = 1 crédito |
| AC210 | X – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos (por semestre) | 01 | 02 | 1 semestre = 2 créditos |
| EXTENSÃO | | | | |
| AC301 | I – Autoria e execução de projetos (por semestre) | 01 | 02 | 1 semestre = 2 créditos |
| AC302 | II – Participação na organização de eventos: congressos, seminários, workshop, etc. (por evento) | 01 | 02 | 1 evento = 1 crédito |
| AC303 | III – Participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc. (por horas) | 04 | 60 | 4 horas = 0,25 créditos |
| AC304 | IV – Participação como ouvinte em eventos científicos, culturais e artísticos, curso de extensão, oficinas, congressos, seminários, workshop, conferências, palestras, mesas-redondas, etc. (por horas) | 04 | 100 | 4 horas = 0,25 créditos |
| AC305 | V – Apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshop, etc. (por apresentação) | 01 | 03 | 1 apresentação = 1 crédito |

| | | | | |
|-------------------|---|----|----|----------------------------|
| AC306 | VII–Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em: congressos, seminários, workshop, etc. | 01 | 03 | 1 apresentação = 1 crédito |
| AC307 | IX – Visitas técnicas | 01 | 03 | 1 visita = 0,25 créditos |
| AC308 | X – Estágios extracurriculares (por semestre) | 01 | 02 | 1 semestre = 1 crédito |
| AC309 | XI – Representação discente em órgãos colegiados: COLEGIADO, CONDIC, CONSUNI, CONSEPE, etc. (por mandato) | 01 | 02 | 1 mandato = 1 crédito |
| AC310 | XII – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, etc); (por mandato) | 01 | 02 | 1 mandato = 2 créditos |
| Outras Atividades | | | | |

Miracema do Tocantins, 04 de junho de 2019.
 Coordenadora do Curso de Pedagogia
 Professora Dra. Kalina Lígia Ameida de Brito Andrade